

Central de Monitoramento de Transportadoras da Sefaz emite 525 notificações por mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Criada para modernizar e agilizar a fiscalização de mercadorias transportadas em veículos de cargas nas rodovias baianas, a Central de Monitoramento de Transportadoras (CMT) da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) vem gerando uma média de 525 notificações por mês, a partir de irregularidades identificadas em cruzamentos de dados fiscais digitais. Esse número corresponde a 30% das notificações mensais emitidas pela Fazenda neste segmento. Implantada em julho de 2018, a CMT monitora ao todo 37 transportadoras vinculadas ao projeto Canal Verde Bahia, totalizando 73 filiais dessas empresas no estado.

De acordo com a Sefaz-Ba, em média, 140 mil veículos de carga circulam por mês nas estradas baianas. Com o Canal Verde, as empresas participantes adiantem ao **fisco**, já no momento de embarque da carga, o Manifesto de Documentos Fiscais Eletrônicos (MDF-), documento reunindo todas as informações sobre as mercadorias transportadas em um veículo de carga.

Esse processo permite que as transportadoras sejam informadas pelo **fisco** sobre eventuais pendências, antes mesmo dos caminhões passarem pelos postos do **fisco** baiano nas rodovias, o que acelera o processo de fiscalização.

O trabalho da Central de Monitoramento de Transportadoras é importante para que os agentes em atuação nos postos fiscais ganhem tempo no processo de fiscalização, explica o coordenador de Operações Estaduais da Sefaz-Ba, Marco Valentino. 'É um ganho significativo para o trabalho dos fiscais, ao permitir que eles deem maior atenção aos casos mais relevantes', ressalta.

Para identificar as irregularidades, a CMT utiliza informações da Central de Operações Estaduais (COE), unidade de inteligência que realiza cruzamento de dados a partir do MDF-e. As informações são disponibilizadas em sistema corporativo ao qual têm acesso todas as unidades fazendárias e postos fiscais. Isso permite um controle abrangente sobre os produtos que circulam pelas rodovias da Bahia.

Dentre as informações disponibilizadas pela COE estão valor e peso da carga, placa e peso do veículo, valores de impostos devidos, empresa responsável, rotas de percurso, informações do comprador e do emissor da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), nome do responsável pelo seguro da carga e valor pago pelo frete.

Sefaz On-Line

Fazenda - Manoel Vitório, FISCO

De acordo com o secretário estadual da Fazenda, **Manoel Vitório**, o Estado da Bahia é um dos líderes do país em utilização dos dados fiscais digitais para aprimorar o trabalho do **fisco**. 'O novo modelo de fiscalização ganhou impulso após o lançamento, em 2015, do programa Sefaz On-line, que vem promovendo uma intensa modernização do **fisco** baiano e realizando investimentos estratégicos no parque tecnológico da secretaria'.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luiz Souza, lembra que, ainda no âmbito do Sefaz On-Line, a Sefaz-Ba acaba de dar mais um passo no processo de modernização ao lançar o sistema e-Fiscalização, que irá aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais. 'O objetivo é intensificar cada vez mais o combate à sonegação com uso intensivo da tecnologia', afirma.

O Sefaz On-line abrange projetos em diversas áreas de atuação do **fisco**, entre eles três centrais de controle que otimizam a análise das informações e o planejamento da fiscalização: além da CMT e da COE para o trânsito de mercadorias nas rodovias, foi criada também uma unidade para acompanhar as operações on-line, o Centro de Monitoramento On-line (CMO).

Implantado em 2015 pelo governo baiano como uma iniciativa pioneira no país, O CMO combate os chamados 'hackers fiscais', que operam no ambiente virtual para cometer fraudes por meio do uso de laranjas e de falsificações na compra e na venda de mercadorias.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da

Veículo: Gov Bahia	
Data: 16/02/2021	



Central de Monitoramento de Transportadoras da Sefaz emite 525 notificações por mês

16 fevereiro 2021

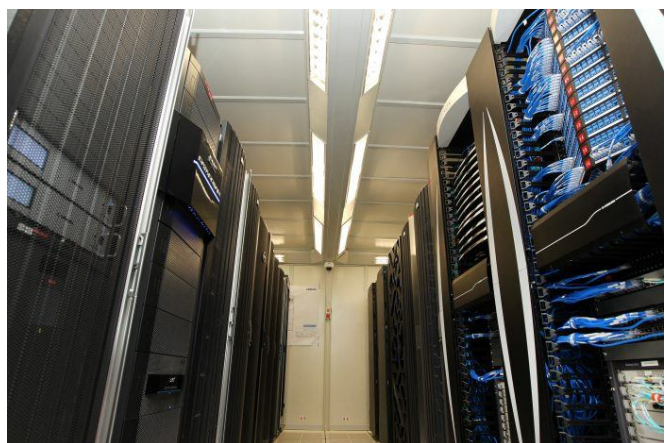


Foto: Pedro Moraes/Arquivo GOVBA

Criada para modernizar e agilizar a fiscalização de mercadorias transportadas em veículos de cargas nas rodovias baianas, a Central de Monitoramento de Transportadoras (CMT) da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) vem gerando uma média de 525 notificações por mês, a partir de irregularidades identificadas em cruzamentos de dados fiscais digitais. Esse número corresponde a 30% das notificações mensais emitidas pela Fazenda neste segmento. Implantada em julho de 2018, a CMT monitora ao todo 37 transportadoras vinculadas ao projeto Canal Verde Bahia, totalizando 73 filiais dessas empresas no estado.

De acordo com a Sefaz-Ba, em média, 140 mil veículos de carga circulam por mês nas estradas baianas. Com o Canal Verde, as empresas participantes adiantem ao fisco, já no momento de embarque da carga, o Manifesto de Documentos Fiscais Eletrônicos (MDF-), documento reunindo todas as informações sobre as mercadorias transportadas em um veículo de carga. Esse processo permite que as transportadoras sejam informadas pelo fisco sobre eventuais pendências, antes mesmo dos caminhões passarem pelos postos do fisco baiano nas rodovias, o que acelera o processo de fiscalização.

O trabalho da Central de Monitoramento de Transportadoras é importante para que os agentes em atuação nos postos fiscais ganhem tempo no processo de fiscalização, explica o coordenador de Operações Estaduais da Sefaz-Ba, Marco Valentino. “É um ganho significativo para o trabalho dos fiscais, ao permitir que eles deem maior atenção aos casos mais relevantes”, ressalta.

Para identificar as irregularidades, a CMT utiliza informações da Central de Operações Estaduais (COE), unidade de inteligência que realiza cruzamento de dados a partir do MDF-e. As informações são disponibilizadas em sistema corporativo ao qual têm acesso todas as unidades fazendárias e postos fiscais. Isso permite um controle abrangente sobre os produtos que circulam pelas rodovias da Bahia.

Dentre as informações disponibilizadas pela COE estão valor e peso da carga, placa e peso do veículo, valores de impostos devidos, empresa responsável, rotas de percurso, informações do comprador e do emissor da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), nome do responsável pelo seguro da carga e valor pago pelo frete.

Sefaz On-Line

De acordo com o secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitorino, o Estado da Bahia é um dos líderes do país em utilização dos dados fiscais digitais para aprimorar o trabalho do fisco. “O novo modelo de fiscalização ganhou impulso após o lançamento, em 2015, do programa Sefaz On-line, que vem promovendo uma intensa modernização do fisco baiano e realizando investimentos estratégicos no parque tecnológico da secretaria”.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luiz Souza, lembra que, ainda no âmbito do Sefaz On-Line, a Sefaz-Ba acaba de dar mais um passo no processo de modernização ao lançar o sistema e-Fiscalização, que irá aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais. “O objetivo é intensificar cada vez mais o combate à sonegação com uso intensivo da tecnologia”, afirma.

O Sefaz On-line abrange projetos em diversas áreas de atuação do fisco, entre eles três centrais de controle que otimizam a análise das informações e o planejamento da fiscalização: além da CMT e da COE para o trânsito de mercadorias nas rodovias, foi criada também uma unidade para acompanhar as operações on-line, o Centro de Monitoramento On-line (CMO).

Implantado em 2015 pelo governo baiano como uma iniciativa pioneira no país, O CMO combate os chamados “hackers fiscais”, que operam no ambiente virtual para cometer fraudes por meio do uso de laranjas e de falsificações na compra e na venda de mercadorias.

Fonte: Ascom/Sefaz

Sindicombustíveis-BA divulga um posicionamento favorável a alteração da cobrança do ICMS na atividade e nos preços cobrados ao consumidor

Sério Pereira.

Seis horas e cinquenta e cinco minutos ou assim de combustíveis Bahia que representa aos postos divulgou um posicionamento favorável a alteração da cobrança do **ICMS** na atividade e também há a divulgação.

Da formação dos preços cobrados ao consumidor final as propostas foram defendidas pelo presidente Jair Bolsonaro devido às pressões da política da Petrobras que tem como política alterar os valores cobrados nas refinarias em função da cotação do dólar.

Há bastante tempo acima de cinco reais e da cotação internacional do barril de petróleo atualmente na casa dos sessenta dólares o dirigente prega que os custos dos impostos federais e estaduais.

Os preços nas refinarias assim como os custos da mistura do etanol.

Anidro e do biodiesel e as margens de lucro da Petrobras das distribuidoras e dos postos sejam divulgados na nota fiscal.

Olha aí que procurava essa é uma briga que vem há muito tempo em relação a essa questão de ser meses mas eu quero lembrar que amanhã.

Aqui no posto de Laguna vai ter combustível a três e cinquenta isso foi anunciada pelo sindicalista que renovar do costa do nosso programa e e amanhã para cento e vinte primeiros motorista.

Agora não sei se vai ter gente dormindo na fila do século.

É pois é.

É o radiador a gente conversou com ele disse que vai ser tudo organizado com senha e e tudo mais está certo gente olha é da última passada aqui pelas nossas redes sociais agradecer à audiência e da Adele é também a Lázaro de Ana Maria.

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Sindicombustíveis defende ICMS único e divulgação da formação do preço



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Sindicombustíveis Bahia, que representa os postos, divulgou posicionamento favorável à alteração da cobrança do **ICMS** na atividade e também à divulgação da formação dos preços cobrados ao consumidor final. As propostas foram defendidas pelo presidente Jair Bolsonaro devido as pressões da política da Petrobras, que tem como política alterar os valores cobrados nas refinarias em função da cotação do dólar - há bastante tempo acima de R\$ 5 - e da cotação internacional do barril de petróleo, atualmente na casa de US\$ 60.

'Somos o único setor do comércio varejista que tem total transparência sobre os preços praticados, pois eles estão disponíveis para consulta no site da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP)', afirmou o presidente da entidade, Walter Tannus Freitas.

O dirigente prega que os custos dos impostos federais e estaduais, os preços nas refinarias, assim como os

custos da mistura do etanol anidro e do biodiesel, e as margens de lucro da Petrobras, das distribuidoras e dos postos sejam divulgados na Nota Fiscal. 'O consumidor tem o direito de ser informado para entender melhor como é composto o preço dos combustíveis, quem são os elementos dessa cadeia e qual o percentual cobrado por cada um deles', disse.

Sobre o **ICMS**, projeto de lei complementar (PLP), encaminhado ao Congresso Nacional na semana passada, estabelece uma alíquota uniforme e específica - um valor fixo e unificado em todo o país para cada combustível com base na unidade de medida (litro ou quilo).

Segundo o Sindicombustíveis Bahia, o segmento apoia a ideia da simplificação tributária, com a cobrança única do **ICMS** em reais. Atualmente imposto é tributado em percentual que, na Bahia, corresponde a 28% do preço da gasolina.

*Bahia.Ba

Auxílio emergencial: governo fará seleção prévia a partir do cadastro de quem já recebeu o benefício

Mudar a forma de cobrança do **ICMS** vai reduzir o preço da gasolina? Entenda

Promessa de Bolsonaro de ampliar faixa de isenção do IR custará R\$ 74 bi aos cofres públicos

Ford consegue liminar e poderá demitir trabalhadores
na Bahia

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do
Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Gasto de Estados com saúde cresce o dobro da receita

Avanço também ocorre nas capitais e é resposta à pandemia

Por Marta Watanabe, Leila Souza Lima e Cibelle Bouças — De São Paulo e Belo Horizonte

17/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Gastos com saúde aumentam

Despesas totais na área - em R\$ bilhões*



CE	4,53	25,52
MA	3,03	26,44
RO	1,41	26,48
RN	1,78	27,65
AM	3,70	27,65
AC	1,14	29,04
PI	2,23	31,02
PA	3,84	35,66
AP	1,16	48,12
Total	122,44	16,09

Fonte: Siconfi/Tesouro. * Valores empenhados.

A pandemia fez Estados e principais municípios aumentarem os gastos com saúde em ritmo superior ao dobro da taxa de crescimento das receitas. Dados de 26 Estados, Distrito Federal e 21 capitais mostram que o gasto conjunto com saúde somou no ano passado R\$ 164,8 bilhões. O valor, que inclui despesas com custeio, pessoal e investimentos, avançou 16,4% nominais contra 2019, sendo 16,1% nos Estados e 17,2% nas 21 capitais. Nos dois grupos o aumento superou o ritmo de alta das receitas correntes, que subiram 6,6% e 7,6%, respectivamente.

O avanço dos gastos com saúde também superou o da despesa corrente, que cresceu 2,2% nos Estados e 7,7% nas capitais, sempre em alta nominal em 2020 ante 2019.

Os dados foram levantados pelo **Valor** com base em relatórios fiscais divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Consideraram-se as despesas empenhadas e não foram contabilizados valores intra-orçamentários. Tanto nos Estados quanto nas capitais os gastos com saúde foram puxados pela assistência hospitalar, que cresceu 17,2% e 24,4%, respectivamente. Nos governos estaduais essa assistência representa 67,7% das despesas totais na saúde enquanto nas 21 capitais a fatia é de 52,8%.

O crescimento dos gastos de Estados com saúde em 2020 mostra que, com mais recursos, é possível expandir rapidamente a capacidade hospitalar pública, pontua Adriano Massuda, professor da FGV-EAESP. Mas isso, diz, não significa

necessariamente que haverá um salto de qualidade sustentável no atendimento no país como um todo, do ponto de vista estrutural.

Ele aponta que no geral a expansão ocorreu na área da saúde que reflete a falta de prevenção, e não onde seria mais importante investir se o Sistema Único de Saúde (SUS) estivesse sob gestão mais planejada. E nesse campo, o especialista destaca atenção primária e vigilância epidemiológica como pilares fundamentais no enfrentamento da pandemia e das demais doenças. Segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), a expansão da rede assistencial nos Estados e municípios permitiu a oferta de 19.880 leitos de UTI para covid-19 em 2020.

Na avaliação de Massuda, o Brasil não teve dificuldade para financiar essa expansão em 2020. Mas ele pondera que a pandemia foi uma pressão conjuntural para isso. Ele lembra que isso foi custeado em boa parte com verbas extraordinárias, o que coloca em dúvida se a expansão ficará de pé ao longo deste ano e dos próximos.

“Em saúde o mais caro é o custeio, e não o investimento. Sem vontade política, todo esse avanço que foi feito não se sustentará”, avalia. “Expandir leito exige certa estrutura, espaço, equipes. O mais difícil, contudo, é a manutenção desse gasto.”

No Amazonas, onde a população enfrenta uma segunda onda com nova variante da covid-19, a ampliação da infraestrutura pública para combate à pandemia se mantém este ano, diz a secretária-executiva do Fundo Estadual de Saúde, Nívia Barroso.

Ela exemplifica com a reativação do hospital de campanha em janeiro e a ampliação de capacidade do hospital Delphina Aziz, destinado desde o ano passado para casos de covid-19. O hospital, que no início de 2020 tinha 50 leitos de UTI, fechou o ano passado com 90. Em janeiro o número foi ampliado para 150 leitos e na semana que vem, diz Nívia, serão entregues mais 30, considerando sempre os de UTI. O hospital tem também 294 leitos clínicos.

Mesmo com alta de 27,7% nos gastos com saúde em 2020, o Estado viu a estrutura pública para atendimento da covid-19 entrar em colapso em janeiro, com falta de oxigênio e leitos. Houve envio de mais de 550 pacientes para tratamento em outros

Estados, diz a secretária. O recrudescimento da doença, segundo ela, vinha sendo monitorado desde outubro, mas em dezembro houve “aumento exponencial”. O que fez diferença, conta, foi a “agressividade da contaminação”. Aspectos sazonais, como o clima, avalia, também influenciaram negativamente ao favorecer transmissão de síndromes gripais e a redução da imunidade.

Nívia também destaca que o Estado tem passado antes dos demais pelos quadros mais críticos da pandemia, que tende a se alastrar pelas demais regiões do país num segundo momento.

As despesas de saúde no ano passado, diz a secretária, incluíram também aumento de capacidade em maternidades e outras unidades de atendimento. Os investimentos na saúde, diz, somaram R\$ 155 milhões em 2020, com alta de 61,8% contra 2019.

Único Estado com queda nominal nos gastos com saúde no ano passado, Minas Gerais empenhou na área R\$ 9,73 bilhões em 2020, com recuo de 3,7% contra 2019. Segundo o secretário de Saúde, Carlos Eduardo Amaral, o Estado teve base de comparação mais elevada em 2019. “Quando o governador Romeu Zema [Novo] assumiu, o Estado tinha déficit de R\$ 34,5 bilhões, sendo perto de R\$ 7 bilhões só na saúde. A última nota fiscal havia sido paga em março de 2017. Quando ele entrou em 2019 as notas somavam mais de R\$ 300 milhões em dívidas. Em 2019 tivemos que fazer os 12% de orçamento na saúde mais 1,87% retroativos a dívidas de 2018”, diz Amaral.

Em 2020, diz, os gastos com a saúde voltaram à normalidade como proporção do orçamento, representando 12,29% do total empenhado pelo Estado. Para 2021, diz Amaral, a previsão é que os gastos com saúde fiquem em 12% do total, se não houver piora mais intensa na pandemia. O Estado, diz, busca alocação de recursos mais adaptada à demanda atual. “Conseguimos fazer investimento geral no combate à covid-19 de mais de R\$ 2 bilhões. Compramos mais de 52 milhões de equipamentos de proteção individual e respiradores para toda a rede de hospitais.”

Em Alagoas, a pandemia fez o Estado intensificar o programa de entrega de hospitais em vigor desde 2016. A despesa total com saúde em 2020 somou R\$ 1,55

bilhão, com alta de 17,3% contra 2019. No ano passado foram inaugurados três hospitais, que acrescentaram 430 novos leitos, diz o secretário de Fazenda, George Santoro. O programa prevê ainda entrega de mais três hospitais até 2022, além de outros dois em processo de licitação. Ao fim dele, diz, a expectativa é sanar o déficit hospitalar e, no longo prazo, melhorar os indicadores de qualidade de vida.

Os hospitais entregues em 2020, diz Santoro, vão resultar em despesa líquida adicional de custeio de R\$ 120 milhões neste ano. A conta considera a despesa que o Estado deixará de ter com o aluguel de leitos privados. Recursos para o custeio, diz, estão garantidos pelo fundo de combate à pobreza do Estado, remodelado em 2015.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça a Graduação EAD em Salvador nota máxima no MEC

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Toda linha de calçados exclusivos agora com frete grátis Salvador e até 6x sem juros

TVZ STORE

LINK PATROCINADO

Fluido que restaura trincos está em promoção! 1 unidade grátis

NANOREPAIR

LINK PATROCINADO

Imperdível: Ganhe uma unidade da cera que remove riscos!

BODYCOMPOUND

LINK PATROCINADO

DesinPros oferta especial. Grátis pote extra em qualquer kit

DESINPROS - SAÚDE DA PRÓSTATA

por taboola

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro pode beneficiar Doria na proposta de ICMS para combustível



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Josette Goulart

Com a insatisfação dos caminhoneiros em relação ao preço do combustível - com direito a ameaça de mais uma greve -, o presidente Jair Bolsonaro tem buscado se esquivar da responsabilidade de adotar a estratégia de botar a culpa do alto valor no ICMS, um imposto cobrado pelos estados. O presidente poderia ter aproveitado a oportunidade para se engajar na reforma tributária, que tem potencial para resolver as distorções que hoje existem na **arrecadação** dos impostos sobre o combustível, mas preferiu propor ao Congresso que altere a forma de cobrança do ICMS e que seja fixado um valor único para todo o país e não mais uma alíquota. O próprio projeto do governo prevê que esse valor seria fixado pelo Confaz, o conselho nacional de secretários de fazenda estaduais. E é aqui que o governo de São Paulo, gerido hoje por João Doria (PSDB), adversário político de Bolsonaro, pode sair desta história arrecadando mais do que já arrecada - com o efeito adicional de causar um aumento no preço final do combustível em algumas regiões.

O tributarista Eduardo Fleury, do escritório Fleury, Coimbra & Rhomberg Advogados, que já foi funcionário da Secretaria da Fazenda estadual, explica que hoje as alíquotas do imposto estadual sobre o combustível variam de 25% a 34% para a gasolina. Como os preços do combustível variam no país de acordo com a distância das refinarias, isso significa que a gasolina é mais cara no Amazonas do que em São Paulo. Apesar de os dois estados cobrarem 25% de alíquota, proporcionalmente o estado do Amazonas arrecada mais. Em um exemplo hipotético é como se São Paulo cobrasse 1 real por litro e o Amazonas 1,25 real por litro, para compensar os custos de transporte.

Se o Congresso aprovar proposta de valor fixo do projeto enviado na última sexta-feira, o preço do imposto será definido pelo Confaz, onde votam os 26 governadores por meio de seus secretários de fazenda. 'Os governadores do Norte e Nordeste vão querer um valor fixo mais alto para compensar a diferença de preços da gasolina', diz Fleury. Em número, os governadores do Norte e Nordeste conseguem maioria no Confaz. Assim, São Paulo, que, no exemplo hipotético hoje recebe 1 real, passaria a receber 1,25 por litro. Arrecadaria mais do que arrecada hoje. Mas isso também significa que o preço do combustível poderia ficar mais alto no estado e isso ser politicamente ruim para Doria.

Pelo projeto enviado por Bolsonaro, os estados vão definir um preço fixo do combustível na bomba e a partir dele estabelecer uma alíquota única. A advogada tributarista Ana Claudia Utumi, do escritório Utumi Advogados, explica que dificilmente os estados estabeleceriam preços e alíquotas menores do que hoje, afinal, passam por grandes dificuldades financeiras. E, diferentemente do governo federal, os governos estaduais não podem emitir dívidas para se

financiar. Se perdem **arrecadação**, significa que terão dificuldade para manter obrigações, entre elas merenda, fazer obras, pagar servidores, segundo Utumi. Logo, é difícil de imaginar que juntos, no Confaz, os governadores vão cancelar a queda da **arrecadação**. 'Não é o ICMS que causa o problema de flutuação de preços. São os preços internacionais do petróleo que variam e são repassados para as bombas', afirma.

Imposto na nota

Bolsonaro publicou, na sexta-feira da semana passada, um post com uma foto de uma nota fiscal de um posto de combustível no Rio Grande do Norte, que apontava que, de uma conta de 90 reais, cerca de 52 reais seriam impostos federais. 'Na nota acima o indício de bitributação, além da desinformação sobre o ICMS, que não é ZERO. Ainda jogam a população contra o Governo Federal como se fosse o único a arrecadar', disse o presidente incentivando seus seguidores a abastecerem seus carros e caminhões e postarem a imagem das notas fiscais. Ninguém postou porque a conta do presidente no Facebook está configurada para não receber imagens nos comentários, conforme revelou Radar Econômico.

Mas ele saiu dizendo que estava sendo censurado pela rede social e ameaçou até a aumentar impostos das empresas de tecnologia. Sobre a nota em si, o advogado Fleury diz que a informação dos impostos é um requisito da lei, mas que cada posto de combustível escolhe a fonte da informação. Não é uma atribuição dos governos estaduais. Isso significa que o posto errou no valor dos impostos, com base na fonte que ele escolheu. Pelas contas de Fleury, os 52 reais incluem os impostos estaduais.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

ALERTA A medida será válida por sete dias e não será aplicada na região oeste, Irecê e em Jacobina
Rui Costa decreta toque de recolher a partir de sexta-feira na Bahia**RODRIGO AGUIAR**

Com aumento do risco de colapso no sistema de saúde devido à elevação de internações pela Covid-19, o governo do estado decretará toque de recolher em quase toda a Bahia a partir de sexta-feira, 19. Inicialmente, a medida será válida por sete dias, das 22h às 5h, e não será aplicada somente na região oeste e nos municípios de Irecê e Jacobina.

O governador Rui Costa (PT) esteve reunido com prefeitos da Bahia para tratar do assunto na tarde de ontem. O secretário da Saúde de Salvador, Leo Prates, disse apoiar a medida.

“O objetivo é evitar a convivência em bares, bebidas, carros de som, aquelas aglomerações na madrugada que geram muita contaminação. Com isso, esperamos preservar vidas e garantir leitos hospitalares. Precisamos conter a taxa de crescimento de contaminação. Quero fazer um apelo a todos os prefeitos para que nos ajudem nessa mobilização, para que a gente consiga conter o avanço do coronavírus e suas novas variantes no estado da Bahia. Isso é fundamental para que não presenciemos a repetição de imagens que vimos em outros lugares do Brasil, da falta de leitos”, afir-

mou Rui Costa. Das nove macrorregiões de saúde do estado, três apresentam taxas de ocupação de leitos de UTI adulto para pacientes com Covid-19 acima dos 80%: centro-leste (83%), sudoeste (84%) e sul (90%).

Pelo menos três unidades de saúde têm 100% de leitos de UTI adultos ocupados: o Hospital Clériston Andrade, em Feira de Santana; o Hospital Santa Helena, em Camaçari; e o Hospital São Vicente de Paulo, em Vitória da Conquista. Além disso, 100% dos leitos clínicos para Covid estão com pacientes no Hospital Prado Valadares, em Jequié; Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus; Hospital Regional Dantas Bião, em Alagoinhas; e em três unidades na capital baiana Hospital Santa Izabel, Itaipava Memorial e Hospital do Subúrbio. Ainda em Salvador, a UTI pediátrica do Martagão Gesteira também tem todos os leitos ocupados.

Em Feira de Santana, na região centro-leste, a situação é semelhante à do pico da pandemia, segundo Francisco Mota, diretor do hospital de campanha. No local, 15 dos 18 leitos de UTI adulto estão com pacientes. “A gente está começando a ter um cenário parecido com julho do ano passado. Em janeiro, chegamos a ter 100% de ocu-

**O governador Rui Costa se reuniu com prefeitos da Bahia para tratar do assunto**

“Precisamos conter a contaminação, garantir leitos e preservar vidas”

RUI COSTA (PT), governador

pação da UTI adulto. Depois, chegou a haver diminuição do número de internações, mas, da última quarta-feira para cá, aumentou muito e tem se mantido assim, mesmo com alguns pacientes saindo de alta”, diz Mota.

Em Ilhéus, no sul da Bahia, operam com altas taxas de ocupação de UTI adulto o Hospital de Ilhéus (91%), o

Vida Memorial (90%) e o Hospital Regional Costa do Cacau (93%). A situação é semelhante em outras cidades da região – em Itabuna, o índice de ocupação no Hospital de Base Luís Eduardo Magalhães é de 95%. Já no Hospital São Vicente, em Jequié, e no Hospital Dr. Heitor Guedes de Mello, em Valença, a ocupação é de 90%.

Leo Prates: “Vivemos o pior momento na pandemia”**ISSO É BAHIA****FERNANDO VALVERDE**

A pressão sobre o sistema de saúde de Salvador, com cerca de 71% dos leitos de UTI atualmente ocupados, tem preocupado os órgãos de saúde do município e do estado. Em entrevista para o programa Isso é Bahia da rádio A TARDE FM (103.9), o secretário municipal da Saúde, Leo Prates, afirmou que este é o pior momento do sistema desde o início do combate à pandemia, em março do ano passado.

De acordo com Leo, a pressão pela ocupação dos leitos de UTI por outras doenças, além da Covid-19, tem aumentado exponencialmente a ocupação, e medidas mais duras podem ser necessárias para que o sistema não entre em colapso.

POPULAÇÃO RELAXOU NOS CUIDADOS

Prates alertou para a mudança de comportamento da população, que, de acordo com ele, relaxou nos cuidados após o início da imunização ancorada em uma falsa sensação de segurança, que desconsidera elementos como o índice geral da população imunizada e o número de doses disponíveis

“Posso dizer sem nenhum exagero que estamos no pior momento do sistema de saúde na pandemia. Estamos tendo uma pressão grande por conta de outras doenças, principalmente AVC e infarto, além da pressão por leitos para Covid-19. No auge da pandemia, eu regulava as vagas nas UPAs

municipais para cerca de 70 pessoas junto à Sesab (Secretaria da Saúde do Estado da Bahia). No sábado, nós regulamos 54 pessoas e ontem esse número foi de 48. Então vivemos sob pressão completa e ou nós revertemos a curva de crescimento nessa semana ou medidas mais duras serão necessá-

rias para que o sistema de saúde não entre em colapso”, afirmou.

“Estamos discutindo ao longo da semana quais seriam essas medidas e acho que estamos caminhando a passos largos na direção delas. Temos de sete a nove unidades em todo o estado, inclusive em Salvador, que es-

tão com 100% de ocupação. Precisamos rapidamente reverter essa tendência de crescimento da pressão sobre o sistema de saúde”, disse.

Imunização

“O prefeito Bruno Reis conseguiu negociar algumas doses de vacina, mas essa compra não foi aprovada pelo

Mais três bairros de Salvador estarão sob medidas restritivas**GABRIEL GALINDO**

Com a alta no número de casos de Covid-19, serão retomadas as medidas de proteção à vida nos bairros de Pernambuco, Fazenda Grande do Retiro e Boca do Rio.

Pernambuco, com uma população de cerca de 65 mil pessoas, registrou, recentemente, mais de quatro mil casos de Covid-19, número considerado preocupante.

Reinaldo Pereira, líder comunitário da região, diz que a falta de uma campanha mais incisiva por parte dos

organismos de saúde e poder público, as festas “paredão” que geram aglomerações e pessoas sem máscaras nas ruas são a principal razão para essa alta no número de casos de contaminação. “Aqui em Pernambuco, todos os dias a gente vai vendo as pessoas na rua sem máscara. Não têm nenhum senso de responsabilidade”, avalia.

Nos bairros onde serão implementadas medidas restritivas, a prefeitura fará desinfecção e lavagem de ruas, distribuição de máscaras

de proteção e testes rápidos para identificação da Covid-19. No total, seis pontos da cidade estão sob medidas de proteção, já que além dos bairros incluídos ontem pela prefeitura, permanecem na lista os bairros de Brotas, Pituba e Itapuã. Saíram dessa lista Sussuarana, Federação e Liberdade.

De acordo com Helena Lima, membro do Centro de Operações Emergenciais Covid-19, os bairros são selecionados para receber a intervenção da prefeitura de acordo com o potencial de



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Prefeitura anuncia suspensão da 1ª dose da vacina**DA REDAÇÃO**

O secretário da Saúde de Salvador, Leo Prates, afirmou ontem que terminou o estoque da 1ª dose de vacinas contra Covid-19 na capital baiana. Segundo Prates, a prefeitura agora aguarda o recebimento de mais imunizantes pelo governo federal.

Mas a aplicação da segunda dose na cidade está garantida. Desta vez, profissionais da saúde poderão se dirigir a pontos fixos de vacinação. “Lamentamos o fim das primeiras doses da vacina para Covid-19. Nesse momento estamos suspendendo a vacinação em Salvador para a 1ª dose, continuando apenas com a 2ª dose. Aguardamos o recebimento de novas doses do governo federal para dar continuidade ao Plano de Vacinação”, diz a mensagem publicada por Prates.

De acordo com o secretário da Saúde do Estado, Fábio Villas-Boas, cerca de 300 mil doses da Coronavac devem chegar ao estado na próxima semana. O governo federal atrasou o envio da vacina aos estados, previsto para hoje, por causa da pouca quantidade entregue pelo Instituto Butantan, que produz o imunizante no país. A expectativa é que o Ministério da Saúde distribua as novas doses a partir do dia 23.

LEIA MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

Prates alerta sobre risco de colapso no sistema

ministério. Estamos passando muita dificuldade com o plano de imunização e só estamos conseguindo vacinar os idosos de 83 ou mais anos graças a uma reserva técnica que o governador e o secretário estadual da Saúde, Fábio Villas-Boas, disponibilizaram, de mais oito mil doses para a cidade.

Prates destacou a mudança de comportamento da população, que relaxou nos cuidados após o início da imunização ancorada em uma falsa sensação de segurança, que desconsidera elementos como o índice geral da população imunizada e o número de doses disponíveis. “Uma pessoa só estará imunizada 70 dias após a 2ª dose, e para ter a imunidade da sociedade, precisamos atingir 70% da população vacinada, o que é algo que estamos muito longe de alcançar”, afirmou Prates.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

Prefeitura faz testagem rápida para Covid-19 nos bairros

aglomeração, de circulação maior de pessoas, do número de casos registrados.

Nesses bairros, cerca de 150 testes rápidos para Covid-19 são feitos diariamente, das 8 às 13 horas.

Podem fazer o teste, independentemente da idade, mesmo as pessoas não residentes no bairro, mas é preciso apresentar um documento de identificação.

A princípio, segundo a prefeitura de Salvador, essas medidas durarão nos bairros sete dias, prazo que pode ser prorrogado.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

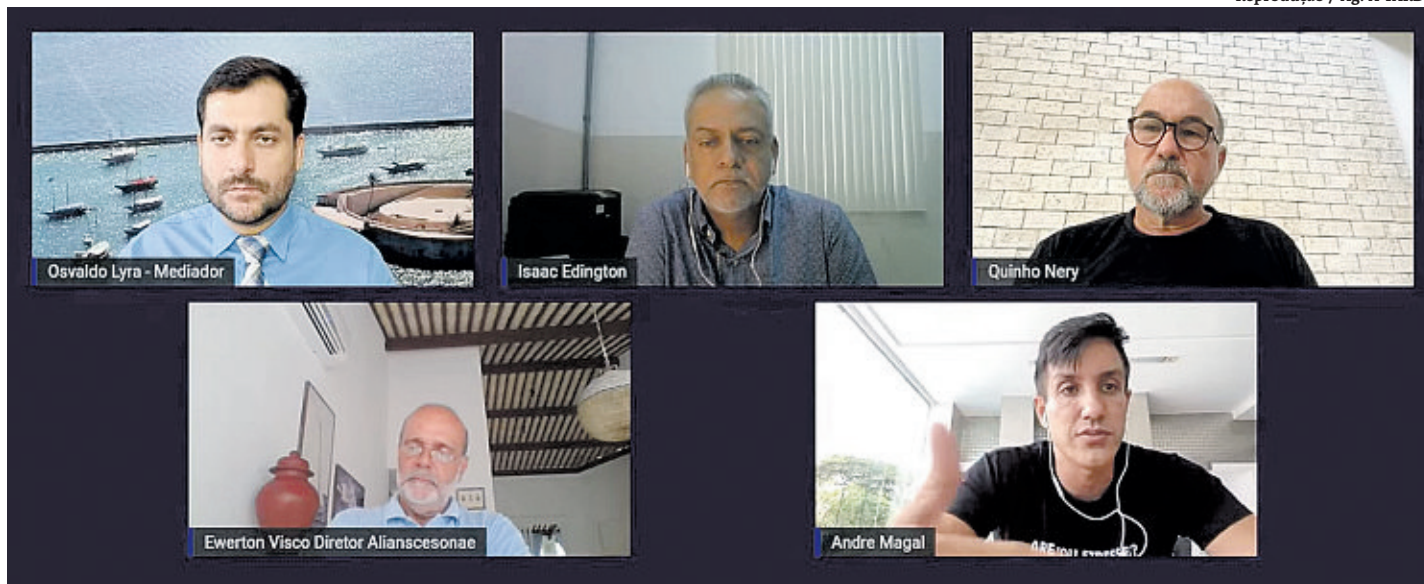
economia@grupoatarde.com.br



CONJUNTURA Grupo A TARDE promoveu uma mesa-redonda, ontem, sobre a relação entre a pandemia e a ausência da folia

Impacto do cancelamento do Carnaval é tema de live

Reprodução / Ag. A TARDE



Osvaldo Lyra, Isaac Edington, Quinho Nery, Ewerton Visco e André Magal participaram da mesa-redonda

GISELE SOUZA

Neste período em que a celebração carnavalesca estaria se aproximando do seu fim, o Grupo A TARDE realizou uma mesa-redonda, na tarde de ontem, trazendo uma discussão enriquecedora sobre a relação entre a pandemia do novo coronavírus e a ausência da maior festa popular do planeta, bem como os impactos gerados na economia e no âmbito do entretenimento.

No bate-papo virtual, estiveram presentes o presidente da Saltur, Isaac Edington, o diretor da Aliance, Ewerton Visco, o sócio-diretor do grupo San, André Magal, e o sócio-diretor da Central do Carnaval, Joaquim Nery.

De forma unânime, os convidados destacaram o sentimento de frustração por não ter ocorrido o maior produto cultural da cidade, responsável por movimentar diversos setores durante todo o ano e inclusive a economia local, visto que a sua ausência tende a estagnar o ciclo econômico da capital.

Durante a live, cada convidado mostrou o quão impactante, em especial financeiramente, está sendo a ausência do Carnaval, seja para a cidade, turismo ou para o

setor do entretenimento, uma vez que todos são responsáveis pela consolidação anual da folia. Dentre os relatos, foram destacadas as demissões que algumas empresas precisaram fazer, assim como as dificuldades de se manterem, sem ou com pouca receita econômica.

“Recuperar (impactos econômicos devido à ausência do Carnaval) jamais. Quando você perde um ciclo econômico desse, jamais você pode recuperar. É claro que iremos ter outros carnavais, que no futuro teremos carnavais provavelmente tão grandes como já tivemos em anos anteriores, ou até mesmo maiores, mas jamais vamos recuperar aquilo que se perdeu esse ano”, disse Joaquim Nery, sócio-diretor da Central do Carnaval.

A ausência da folia pegou a todos, principalmente soteropolitanos, de surpresa

Um levantamento da Associação Brasileira de Promotores de Eventos (Abrape) indica que foram perdidos, desde o início da pandemia de Covid-19, 335.435 empregos formais no setor de entretenimento e que o número pode ultrapassar 450 mil, caso sejam contabilizados os trabalhadores indiretos. Segundo a associação, esse número supera em cerca de 80 vezes os empregos afetados com o fechamento das fábricas da Ford no Brasil.

A ausência da folia pegou a todos, principalmente soteropolitanos, de surpresa. “Nós, como baianos, nunca imaginamos não ter o Carnaval”, afirmou André Magal, que complementa dizendo que “o prejuízo é imensurável, pois ficamos um ano sem receita nenhuma, não tem produto, pois vivemos do Carnaval e de festas”.

Fora de época

Durante os últimos dias, muito foi especulado sobre a possível realização de um Carnaval fora de época. “Acho que ninguém, pelo menos quando a gente fala de gestores responsáveis, pode afirmar qual é a data do próximo Carnaval”, ressaltou Isaac, presidente da Saltur, prosseguindo

TRANSAÇÕES

PIX completa 3 meses e lidera em número de transferências

DA REDAÇÃO

O PIX, novo sistema de pagamentos brasileiro, completou três meses de operação integral ontem. Em pouco tempo, a tecnologia desenvolvida pelo Banco Central domina o número de transferências realizadas, mas perde para as TEDs em valor transacionado.

Segundo dados do BC, mais de 286 milhões de operações foram finalizadas por meio do PIX em 2021. As TEDs somam 53,2 milhões de transferências no mesmo período, apenas 18,5% do total do PIX.

Enquanto o PIX movimentou R\$ 225 bilhões neste ano, as TEDs movimentaram R\$ 2,7 trilhões, mais de 10 vezes mais que o novo sistema.

Isso se explica porque oito a cada 10 transferências realizadas pelo PIX ainda são feitas de pessoa para pessoa (P2P). No fechamento de janeiro, foram 81,8% do total nessa modalidade dos quase 170 milhões de operações fechadas.

que acredita ser pouco provável, pelo menos no formato em que conhecemos, a realização do Carnaval em julho/outubro, pois existe toda uma cadeia produtiva que precisa ser preparada para a realização do evento.

Além disso, outro ponto que tem sido bastante enfatizado nos últimos tempos é dos novos, possíveis, modelos de entretenimento. Nesse sentido, Nery destaca a importância das lives como impulsionadoras e divulgadoras para o evento. “Esses episódios das lives vieram para ficar, e isso, não tenha dúvida alguma, que vai estar relacionado com o Carnaval”.

Quanto ao processo de retomada, Ewerton acredita que “essa indústria (entretenimento e turismo) vai precisar de muito apoio”, pois, segundo ele, “se o setor não voltar o mais rápido possível, haverá consequências drásticas para os negócios”.

Ainda na ocasião, o presidente da Saltur informou que a prefeitura pretende fornecer um auxílio para o público do setor criativo da cidade, que engloba cultura, entretenimento e afins. “A prefeitura estuda, sim, um auxílio, um pacote de benefícios, que no momento adequado o prefeito deve anunciar”, finalizou.

MOEDA

Bitcoin bate novo recorde e alcança US\$ 50 mil

DA REDAÇÃO

O bitcoin subiu para mais de US\$ 50 mil (R\$ 269,1 mil) ontem, atingindo um recorde histórico e adicionando força à concepção de que a maior criptomoeda do mundo está ganhando aceitação entre investidores e empresas.

O bitcoin atingiu o recorde de US\$ 50.602 (R\$ 272.314), e subiu 2,7%, a US\$ 49.1000 (R\$ 264.231). A criptomoeda ganhou cerca de 70% até agora este ano, com a maior parte da alta acontecendo depois que a fabricante de carros elétricos Tesla anunciou a compra de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 8,1 bilhões) em bitcoin.

A ação da Tesla, que também disse que aceitará bitcoin como pagamento, foi o mais recente em uma série de grandes investimentos que levaram o bitcoin para os balanços de corporações e Wall Street, com empresas norte-americanas e tradicionais gestores de dinheiro começando a comprar a moeda.



Na mira do comércio exterior: ACB se estrutura para auxiliar associados a fazerem negócios fora do país

As transformações sociais, sobretudo em meio ao cenário de pandemia, têm movimentado também a esfera econômica. Pensar negócios não pode mais ser algo restrito às relações internas, e a Associação Comercial da Bahia já está se movimentando para ofertar um suporte aos seus associados no que tange às transações comerciais com outros países.

O recém-criado Núcleo de Comércio Exterior já desenhou seus principais pontos de atuação, onde o foco será auxiliar os associados da casa na realização de negócios fora do Brasil. Para isso, o coordenador do Núcleo, o advogado especialista nas áreas tributária e aduaneira Fernando Neves, já está montando sua equipe de trabalho que dará todo suporte necessário aos micro e pequenos empresários. “Já temos alguns nomes confirmados, como o da professora-pesquisadora em direito internacional Juliette Robichez e do consultor de comércio exterior Valdemar Pizarro. Juliette atuará na área de contratos, e Pizarro será classificador fiscal, entre outros profissionais da área”, comenta Neves.

De acordo com o coordenador, além da assessoria completa, que será prestada para os empresários, um curso básico de iniciação ao comércio exterior também será realizado para orientar questões referentes ao e-commerce e custos nas transações internacionais. “Entender o país com que será feita sua relação comercial é base para todo o processo. A ideia do curso é ser um suporte de acréscimo à assessoria que vamos prestar, de forma que os empresários estejam seguros quando realizarem seus negócios”, aponta.

Trocas entre entidades

Outro ponto destacado por Fernando Neves é a necessidade de troca de experiências, sobretudo entre outras associações comerciais dos demais estados da Federação, que já tenham uma atuação voltada para o comércio exterior. Além disso, a ACB fará um trabalho de maior aproximação com as associações do interior para que elas também consigam ter esse aconselhamento em relação à internacionalização.



Divulgação
Fernando Neves, coordenador do Núcleo de Comércio Exterior

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

EMERGÊNCIA

Governo reduz pela metade beneficiários do auxílio

DA REDAÇÃO

O governo federal realizou um pente-fino e chegou ao que considera o número de pessoas que precisarão de uma nova rodada do auxílio emergencial: cerca de 33 milhões de brasileiros, entre eles os 14 milhões que já estão no programa Bolsa Família.

Ainda não está definido o valor que será pago na nova rodada do auxílio emergencial nem por quantos meses vai durar. A negociação entre governo e Congresso Nacional até agora é de três a quatro parcelas de R\$ 250. A ideia é que o programa volte a ser pago a partir de março.

Segunda rodada

A primeira rodada, paga a partir de abril do ano passado, chegou a mais de 65 milhões de pessoas. Já na segunda rodada, com metade do valor, a partir de setembro, já eram em torno de 57 milhões de pessoas.

O cruzamento foi feito a partir de 11 bases de dados.

Ainda não está definido o valor que será pago na nova rodada do auxílio nem por quantos meses vai durar

CURTAS

Circulação da nota de R\$ 200 é lenta

Dos 450 milhões cédulas de R\$ 200 impressas no ano passado, 57,6 milhões, o equivalente a 12,8%, estavam em circulação até a última sexta-feira, segundo informou o Banco Central. O montante das cédulas que não está nas mãos da população fica em poder do governo. O Banco Central informou que libera as cédulas de R\$ 200 para circulação de acordo com a demanda e que o ritmo por enquanto está dentro do esperado. “O ritmo de utilização da cédula de R\$ 200 vem evoluindo em linha com o esperado e deverá seguir em emissão ao longo dos próximos exercícios”, informou a instituição. A nota de R\$ 200 foi lançada no ano passado.

Adesão à OCDE fica mais fácil

O novo marco legal para o mercado de câmbio, aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados, facilitará a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as economias mais industrializadas do planeta. A avaliação é da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que divulgou estudo com o impacto da medida sobre a movimentação de capitais, o comércio de serviços e os investimentos estrangeiros. O projeto de lei, que depende de votação no Senado e sanção presidencial, simplifica e agiliza as operações internacionais, além de dar sequência à agenda do BC de modernização.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● Daniel soube como poucos caminhar unido com todas as pessoas, de classes sociais e ideologias distintas. É esse bom trânsito que todos nós desejamos a ele na eternidade

David Rios

Deputado estadual do PSDB, ao falar sobre a morte do irmão, o vereador da capital Daniel Rios (Patriota), anteontem, aos 46 anos

Cartão vermelho

Sobrinha da desembargadora afastada Maria Das Graças Osório Leal e investigada pela Operação Faroeste como operadora financeira da tia, a fisioterapeuta Karla Janayna Leal Vieira perdeu o cargo que tinha como assistente de cerimonial da presidência da Assembleia Legislativa, onde recebia aproximadamente R\$ 7,2 mil por mês. Logo após assumir o comando da Casa, o novo presidente, Adolfo Menezes (PSD), exonerou Karla Janayna na primeira leva de demissões decorrentes da mudança de poder na Assembleia iniciada com a saída do deputado estadual Nelson Leal (PP) do posto.

RECORDAR É VIVER

Nas buscas feitas durante a primeira fase da operação contra a venda de sentenças na Justiça baiana, em novembro de 2019, a PF achou indícios de que a desembargadora transferia recursos ilícitos para a sobrinha, que ostentava padrão de vida bem acima do salário e da renda declarada. Incluindo, BMW financiada, gastos com cartão acima dos R\$ 20 mil por mês e aluguel de imóvel de luxo no valor de R\$ 4,3 mil.

Tchau, voltei!

Na vassourada de cargos na presidência da Assembleia, Adolfo Menezes também demitiu o ex-deputado estadual Reinaldo Braga, até então chefe de gabinete e número dois do antecessor. No entanto, Braga, um dos políticos mais longevos da Casa - até perder a reeleição em 2018, foram nove mandatos seguidos -, não foi abandonado na bacia das almas pelo ex-colega de bancada. No mesmo ato em que o exonerou, Menezes o nomeou para o posto de assistente civil. O novo salário é ligeiramente mais baixo que o antigo, mas ainda assim além do mercado. De R\$ 16.399 caiu para R\$ 12.745.

Retrato interno

Presidente do DEM da Bahia e membro da Executiva Nacional do partido, o deputado federal Paulo Azi afirma que a cúpula da legenda é majoritariamente favorável ao distanciamento regulamentar do governo Jair Bolsonaro. "O Democratas está fechado com a postura de independência. É óbvio que há correntes que posicionam a favor de uma maior aproximação do partido com o Palácio do Planalto. Por outro lado, há também quem pregue ruptura clara e aberta. Mas a tese de independência continua sendo a dominante", acrescenta Azi.

Olho no lance

É grande a expectativa da oposição sobre quando o Tribunal de Contas do Estado (TCE) vai apreciar o relatório de auditoria sobre a rumorosa compra dos respiradores pelo governo da Bahia, episódio que levou à queda do ex-chefe da Casa Civil estadual, Bruno Dauster, em junho do ano passado. À época, uma auditoria preliminar do TCE encontrou indícios de irregularidades no processo de aquisição, cujo prejuízo, segundo cálculos da Polícia Federal feitos ainda no início do inquérito, foi de pelo menos R\$ 10 milhões.

Boca de espera

Desde que o relatório prévio do TCE foi concluído, o processo sobre os respiradores para pacientes da covid ainda não foi pautado. Para líderes da oposição, a demora é sinal de que os auditores encontraram mais do que pensavam.

Ampliar isenção no imposto de Renda custará R\$ 74 bilhões

ESTUDO DA UNAFISCO Promessa de campanha eleitoral renovada em declarações a aliados no último mês de janeiro pelo presidente Jair Bolsonaro, a ampliação do contingente de isentos do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) pode custar quase de R\$ 74 bilhões aos cofres públicos. No mês passado, o presidente disse que tentaria passar a renda livre do pagamento do imposto para quem ganha até R\$ 3 mil mensais. Em 2020, só ficaram isentos do IR aqueles que têm renda inferior a R\$ 1.903,98 por mês.

Um estudo da Associação Nacional dos Auditores da Receita Fiscal (Unafisco), obtido com exclusividade pela Agência Estado, mostra que a nova promessa de Bolsonaro beneficiaria 4,3 milhões de contribuintes que passariam a ficar desobrigados de fazer a declaração anual. Isso, no entanto, representaria uma redução de R\$ 73,87 bilhões na arrecadação do governo federal.

3
Mil reais por mês seria foi a faixa de isenção defendida por Bolsonaro em janeiro e serviu de base para a pesquisa. Atualmente, a isenção é feita para quem ganha até 1.903,98 reais por mês

Transações com Pix superam em 5 vezes as TEDs em 2021

NOVO SISTEMA Há três meses em operação, o Pix – sistema de pagamentos instantâneos do BC (Banco Central) – caiu no gosto dos brasileiros e registrou, desde o dia 1º de janeiro, cinco vezes mais transferências do que a tradicional TED.

Segundo dados divulgados pelo BC, foram realizadas 292.986.727 operações com o uso do Pix neste ano, número mais de 450% superior às 53.202.010 TEDs feitos no mesmo período.

Apesar da preferência na hora de efetuar transferências bancárias, o montante movimentado pelo PIX ainda está bem abaixo do registrado pelo sistema mais tradicional. Enquanto o Pix foi responsável pela transferência de R\$ 228,4 bilhões em 2021, as transações via TED movimentaram mais de R\$ 2,76 trilhões. Desde a sua implantação – em novembro de 2020 – o Pix já foi contabilizou 445.492.257 de transferências, que contabilizaram R\$ 354.055.511,66.

CARNE BOVINA SUBIU 32,22% NO ANO PASSADO

DÓLAR E CUSTO De acordo com um estudo realizado pela Universidade de São Paulo (USP), o aumento dos custos do produtor com rações e alta no volume de exportação provocada pela desvalorização do real frente ao dólar são os motivos que explicam a elevação em 32,22% no valor da carne bovina entre 31 de janeiro de 2020 e 1º fevereiro de 2021. A maior escassez de chuva nos últimos cinquenta anos no centro-oeste, em 2020, reduziu o pasto no campo e com isso, o agricultor precisou investir mais em ração. Já as exportações brasileiras, só no ano passado,

foram de 8,53 bilhões segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC).

Em 2021, ainda segundo a associação, a expectativa é de nova alta nesta área. Os preços, no mercado interno, contudo, podem não aumentar tanto, uma vez que uma alta ainda mais expressiva pode frear o consumo do produto.

Motoristas fazem fila para comprar gasolina a R\$ 3,50

PROTESTO A gasolina foi um dos itens que mais subiu de preço em 2021, superando os R\$ 5 nos postos de Salvador, preocupando motoristas. Os donos de postos e petroleiros também estão descontentes e ontem realizaram uma ação em que venderam o combustível a R\$ 3,50 em estabelecimentos na capital baiana e Alagoinhas.

A ação, que antecede a greve dos petroleiros marcada para amanhã (18), foi organizada pelo Sindipetro Bahia. O objetivo é mostrar que é possível vender os derivados de petróleo a um preço justo, levando-se em consideração o custo de produção nacional, mantendo o lucro de distribuidoras, revendedoras, da Petrobrás e a arrecadação dos impostos dos estados e municípios.

Em Alagoinhas a promoção começou 7h, no Posto Laguna, localizado na Avenida Dantas Bião. Os 120 primeiros carros abasteceram 20 litros de gasolina, e as 50 primeiras motos, 5 litros. Já em Salvador a ação aconteceu também às 7h, no Posto Apache, no Dique do Tororó e obedeceu as mesmas regras do posto de Alagoinhas.

O primeiro da fila no Dique era motorista de aplica-

tivo Tiago Maia, de 25 anos, que chegou ao local às 3h da manhã. Ele calcula ter economizado de R\$ 30 a R\$ 40. "Cheguei cedo porque sempre que tem promoção assim a fila fica enorme, e tive que garantir o abastecimento. Na situação em que estamos vivendo, pagando mais de R\$ 5 na gasolina, qualquer ajuda é bem vinda", afirmou.

Quem também fez questão de abastecer ali foi o professor Rafael Mota. Para ele o importante não era só a economia, mas também a denúncia dos preços altos cobrados. "São abusivos. É importante ações como essa para mostrar isso", disse. "O cálculo do combustível não pode ser feito com base no dólar. Quase tudo que a gente consome no Brasil é calculado com base no real - água, luz, telefone, cesta básica, não pode só o combustível, produto de extrema necessidade, ser baseado em outra moeda", completou.

As fichas para abastecer com desconto acabaram às 3h30 da madrugada. "Quando a gente abriu o posto, 7h da manhã, já tinha fila na porta. Em determinado momento ela bateu quase na Fonte Nova", detalhou Kelvin Correia, gerente do posto.

●● Cheguei cedo porque sempre que tem promoção assim a fila fica enorme, e tive que garantir o abastecimento. Na situação em que estamos vivendo, pagando mais de R\$ 5 na gasolina, qualquer ajuda é bem vinda Tiago Maia

motorista de aplicativo

●● O cálculo do combustível não pode ser feito com base no dólar. Quase tudo que a gente consome no Brasil é calculado com base no real Rafael Mota

professor

Sistema de Saúde da Bahia sob pressão

Filas de regulação para doentes com a covid-19 e as mortes diárias deram salto

Daniel Aloisio*

REPORTAGEM
daniel.santos@redesbahi.com.br

O sistema de saúde baiano inspira cuidados e preocupação, segundo afirmam os secretários de Saúde de Salvador (SMS) e da Bahia (Sesab), Léo Prates e Fábio Vilas-Boas, respectivamente. Isso porque a fila para a internação de pacientes com a covid-19 não para de crescer. Além disso, nos últimos 10 dias, houve aumento na média de mortes diárias pela doença causada pelo novo coronavírus no estado. Em 06 de fevereiro, 40 pessoas tinham morrido pela infecção na Bahia. Ontem, os óbitos saltaram para 66. No auge da pandemia, no ano passado, 70 mortes diárias foram registradas no estado.

Já o número de pessoas que aguardavam leitos para internação chegou a atingir 104 nos últimos dias, segundo o secretário estadual Fábio Vilas-Boas. Esse número costumava ficar em 30.

"Hoje, 80 pessoas não conseguiram. Isso significa que tem 80 pessoas que não são atendidas na hora que precisam, por causa da pressão no sistema", explica o secretário, que garante ainda estar conseguindo fazer a regulação de pacientes com covid-19 em um prazo de 24 horas. "Mas está ficando cada vez mais difícil", lamenta.

Caso o número de pacientes aguardando internação continue crescendo nessa velocidade, é possível que o sistema de saúde do estado entre em colapso. "Tem unidades hospitalares de Salvador que já estão 100% ocupadas, apesar da taxa geral ser menor, em torno de 75%. Nós regulamos no sábado, junto com o governo do estado, 54 pessoas. Ontem (anteontem) foram 48. Mas no auge da pandemia eram 60. O sistema está muito mais pressionado", alerta o secretário Léo

Prates, que comanda a pasta municipal da Saúde.

"Ou nós revertemos a curva de crescimento ou, em breve, teremos que tomar medidas duras. Se a curva de crescimento for mantida, corre o risco de colapso. Mas é claro que o governador e o prefeito agirão antes disso acontecer", acrescenta Léo.

Já Vilas-Boas lembra que existem medidas a serem tomadas para evitar esse colapso, como a restrição de circulação das pessoas e o isolamento social. Ontem, o governador Rui Costa, inclusive, anunciou o decreto sobre o toque de recolher no estado, que será publicado hoje e entrará em vigor nesta sexta-feira (leia na pág. 15).

No entanto, o problema vivido pelas autoridades é a velocidade com que a doença tem se espalhado nos últimos dias. "Se continuar do jeito que as pessoas estão transmitindo a doença umas para as outras, e se nós não conseguirmos acompanhar com o aumento de leitos, por exemplo, [o colapso] pode sim se tornar uma realidade. Nós estamos lutando pra isso não aconteça", garante Fábio

GRIPÁRIOS

O agravamento da situação nas unidades de saúde já ocorre nos gripários de Salvador, que funcionam nas Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs) dos Barris, Pau Miúdo, Paripe e Pirajá, voltados para os pacientes com sintomas gripais, característicos também da covid-19. O CORREIO foi até as UPAs dos Barris e do Pau Miúdo e constatou a grande fila de espera, doentes que chegavam a todo momento e profissionais sobrecarregados.

Nos Barris, por volta das 11h, a situação era a mais dramática. Do lado de fora do gripário, cerca de 50 pessoas aguardavam atendimento e os carros que traziam pacientes chegavam a causar um pouco de congestionamento

1,1 mil pessoas eram atendidas por mês no gripário dos Barris até novembro do ano passado.

4,1 mil pacientes passaram a ser atendidos na mesma unidade em dezembro. O número saltou para...

4,5 mil atendimentos em janeiro deste ano e, segundo o coordenador da unidade, a expectativa para fevereiro é ultrapassar os...

5 mil atendimentos de pessoas que chegam ao local com sintomas gripais e suspeita de covid-19



na entrada da unidade.

Morador da Vasco da Gama, Jeferson Cadu, 24 anos, foi com o filho de um ano buscar atendimento. O pai estava com dor de cabeça, febre e garganta inflamada, enquanto o filho tinha catarro no peito. "Desde sexta estou assim, mas só vim mesmo por eu ter piorado de ontem (anteontem) pra hoje. Cheguei 9h30 aqui, já são 11h e tem muita gente na minha frente. Não faço ideia de quando serei atendido. Acho que tinha que ter mais opções, tinha que ser mais rápido. Essa fila grande não deveria ser permitida".

A situação também gerou estresse em alguns doentes. Um homem que não quis se identificar, em um determinado momento, teve um surto por causa da demora de atendimento e chegou a ofender verbalmente funcionários do gripário. Ele teve que ser acalmado por três policiais militares. Depois, ao CORREIO, o homem contou que esse era o segundo dia seguido que ele ia ao local buscando atendimento.

"Ontem me disseram que eu só seria atendido no final da tarde. Então fui embora e cheguei hoje 6h30 e até agora não consegui ser atendido. Eles alegam que tem pacien-

tes graves que tem prioridade, mas é inadmissível ficar aqui durante 3h e não ser atendido por ninguém", disse o rapaz, que sentia dor de cabeça e no corpo, febre e diarreia.

Uma outra mulher, que também preferia o anonimato, contou que saiu de Águas Claras até os Barris para buscar atendimento. "Ontem (anteontem) eu não imaginava que demoraria tanto e como estava sem dinheiro, com fome e cansada, voltei para casa. Vim hoje de novo mais preparada para encarar esse sofrimento", desabafou.

PROFISSIONAIS

A pressão no sistema de saúde - boa parte dela também causada pelo fato das pessoas terem relaxado nas medidas de isolamento e nos protocolos para controlar o espalhamento do coronavírus entre a população - não afeta só os pacientes, mas também os profissionais que tem de lidar com a sobrecarga de trabalho.

"Eles ficam estressados e acabam desconhecendo na gente. Sempre é assim", disse o funcionário que foi agredido verbalmente pelo paciente nervoso. "Essa quantidade de pessoas que você está esperando é até tranquila em comparação com outros dias recentes", apontou outro profissional.

Coordenador médico do gripário do Pau Miúdo, Elmar Dourado tem observado o aumento no número de atendimentos e a pressão no sistema. "Vejo que os profissionais da saúde estão com medo e cansados, desgastados. Estamos trabalhando no limite e esperamos que não haja esse colapso", disse o médico, que tem lidado com o aumento de atendimento na unidade. "Nossa média de atendimentos mensais era 1,1 mil pessoas, o que saltou para 4,1 mil em dezembro, 4,5 mil em janeiro e, agora em fevereiro, a expectativa é ultrapassar

Gil SantosREPORTAGEM
gil.santos@redet Bahia.com.br

Ansiedade, alívio, alegria, e gratidão. Esses foram alguns dos adjetivos usados por pessoas que tomaram a segunda dose da vacina CoronaVac para definir a sensação de ser imunizado em definitivo. A campanha começou ontem, em Salvador, e pela manhã o movimento foi intenso nos 14 postos que estão aplicando a dose dois do imunizante.

Na Arena Fonte Nova foram instalados um posto fixo, com acesso pela Ladeira da Fonte das Pedras, e outro de drive thru, com acesso pela portaria principal que fica ao lado da loja do Bahia. Ambos funcionam das 8h às 17h, como nos outros postos, a diferença é que no primeiro o paciente é pedestre, enquanto no segundo ele não pode descer do carro.

A farmacêutica bioquímica, Ana Rafaela Gomes, 40 anos, trabalha no Hospital Sagrada Família, unidade que atende pacientes com covid-19, e já passou também pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) dos Barris. Com dois pais idosos e uma criança em casa, os cuidados precisaram ser reforçados. Ela recebeu a primeira dose da CoronaVac na UPA, e ontem foi até a Arena Fonte Nova para receber a segunda.

“É uma mistura de alívio e esperança de que tudo vai melhorar. Ninguém imaginava que essa vacina fosse surgir tão rapidamente diante de todas as outras enfermidades que nós temos e em que as vacinas demoraram anos para serem desenvolvidas, enquanto essa surgiu tão rápido. E com essa segunda dose a gente tem a esperança de já estar imune e garantir a nossa proteção”, disse.

A médica Lindaura Machado, 54, era somente sorrisos. Ela trabalha no Instituto Couto Maia e contou que sentiu um misto de ansiedade, felicidade e alívio com a possibilidade de receber a segunda dose do imunizante. A médica pediu que a população se proteja. “A vacina está sendo distribuída e eu acredito que todo mundo que está dentro do perfil de vacinação deve ser vacinado. Estou na expectativa e muito feliz”, afirmou.

Todas as pessoas ouvidas pela reportagem e que toma-



Segunda dose da CoronaVac começou a ser aplicada ontem em diversos pontos de Salvador

100% IMUNIZADOS

Pandemia Quem já tomou segunda dose da CoronaVac relata alívio e alegria

ram a primeira dose contaram que não tiveram efeitos colaterais, algumas disseram que o local de aplicação da injeção ficou dolorido, como acontece com outros tipos de vacina aplicadas no braço.

PRAZO

A diretora de Vigilância à Saúde da capital, Andréia Salvador, contou que quem já tomou a primeira dose do imunizante pode procurar qualquer um dos 14 pontos de vacinação para receber a segunda dose, ou seja, não é necessário ir exatamente ao mesmo local da primeira vez, mas ela fez uma ressalva:

“É preciso respeitar o prazo de 28 dias entre as duas etapas para assegurar a imunização. Então, por exemplo, quem completa 28 dias amanhã não

adianta procurar uma unidade de saúde hoje porque não será vacinado. É preciso respeitar o prazo”, afirmou.

Já nas situações em que o paciente perdeu o prazo, ou seja, deveria ter procurado uma unidade de saúde ontem, mas não fez isso, ainda é possível se imunizar. A recomendação é que faça isso o quanto antes. Em todos os casos é preciso apresentar a carteira de vacinação recebida no primeiro dia e documento de identificação.

Na Unidade de Saúde da Família do Imbuí procura foi grande, mas a frustração também. Funcionários contaram que algumas pessoas esqueceram do prazo e procuraram a unidade antes da hora. Apenas 16 pessoas estavam aptas para receber a segunda dose do imunizante

ontem, as demais serão protegidas a partir de hoje e nos próximos dias para respeitar o intervalo de 28 dias entre as doses.

NÃO ACABOU

A imunização não significa que máscaras e distanciamento social devem ser abandonados. Andréa conta que apenas dez ou 20 dias após a aplicação da segunda dose é que o organismo começa a responder à vacina, e, mesmo após esse período, a pessoa vacinada ainda pode transmitir o vírus.

“O que a vacina confere é uma imunização após o processo de duas doses que assegura, diante das pesquisas feitas, que caso a pessoa venha a contrair a doença ela não terá o agravamento dos sintomas. A pandemia não

ONDE RECEBER A 2ª DOSE:

- USF Itapuã
- CS Péricles Laranjeiras (Fazenda Grande do Retiro)
- USF Imbuí
- CSU Castelo Branco
- CS Nelson Piauhy Dourado (Águas Claras)
- CS Virgílio de Carvalho (Bonfim)
- USF Colina de Periperi
- USF Vista Alegre
- USF Tubarão
- CSU Pernambuco
- USF San Martin III
- USF Vale do Matatu
- USF Resgate
- Arena Fonte Nova (parte de cima) e drive thru
- Centro de Convenções (drive thru)

acabou, a máscara é obrigatória, o isolamento social deve ser mantido, e não se deve ter contato com pessoas em aglomerações. As medidas precisam continuar sendo adotadas”, afirmou.

O secretário municipal de Saúde, Léo Prates, contou que a logística para a aplicação da segunda dose mudou em relação à primeira. Antes, por conta da baixa quantidade de vacinas, as equipes do Município iam até às unidades de saúde para fazer a aplicação. Agora, os profissionais de saúde é que se deslocam até os pontos de vacinação. O secretário disse que essa etapa será demorada e não tem prazo para ser concluída.

“Estamos vacinando as primeiras pessoas que receberam a CoronaVac, do primeiro lote. Teremos ainda as pessoas que receberam a vacina de Oxford que só serão imunizadas 90 dias depois da primeira dose, foi o segundo lote com 34.880 doses. E ainda teremos o terceiro lote com 18.200 de CoronaVac, então, vai demorar um tempinho para acabar o quantitativo de pessoas que estão recebendo a segunda dose”, afirmou.

Com fim das doses, Salvador suspende vacinação

O Secretário Municipal de Saúde de Salvador, Léo Prates, anunciou ontem que as doses da vacina para a covid-19 na capital baiana acabaram. Com isso, a campanha de vacinação está suspensa até o recebimento de uma nova remessa do imunizante.

“Lamentamos o fim das primeiras doses da vacina para COVID-19! Nesse momento estamos suspendendo a vacinação em Salvador, para 1ª dose, continuando apenas com a 2ª dose! Aguardamos o recebimento de novas doses do Governo Federal para dar continuida-

de ao Plano de Vacinação”, publicou o secretário.

A previsão era vacinar a população até às 17h, mas em alguns pontos antes de 12h já não havia mais vacina. No Parque de Exposições, por volta das 10h, a fila tinha quase 1 km de extensão quando a vacina terminou.

Funcionários saíram em busca de mais doses para atender a demanda.

Na cidade, apenas idosos com idades acima de 83 estavam recebendo as primeiras doses da vacina contra a covid-19.

Ainda não há definição de quantas doses Salvador deve

receber nessa nova remessa. “Não tem um número exato de quantas doses virão. A gente está esperando a definição do quantitativo. Isso tem complicado nosso planejamento porque não sabemos quantas pessoas poderemos vacinar”, pontuou Prates.

Governo e prefeitura vão reforçar estrutura

YURI ABREU
REPORTER

Um sinal amarelo persistente que pode logo tornar-se vermelho caso o número de novos casos do novo coronavírus continuem crescendo em Salvador, assim como no estado da Bahia, representando uma pressão maior ainda nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e, por conseguinte, nos leitos de UTI Adulto Covid. Neste caso específico, de acordo com dados da Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab), a capital baiana, por exemplo, possui 579 leitos disponíveis, mas 74% deles estão ocupados (430), número que traz bastante preocupação as autoridades de saúde.

No estado como um

todo, a situação é semelhante. São 2.145 leitos ativos. Contudo, dos direcionados a UTI Adulto Covid, 74% também estão ocupados. Voltando para as UPAs, o cenário também não tem sido animador. Se, na segunda-feira, o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, afirmou que havia dias em que até 100 aguardavam nessas unidades para serem deslocadas para leitos de UTI, na Bahia, em Salvador a situação não é diferente, de acordo com o titular da Saúde soteropolitana, Léo Prates.

Segundo ele, que as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) da cidade estão com atendimentos em ritmo semelhante aos que eram realizados no auge da primeira onmda da pande-

mia. Somente no último sábado, 54 pessoas foram reguladas para hospitais oriundas das UPAs e gripários da cidade. Desta forma, o gestor alertou que o cenário é de alerta máximo e que o sistema de saúde está pressionado como nunca.

"[Segunda-feira] regulamos 60 pessoas oriundas das UPAs. Agora estamos quase no mesmo patamar. Mesmo ontem tendo feito um dos dias de maior regulação nestes últimos tempos, nós amanhecemos com 33 pessoas aguardando regulação nas UPAs. O cenário é de alerta máximo e o sistema de saúde está pressionado de uma forma que ele nunca esteve na pandemia", afirmou Prates, em entrevista à TV Bahia, ontem.

Conforme o titular do ór-

gão municipal, para tentar fazer com que os números baixem e diminuir a pressão sobre as estruturas, a Prefeitura deve abrir, ainda nesta semana, mais dez novos leitos de UTI, no Hospital Santa Clara, no bairro do Itaigara, além de mais um gripário, na região de São Cristóvão. Ainda há a expectativa de se montar uma mini tenda, no bairro de Valéria, em moldes semelhantes às existentes no Wet 'n Wild.

"Estamos trabalhando para ter o melhor cenário, mas trabalhando para o pior. Teremos uma estrutura maior que tivemos na primeira onda. O Governo do Estado já anunciou que, se a ocupação chegar a 85%, ele reabre a Fonte Nova e fica praticamente com o mesmo número", afirmou Léo Prates.

INDENIZAÇÃO

Trabalhadores da Ford de Camaçari reclamam

MÁRCIA DE CHIARA, O ESTADO DE S. PAULO

Desde que a Ford anunciou em janeiro que deixaria o País, os trabalhadores da montadora enfrentam um período de indefinições de como será feita a dispensa dos funcionários, qual será a indenização e quantos devem retornar ao trabalho para produção de autopeças de reposição dos veículos em circulação.

Segundo Júlio Bonfim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari (BA), onde fica uma das unidades da Ford, a montadora está convocando todos os trabalhadores da fábrica para retornarem à atividade e produzi-

rem peças de reposição. Na última mediação que houve no Tribunal, a previsão da companhia, no entanto, era de que necessitaria de apenas 400 trabalhadores para produção de autopeças.

"A empresa está convocando todos os trabalhadores, aqueles que estão lesionados e afastados e até que já foram demitidos", diz o presidente do sindicato. Na sua avaliação, o telegrama enviado ao trabalhador informa que se ele não retornar à atividade serão tomadas medidas. "O sindicato sempre cumpre as ordens judiciais: se é para retornar, vamos retornar. Mas não aceitamos que a empresa

imponha assédio moral."

Procurada, a Ford informa, por meio de nota, que negocia com os sindicatos de Camaçari (BA) e Taubaté (SP). Desde o anúncio da saída da empresa do País em 11 de janeiro todos os empregados estão com seus contratos ativos, sem alteração em salários e benefícios, diz a companhia.

ASSEMBLEIA

Hoje pela manhã, o sindicato reuniu 3 mil trabalhadores do polo de Camaçari (BA) na porta da Ford para esclarecer o que ocorre em relação a essa convocação. Ficou decidido que na próxima quinta-feira, em audiência marca-

da no Tribunal da Justiça do Trabalho da 5ª Região, será encaminhada a demanda para sejam fixados critérios de quantos trabalhadores terão de retornar à atividade e de uma forma mais organizada "Queremos que haja controle desses trabalhadores, até para que eles não fiquem sem fazer nada."

Segundo Bonfim, o critério de retorno ao trabalho é uma das prerrogativas para que as negociações com a montadora, em andamento, continuem. Hoje sindicato e montadora negociam como será a indenização e a reparação dos demitidos. "Enquanto tiver negociação não pode ter demissão nem assédio moral", diz o sindicalista.

REFORMA DE RUI: LEÃO DEVE ASSUMIR A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



admin 17 Fevereiro, 2021

Depois de negociar com o governador a saída da candidatura de Niltinho para presidência da ALBA (Veja aqui), o vice-governador João Leão está de malas prontas para a secretaria do Planejamento. Para o seu lugar na pasta de Desenvolvimento Econômico vai o ex-presidente da Alba, Nelson Leal. Antes, Leão estava disposto a assumir a Casa Civil de Rui, uma das pastas mais importantes. A informação foi postada pelo colunista Luiz Fernando Lima na coluna Conjuntura Atual.

Foto: divulgação



Posted in ECONOMIA / POLÍTICA

You are here: [Home](#) > [2021](#) > [Fevereiro](#) > [17](#) > RUI COSTA NÃO DESCARTA LOCKDOWN NA BAHIA

RUI COSTA NÃO DESCARTA LOCKDOWN NA BAHIA

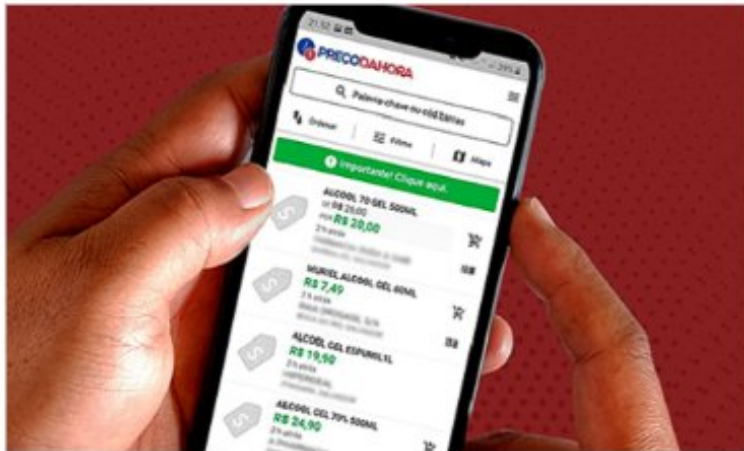


admin  17 Fevereiro, 2021 

Se os números de infectados e vítimas fatais causadas pela Covid-19 continuarem crescendo na Bahia, o governo estadual pode decretar lockdown como medida de controle. O governador Rui Costa (PT) afirmou hoje (17) que a estratégia de decretar toque de recolher a partir de sexta-feira (19) foi uma antecipação para que essa medida mais dura seja evitada, mas que ele não descarta enrijecer ainda mais as ações contra o novo coronavírus.

"Lockdown não foi pensado de imediato porque ainda não estamos na situação de pré-colapso. O que estamos é em uma curva muito ascendente da doença. Com 74% ou 73% de ocupação. Nós ainda temos uma margem de leitos para oferecer à população, mas não queremos chegar no ditado de que só atua depois do leite derramado. Estamos nos antecipando e fazendo um grande alerta de que a doença voltou com muita força. Se ao longo desses sete dias a situação não melhorar, vamos progressivamente mudando o horário do toque de recolher ou adotando outras medidas", disse em entrevista à TV Itapoan nesta manhã.

APLICATIVOS AMPLIAM SERVIÇOS NA CORRIDA POR SEREM SUPERAPP



admin 17 Fevereiro, 2021

Na corrida por tornarem-se superapps, aplicativos lançam mão do relacionamento que têm com clientes e parceiros para oferecer novos serviços, embaralhando a lógica da concorrência. É o caso do RappiBank, da 99Pay ou do UberChip, lançados por três dos serviços mais populares no Brasil. Segundo as empresas responsáveis, as iniciativas têm o objetivo de fazer com que cada vez mais usuários possam resolver problemas sem precisar mudar de plataforma. “É a lógica de ecossistemas que surgiu na China com o WeChat”, explica Renato Mendes, professor na pós-graduação de marketing digital do Insper e da PUC-RS e especialista em temas como startups e empreendedorismo.

O aplicativo chinês de mensagens inaugurou a tendência ao reunir também jogos, pagamentos e outras tarefas do dia a dia no mesmo lugar. “A dinâmica de expansão corporativa está caminhando por aí, tanto em startups, quanto de grandes players. Eu resolvo um problema com eficiência, construo relação de confiança, e amplio meus serviços”, diz Mendes. Ele faz a ressalva, no entanto, de que as novas verticais de atuação precisam estar, em alguma medida, relacionadas ao foco da empresa. “Sou um aplicativo de corridas de carro, vou vender produto esportivo? Não. Mas mapear as necessidades de quem já é meu cliente e que eu não estou atendendo hoje. É uma forma de pegar um pouco mais de dinheiro daquele usuário que você já conhece os hábitos”.

Ele cita o exemplo do Mercado Livre, que surgiu apenas como plataforma para compra e venda de produtos usados. Assim que o serviço se consolidou no setor, passou também a facilitar os métodos de pagamento e a logística de entrega, gargalos de sua atuação inicial. Identificar demais “dores” dos clientes, jargão usado pelo mercado, é mais fácil hoje com a quantidade de informações coletadas pelos meios digitais. Quanto mais se usa um aplicativo, mais dados disponibilizamos para a empresa em termos de hábitos de consumo: o que é pedido, como se paga, por onde a população se desloca etc.

Ainda assim, as empresas que falaram à reportagem dizem manter contato constante com clientes e parceiros, em grupos focais ou em canais diretos de comunicação. “Quando começamos lá atrás, já tínhamos essa preocupação de colocar o usuário final no centro para entender as demandas”, diz Fernando Vilela, diretor de marketing do Rappi. “Nascemos focados nas conveniências de bairro, mas analisar o que era pedido pelo aplicativo levou a gente a criar novas verticais, como a opção de pedir em restaurantes, o Rappi Cash, Petz e por aí vai.”

Mais recentemente, a startup colombiana lançou o RappiBank, banco digital que oferecerá cartão de crédito e empréstimo para empresas e pessoas físicas. “Vínhamos observando um volume grande de transações pelo aplicativo. Dado que a gente já tem parte do convívio transacional, faz sentido ter o ecossistema completo para facilitar para o cliente. O sistema financeiro no Brasil não é um mercado atendido com excelência; e acho que todo mundo concorda [com isso]”. A Uber, por sua vez, se voltou para os motoristas parceiros ao anunciar a Uber Conta e o UberChip nas últimas semanas.

A primeira é uma conta digital exclusiva para motoristas e entregadores parceiros, operacionalizada pelo banco Digio. Com ela, os motoristas do aplicativo recebem os repasses das corridas de forma instantânea. Já o Chip, por ora disponível apenas em São Paulo, foi viabilizado por parceria com a Surf Telecom, e funciona como um plano pré-pago que permite usar o app sem descontar dados da franquia de internet móvel.

“Os dois serviços são frutos de um trabalho das equipes em contribuir para redução dos custos de quem realiza viagens de carro e entregas usando a nossa plataforma”, diz Claudia Woods, diretora geral da Uber no Brasil. Mais de 1 milhão de pessoas usam o aplicativo hoje para ganhar dinheiro. Para atendê-las, a Uber tem um programa de vantagens para parceiros. “Ele é, em parte, dedicado a identificar essas oportunidades e também monitorar a implementação dessas parcerias. Nós realizamos pesquisas periódicas e também acompanhamos a utilização dos benefícios em si”, diz Woods.

Mendes ressalta a importância, para esses aplicativos, de atenderem a todos os elos da cadeia: fornecedores, como restaurantes e mercados, parceiros, caso de entregadores e motoristas, e o cliente final. “A dinâmica é a de que se um desses pilares estiver frágil, não vou conseguir ser bem-sucedido. Na prática, todos viram cliente, porque vão gerar receita também”, diz Mendes. O especialista também chama a atenção para a vantagem de olhar para os parceiros: “Monetizar com alguém dentro de casa é mais fácil do que brigar pela aquisição de novos clientes lá fora. Outro ponto é a importância de fortalecer o ecossistema: se você é um entregadora que atende por diversos aplicativos, vai acabar dando preferência para o que te traz mais vantagens”.

No caso da 99, a carteira digital que começou apenas para motoristas, passou a ser disponibilizada agora também a clientes. “Nosso papel é facilitar interações entre usuários, parceiros e motoristas”, diz Mauricio Orsolini Filho, diretor da carteira digital. “No caso, a conta digital traz mais segurança, ao reduzir o uso de dinheiro físico, mas também, considerando a pandemia, diminuindo a interação física”. A 99 está hoje em 1.800 municípios brasileiros. São 750 mil motoristas e 20 mil passageiros ativos, ou seja, que usaram o aplicativo no último mês.

“Isso tem um efeito de capilaridade enorme, tudo vira dado que podemos usar para melhorar a plataforma”, diz Filho. “Acertamos a estratégia ao olhar para dentro. A carteira digital serve como cola que consegue juntar as unidades de negócio da 99 e gerar usabilidade melhor para todos”. O primeiro resultado dessa corrida, alerta Renato Mendes, é o fato de que empresas de diferentes segmentos passarão a concorrer, a partir do momento em que cruzam a linha para jogar em outros terrenos. “A lógica da concorrência nunca foi tão complexa, nessa busca de construção de ecossistema teremos conflitos que antes não teríamos. Como a Apple lançar um carro e, de repente, virar concorrente da Volkswagen”, diz Mendes.

Já o desafio, dizem os empreendedores, está em manter a qualidade dos serviços, a partir do momento que a empresa caminha por um território que não é seu principal foco de atuação e passa justamente a competir com entidades há anos no setor. “Não podemos nos perder na infinidade de opções que há. São muitas oportunidades na mesa, mas temos que criar um exercício constante de priorização do que usuário de fato precisa, se não você morre”, diz Vilela, da Rappi. “Lançar uma nova vertical é o caminho fácil da inovação, o caminho difícil é garantir a eficiência do que estamos fazendo e nos propomos fazer. Inovar dentro daquilo que já a gente faz”. Outro desafio, dizem eles, é o de comunicar aos clientes sobre mudanças.

“As pessoas questionam: por que a 99 está fazendo isso? Qual vantagem eu tenho?”, diz Orsolini Filho. “Garantir uma história bem contada é nossa missão, por isso começamos devagar, atuando próximo do nosso foco, e gradualmente lançando serviços secundários ou terciários, no momento que fizerem sentido para os usuários.”

LEÃO CONVIDA USINA UNIÃO INDÚSTRIA A INVESTIR NO POLO AGROINDUSTRIAL BAIANO



admin 16 Fevereiro, 2021

Com 129 mil hectares de lavoura de cana de açúcar, um parque industrial com potencial para processar 6 mil toneladas de cana por dia e 3,1 mil empregos na safra, a Usina União e Indústria SA, de Pernambuco, pode ser mais um empreendimento a investir no Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco baiano. O convite foi feito pelo vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico, durante missão de atração de negócios no estado pernambucano, nesta terça-feira (16).

“A União tem uma produtividade de 58 toneladas/ha, na Bahia, no Médio São Francisco, a produtividade pode chegar a 200 ton/ha. Esse é nosso diferencial e algo que despertou o interesse dos executivos da empresa. A usina também tem capacidade de estocagem de 700 mil sacos de açúcar e é um dos principais produtores industrializados de cana de açúcar de Pernambuco. Tem potencial para investir na Bahia e, é claro, além de promover esse intercâmbio técnico, desejo que eles integrem nosso projeto. Convidei e eles ficaram interessados, vão lá conhecer nosso potencial e estudar a possibilidade de investir”, disse Leão, que segue em Pernambuco até a quinta-feira (18), prospectando investidores do setor sucroalcooleiro.

Fundada em 1895, a Usina União tem a sede industrial no município de Primavera-PE, gera a própria energia elétrica, por meio das hidroelétricas de Pé de Serra e Mariquita, possui um gerador a vapor capaz de produzir 10 megawatts de energia e uma estação de tratamento de água no rio Ipojuca, além de um moderno centro de empacotamento e ensacamento de açúcar para o mercado interno e externo. O vice-governador foi recebido pelo fundador da Usina, Ilvo Meirelles, além dos diretores do Grupo, Jair Meirelles e Alexandre Meirelles.

RUI ANUNCIA TOQUE DE RECOLHER NA BAHIA



admin 16 Fevereiro, 2021

Após reunião do governador Rui Costa com prefeitos baianos no final da tarde desta terça-feira (16), ficou definido que haverá toque de recolher na Bahia a partir desta sexta-feira (19) em função do crescente número de casos de Covid. A medida será aplicada das 22h às 5h, em todo o estado, com exceção da região Oeste, Irecê e Jacobina, onde as taxas não estão elevadas. O toque de recolher terá validade inicial de sete dias.

Nesta terça, 16, a Bahia registrou 66 mortes em 24 horas. O número é o segundo maior registrado em seis meses (VEJA AQUI).

"O decreto que será publicado nesta quarta-feira (17) irá valer por sete dias e proíbe atividades comerciais não essenciais. É uma medida que precisamos tomar para conter as taxas de contágios e o número de casos ativos que hoje ultrapassam 15 mil. É uma forma de conter o avanço desse número alarmante que, se continuar crescendo, irá levar ao total colapso do sistema de saúde", declarou o governador.

Rui afirmou ainda que para a volta às aulas, três critérios precisam ser obedecidos, a redução do número de casos ativos, do número de óbitos e das taxas de ocupação de leitos. "Definimos que esses critérios são os requisitos mínimos necessários para que possamos ter um retorno sem colocar em risco a vida de nossos professores, pais, alunos e todos os seus familiares", concluiu.

A declaração do governador seguiu uma apresentação de técnicos da Sesab mostrando que a Bahia alcançou uma taxa de 74% de ocupação dos leitos de UTI dedicados para atender pacientes com covid.

Quem for pego furando o toque de recolher, a Polícia vai atuar por crime contra a saúde e ordem pública. As pessoas serão conduzidas à delegacia, registrado o procedimento e encaminhado ao Ministério Público para abertura de processo criminal. Também será solicitado a cada prefeitura que casse o alvará de funcionamento dos estabelecimentos que desrespeitem os decretos e, eventualmente, pedir ordem judicial para fechamento desses pontos comerciais.

VENDA DA RLAM: DEPUTADOS E SINDICALISTAS PEDEM A RUI ACESSO PÚBLICO A TERMOS DO CONTRATO



admin 16 Fevereiro, 2021

A venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) para o grupo árabe de investimentos Mubadala Capital ganhou mais um capítulo nesta terça-feira (16). A transação foi tratada em uma reunião realizada entre o Governador da Bahia, Rui Costa, o deputado federal Joseildo Ramos (PT), o deputado estadual Rosemberg Pinto (PT) e os representantes do Sindipetro Bahia, Radiovaldo Costa, Deyvid Bacelar e Jairo Batista. Além do apoio do Governo para garantir a permanência da empresa no Estado, foi também solicitado no encontro o acesso público aos termos do contrato.

"A negociação de uma petroleira dessa dimensão abre espaço para a criação de monopólios privados, que certamente atuarão em desfavor da sociedade. O povo sentirá as consequências disso no bolso, no preço do produto final. Isso já é razão suficiente para que essa informação seja pública", afirmou Joseildo. Ainda de acordo com o parlamentar, a entrega da empresa fere os interesses econômicos do Estado.

A possibilidade da exclusão da RLAM da cadeia produtiva de petróleo na Bahia também foi criticada pelo deputado Rosemberg Pinto, que pontuou ainda a necessidade da preservação dos direitos dos trabalhadores que poderão ser demitidos no processo.

O governador se comprometeu a agendar uma reunião com o presidente da Petrobras para tratar do assunto e garantiu que também ouvirá a empresa investidora que está adquirindo.

AMEAÇA DE COLAPSO DEIXA SALVADOR E MAIS 6 CIDADES BAIANAS EM ALERTA



admin 16 Fevereiro, 2021

Por Aline Damazio

O colapso do sistema de saúde já é presenciado em sete hospitais da Bahia que protagonizam a ocupação de 100% dos leitos para pacientes coronavírus, segundo dados atualizados do boletim de secretária de Saúde atualizados nesta terça-feira (16).

Salvador, Alagoinhas, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequiê, Camaçari emitem alertas vermelhos relacionados números crescentes de pacientes infectados com a Covid-19, que fazem uma pressão no sistema de saúde do estado, mesmo após 11 meses que foi detectado o primeiro caso do novo vírus na Bahia.

Situação que também tenciona governador, prefeitos e secretário da saúde a avaliarem a possibilidade do retrocesso nas medidas restritivas de circulação e anteveem uma real possibilidade de retomada de lockdown em algumas localidades do estado, na tentativa de controle dos níveis alarmantes da contaminação.

Com o acumulo negativo de 10.796 mortos por coronavírus e uma taxa de letalidade de 1,71%, baianos assistem assustados o aumento de óbitos registrados por dia com taxas de vidas perdidas que não viamos há seis meses, como por exemplo das 67 mortes nesta sexta (12).

E a pressão na rede assistencial só aumenta, na segunda-feira (15), o secretário de Saúde Municipal, Leo Prates usou as redes sociais para mais um alerta "A pressão sobre o sistema de saúde só aumenta! As UPAS amanheceram com 33 pacientes com Covid a serem regulados! A pandemia não acabou! Precisamos da ajuda de todos!" posto no twitter.

Neste cenário, a Bahia conta com apenas 376.130 vacinados contra o coronavírus (Covid-19) até às 15 horas desta segunda (15), um ritmo lento perante a velocidade dos contaminados que alcançam 1.796 casos de Covid-19 (taxa de crescimento de +0,3), 144.935 em investigação e 41.351 profissionais da saúde foram confirmados para Covid-19.

TRABALHADORES DA FORD NA BAHIA DIZEM SOFRER ASSÉDIO MORAL



admin 16 Fevereiro, 2021

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, Júlio Bonfim, a Ford está convocando todos os trabalhadores da fábrica para retornarem à atividade e produzirem peças de reposição. Na última mediação que houve no Tribunal, a previsão da companhia, no entanto, era de que necessitaria de apenas 400 trabalhadores para produção de autopeças.

"A empresa está convocando todos os trabalhadores, aqueles que estão lesionados e afastados e até que já foram demitidos", diz o presidente do sindicato. Na sua avaliação, o telegrama enviado ao trabalhador informa que se ele não retornar à atividade serão tomadas medidas. "O sindicato sempre cumpre as ordens judiciais: se é para retornar, vamos retornar. Mas não aceitamos que a empresa imponha assédio moral."

Procurada, a Ford informa que, desde o anúncio da saída da empresa do País, em 11 de janeiro, todos os empregados estão com seus contratos ativos, sem alteração em salários e benefícios, diz a companhia.

Segundo Bonfim, o critério de retorno ao trabalho é uma das prerrogativas para que as negociações com a montadora, em andamento, continuem. Hoje sindicato e montadora negociam como será a indenização e a reparação dos demitidos. "Enquanto tiver negociação não pode ter demissão nem assédio moral", diz o sindicalista.

ECONOMIA

Publicado em 16/02/2021 às 17h09.

Sindicombustíveis defende ICMS único e divulgação da formação do preço

Propostas foram defendidas pelo presidente Jair Bolsonaro devido a política da Petrobras em função da variação do dólar e cotação do petróleo

Redação



Foto: divulgação Sindicombustíveis

O Sindicombustíveis Bahia, que representa os postos, divulgou posicionamento favorável à alteração da **cobrança do ICMS na atividade** e também à **divulgação da formação dos preços cobrados ao consumidor final**. As propostas foram defendidas pelo presidente Jair Bolsonaro devido as pressões da política da Petrobras, que tem como política alterar os valores cobrados nas refinarias em função da cotação do dólar – há bastante tempo acima de R\$ 5 – e da cotação internacional do barril de petróleo, atualmente **na casa de US\$ 60**.

“Somos o único setor do comércio varejista que tem total transparência sobre os preços praticados, pois eles estão disponíveis para consulta no site da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP)”, afirmou o presidente da entidade, Walter Tannus Freitas.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 16/02/2021	



Parceria entre cooperativas da agricultura familiar baiana coloca novo café gourmet no mercado

16 fevereiro 2021



Foto: SDR

De olho em expandir mercado, cooperativas da agricultura familiar da Bahia vêm aumentando o leque de produtos a partir de parcerias com outras organizações produtivas. É o caso da Cooperativa de Serviços Sustentáveis da Bahia (Coopessba), sediada em Ilhéus, no sul do estado, conhecida pela fabricação de chocolates veganos, com a marca Natucoa, que acaba de lançar um café gourmet.

O café gourmet Natucoa é uma parceria com a Moreno Torradores, marca que integra os cafés da Cooperativa de Cafés Especiais e Agropecuária de Piatã (Coopiatã), localizada no município de Piatã, na Chapada Diamantina.

O grão do Café Natucoa confere um sabor único, resultado de uma maturação mais lenta, feita na elevada altitude e no clima ameno de Piatã, que proporciona mais doçura ao café. A torra média traz notas de chocolate e caramelo. Os grãos são colhidos manualmente, torrados de forma artesanal, proveniente das mãos da agricultura familiar.

A presidente da Coopessba, Carine Assunção, afirma que cacau e chocolate têm tudo a ver juntos. “Trabalhamos com uma linha de chocolates veganos, mais intensos. É um público que, em sua maioria, consome um café de mais qualidade. Além disso, saborear um bom chocolate acompanhado de um café especial, com certeza proporciona um prazer único”, destaca.



Foto: SDR

O presidente da Coopiatã, Rodolfo Moreno, explica que tanto a Moreno Torradores quanto a cooperativa vêm trabalhando um processo de expansão das marcas. “Durante a pandemia, montamos um serviço delivery e começamos a ver a fluidez desses produtos na capital e no interior. Estamos levando o produto de

Piatã para toda a Bahia. Iniciamos a parceria com a Natucoa, agregando ao chocolate, e já estamos buscando novas parcerias com cooperativas que trabalham com outros produtos”, relata.

Investimentos

A Coopessba e a Coopiatã vêm sendo apoiadas pelo projeto do Governo do Estado, Bahia Produtiva, com ações que visam o acesso ao mercado, permitindo que produtos da agricultura familiar ganhem cada vez mais espaço.

Na Coopessba, são R\$ 2,5 milhões investidos em ações como a ampliação da capacidade produtiva e o desenvolvimento e o posicionamento de nova marca e embalagens, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Assistência Técnica e Gerencial (ATEG), o que melhorou a gestão técnica, econômica e ambiental da empresa.

Já a Coopiatã, está recebendo recursos de R\$ 1,8 milhão para a implantação de uma agroindústria de torrefação, ATER, ATEG e suporte em estratégias de acesso ao mercado.

O Bahia Produtiva é um projeto executado pela Companhia de Desenvolvimento Rural (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), com cofinanciamento do Banco Mundial.

Fonte: Ascom/SDR

Veículo: Gov Bahia	
Data: 16/02/2021	



Investimentos em estradas integram sudoeste e Chapada Diamantina

16 fevereiro 2021



Foto: Ernesto Marques

Reivindicação das populações dos municípios cortados pelos seus 240 quilômetros, as obras de recuperação da BA-142 avançam enquanto outras intervenções articuladas redesenham a malha viária de uma região em franco desenvolvimento. A agricultura familiar e, sobretudo, o turismo direcionado às principais atrações da porção sul da Chapada Diamantina ganham novo impulso com a perspectiva de uma estrada praticamente reconstruída em alguns trechos.

O projeto em execução prevê a retirada do asfalto danificado, encascalhamento e nivelamento (base e sub-base), imprimação e aplicação de asfalto, além de sinalização e implantação de dispositivos de drenagem superficial e de segurança.

A obra faz parte do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (Premar), e a empresa vencedora do edital será responsável por realizar as ações no trecho durante o período de cinco anos. A via restaurada irá atender 235 mil habitantes nos municípios de Andaraí, Mucugê, Barra da Estiva, Ibicoara, Ituaçu, Tanhaçu, Itaberaba, Iaçú, Marcionílio Souza e Itaetê.

Viagens mais rápidas e seguras vão facilitar o acesso aos serviços de saúde de Vitória da Conquista, referência na área para quase 80 municípios, além de conectar a capital do sudoeste, onde o Governo do Estado construiu o moderno Aeroporto Glauber Rocha, às atrações turísticas da porção sul da Chapada Diamantina.

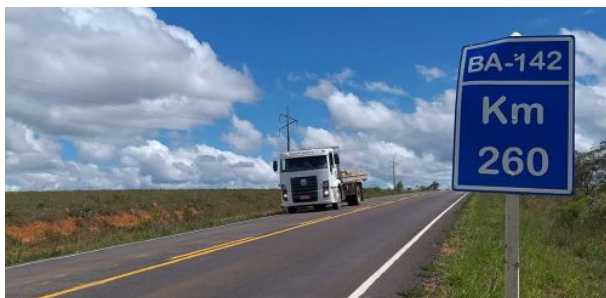


Foto: Ernesto Marques

Sem falar no impulso ao turismo rural que combina as belezas naturais da região cortada pela BA-142 e o interesse dos visitantes pela produção dos melhores cafés da Bahia que fazem sucesso no Brasil, além de morangos, pitaiá, amora, framboesa, maracujá amarelo e outros produtos da agricultura familiar.

Daniel Ferreira, gestor da Coopchapada, cooperativa com cerca de 90 associados dos municípios de Mucugê, Boninal, Ibicoara e Barra da Estiva, já comemora. “A BA-142 é a principal rota de escoamento da produção e a estrada nova vai diminuir o tempo de viagem para Itaberaba, Feira de Santana e Petrolina”, afirma.

Três anos atrás, os cooperados amargaram o prejuízo com um acidente rodoviário que custou uma carga de mudas e muito tempo perdido. Nos deslocamentos entre os municípios onde a Coopchapada atua, Daniel vê o avanço das obras e já projeta a redução das perdas com a desarrumação das cargas provocada pelos buracos. “Com a estrada boa a viagem será mais rápida e as frutas chegarão na melhor condição para os consumidores”, prevê o gestor.

Também na região, a restauração dos 142,9 quilômetros da BA-245, que liga Iaçú ao entroncamento da BR-142, passando por Itaetê, está em execução. Os serviços estão sendo realizados na região da serra de Itaetê.

No início do mês, o governador Rui Costa esteve em Piatã para entregar um conjunto de intervenções naquele município e entregou a recuperação de 196 quilômetros de outra importante rodovia estadual na região da Chapada, a BA-148, do entroncamento com a BR-242 até a histórica cidade de Rio de Contas.

Em setembro do ano passado, o governador entregou a recuperação de 58 quilômetros da BA-148, no trecho entre Irecê, na altura da rotatória da BA-432, até Barra do Mendes, passando pelas cidades de Ibipoba e Ibititá. A obra beneficia cerca de 250 mil habitantes e fortalece o agronegócio, principal atividade econômica da região.



Foto: Ernesto Marques

“Vamos fazer algumas interligações para atrações turísticas que precisam de acesso, a exemplo do Poço Encantado, em Itaetê, que estamos terminando os estudos para realizar a pavimentação”, explica o secretário de Infraestrutura do Estado, Marcus Cavalcanti.

Os trechos já inaugurados e as obras em andamento redobram o ânimo de quem empreende na região. “Piatã, Boninal e Abaíra poderem escoar a produção para Conquista é muito bom. Nós estamos felizes e esperando que os bons resultados venham a galope, melhorando a logística e as vendas”, diz o presidente da Coopitã, Rodolfo Moreno.

Otimismo compartilhado por Evaristo Carneiro, presidente da Cooperativa dos Derivados de Cana da Microrregião de Abaíra (Coopama). “Nossa produção de derivados de cana e outros produtos da região, que precisam ser escoados para o sudoeste, Médio Rio de Contas e Andaraí, precisa muito da BA-142 recuperada”, destaca.

Repórter: Ernesto Marques

Veículo: Bocão News	
Data: 17/02/2021	



Maioria dos senadores defende publicamente reforma tributária, aponta pesquisa

17 de Fevereiro de 2021 às 06:30

Por: Marcos Oliveira / Agencia Senado

Por: Redação BNews

A maioria do Senado já se posicionou publicamente a favor da reforma tributária, de acordo com levantamento do movimento Pra Ser Justo em parceria com a Endeavor e a consultoria Arquimedes, divulgado pela coluna do Estadão.

A pesquisa tem como base as manifestações dos parlamentares nas redes sociais.

Dos 81 senadores, 46 defenderam a reforma, dois disseram ser contra e seis fizeram postagens neutras. O principal argumento é a simplificação dos impostos. Em seguida, o tema mais comentado foi a taxação de grandes fortunas.

O MDB e o Podemos são os mais favoráveis à reforma no Senado, e a bancada do PT é a única que se declara contrária.

Já entre os 513 deputados, 177 se manifestaram a favor da reforma, 61 deles adotaram postura neutra e apenas 19 disseram ser contrários. O restante, praticamente a metade, ainda não falou publicamente sobre a questão.

Veículo: Bocão News	
Data: 17/02/2021	



Governador do Ceará anuncia auxílio de R\$ 1 mil para profissionais de eventos

16 de Fevereiro de 2021 às 22:58

Por: Divulgação/ USP

Por: Redação BNews

O governador do Ceará, Camilo Santana (PT), anunciou nesta terça-feira (16) que concederá um auxílio de R\$ 1 mil para profissionais do setor de eventos, como músicos, técnicos de som e imagem, humoristas. O valor será pago em duas parcelas de R\$ 500 e cerca de 10 mil profissionais do segmento no estado serão contemplados.

A categoria está praticamente paralisada desde o início da pandemia, há quase um ano. Serão direcionados R\$ 10 milhões para o setor. Um edital será aberto para cadastrar os profissionais e o credenciamento deverá ser imediato, segundo o governador.

O petista também avisou que irá isentar em 2021 o IPVA de veículos registrados em nome das empresas que fazem eventos, profissionais autônomos e microempreendedores. O setor terá parcelamento das dívidas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em até 60 meses (cinco anos).

De acordo com o G1, outra medida anunciada por Santana é a isenção do pagamento de taxas, ou qualquer tipo de pagamento, para o uso de todos os equipamentos culturais do estado após o retorno das atividades presenciais por seis meses, como Centro de Eventos, Theatro José de Alencar, Cineteatro São Luiz, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

O ESTADO DE S. PAULO

PUBLICADO DESDE 1915

ALÉSSIO DE GOMES (1975-1980) FRANCISCO DANIEL CASTANHA (1915-1980) JULIO MESQUITA NETO (1980-1982) JULIO DE MESQUITA FILHO (1982-1988) FRANCISCO MESQUITA NETO (1988-1990) FRANCISCO MESQUITA (1990-1992) LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1992-1998) LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1998-1999) DRY MESQUITA (1999-2002)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: ROBERTO GONCALVES MESQUITA
PRESIDENTE: FRANCISCO MESQUITA
VICE-PRESIDENTE: FRANCISCO MESQUITA NETO
DELEGADO: LUIZ ALBERTO DE ALMEIDA
DELEGADO: FRANCISCO MESQUITA

FRANCISCO MESQUITA NETO | DIRETOR PRESIDENTE

JULIO DE ARAUJO | DIRETOR DE JORNALISMO
FRANCISCO MESQUITA NETO | DIRETOR DE ECONOMIA
MARINA LEMUS SAMPAYO | DIRETORA JURIDICA
ROSANGELA GONCALVES | DIRETORA DE TECNOLOGIA

AV. CONDESSA CRISTINA ALVES, 55
COP. 05048-000 - ORIZALVO - SP
TEL.: (11) 3062-2121
REDAÇÃO E IMPRESSÃO
FAX: (11) 3062-2940
E-MAIL: contato@estadao.com.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LEITOR

FALE COM A REDAÇÃO
3064-7107
3064-7108
3064-7109
3064-7110
3064-7111
3064-7112
3064-7113
3064-7114
3064-7115
3064-7116
3064-7117
3064-7118
3064-7119
3064-7120
3064-7121
3064-7122
3064-7123
3064-7124
3064-7125
3064-7126
3064-7127
3064-7128
3064-7129
3064-7130
3064-7131
3064-7132
3064-7133
3064-7134
3064-7135
3064-7136
3064-7137
3064-7138
3064-7139
3064-7140
3064-7141
3064-7142
3064-7143
3064-7144
3064-7145
3064-7146
3064-7147
3064-7148
3064-7149
3064-7150
3064-7151
3064-7152
3064-7153
3064-7154
3064-7155
3064-7156
3064-7157
3064-7158
3064-7159
3064-7160
3064-7161
3064-7162
3064-7163
3064-7164
3064-7165
3064-7166
3064-7167
3064-7168
3064-7169
3064-7170
3064-7171
3064-7172
3064-7173
3064-7174
3064-7175
3064-7176
3064-7177
3064-7178
3064-7179
3064-7180
3064-7181
3064-7182
3064-7183
3064-7184
3064-7185
3064-7186
3064-7187
3064-7188
3064-7189
3064-7190
3064-7191
3064-7192
3064-7193
3064-7194
3064-7195
3064-7196
3064-7197
3064-7198
3064-7199
3064-7200

CENTRAL DE ATENDIMENTO ÀS AGENCIAS DE PUBLICIDADE

3065-2030
3065-2031
3065-2032
3065-2033
3065-2034
3065-2035
3065-2036
3065-2037
3065-2038
3065-2039
3065-2040
3065-2041
3065-2042
3065-2043
3065-2044
3065-2045
3065-2046
3065-2047
3065-2048
3065-2049
3065-2050
3065-2051
3065-2052
3065-2053
3065-2054
3065-2055
3065-2056
3065-2057
3065-2058
3065-2059
3065-2060
3065-2061
3065-2062
3065-2063
3065-2064
3065-2065
3065-2066
3065-2067
3065-2068
3065-2069
3065-2070
3065-2071
3065-2072
3065-2073
3065-2074
3065-2075
3065-2076
3065-2077
3065-2078
3065-2079
3065-2080
3065-2081
3065-2082
3065-2083
3065-2084
3065-2085
3065-2086
3065-2087
3065-2088
3065-2089
3065-2090
3065-2091
3065-2092
3065-2093
3065-2094
3065-2095
3065-2096
3065-2097
3065-2098
3065-2099
3065-2100

CENTRAL DE ATENDIMENTO ÀS AGENCIAS DE PUBLICIDADE

3065-2101
3065-2102
3065-2103
3065-2104
3065-2105
3065-2106
3065-2107
3065-2108
3065-2109
3065-2110
3065-2111
3065-2112
3065-2113
3065-2114
3065-2115
3065-2116
3065-2117
3065-2118
3065-2119
3065-2120
3065-2121
3065-2122
3065-2123
3065-2124
3065-2125
3065-2126
3065-2127
3065-2128
3065-2129
3065-2130
3065-2131
3065-2132
3065-2133
3065-2134
3065-2135
3065-2136
3065-2137
3065-2138
3065-2139
3065-2140
3065-2141
3065-2142
3065-2143
3065-2144
3065-2145
3065-2146
3065-2147
3065-2148
3065-2149
3065-2150
3065-2151
3065-2152
3065-2153
3065-2154
3065-2155
3065-2156
3065-2157
3065-2158
3065-2159
3065-2160
3065-2161
3065-2162
3065-2163
3065-2164
3065-2165
3065-2166
3065-2167
3065-2168
3065-2169
3065-2170
3065-2171
3065-2172
3065-2173
3065-2174
3065-2175
3065-2176
3065-2177
3065-2178
3065-2179
3065-2180
3065-2181
3065-2182
3065-2183
3065-2184
3065-2185
3065-2186
3065-2187
3065-2188
3065-2189
3065-2190
3065-2191
3065-2192
3065-2193
3065-2194
3065-2195
3065-2196
3065-2197
3065-2198
3065-2199
3065-2200

Espaço Aberto

Os corruptos, unidos, jamais serão vencidos

José Nêumanne

“Corrupção é como inflação: nunca acaba”, disse o ex-ministro do Trabalho Almir Pazzianotto no vídeo editado no *Blog do Nêumanne* no portal do Estadão. Desalentadora, a sentença soa realista neste momento em que mais um surto moralizador da gestão da renda republicana se desmancha sob as fantasias de Jair Bolsonaro, eleito presidente nas vagas antipetista e de exaltação ao combate à roubalheira.

Em 2018, candidato sem fazer campanha, sem participar de debates na televisão e, em teoria, com caixa reduzido, o Collor da vez, Jair Bolsonaro, capitão flagrado em tentativa terrorista que o fez desistir da carreira militar, deixou nomes consagrados da “velha guarda” na poeira — Geraldo Alckmin, Ciro Gomes e Marina Silva. E prosseguiu ao solo o posto de Lula, Fernando Haddad, no segundo turno.

Enquanto isso, o Congresso, com maioria composta de condenados, culpados, demitidos, investigados e temerosos de virem a sê-lo, solapou, tijolo por tijolo, a frágil construção da luta contra a corrupção, com a cumplicidade da

propina, como relatou o delator Antônio Palocci. O cidadão comum desfraldou as bandeiras e foi às ruas. Em 2018, candidato sem fazer campanha, sem participar de debates na televisão e, em teoria, com caixa reduzido, o Collor da vez, Jair Bolsonaro, capitão flagrado em tentativa terrorista que o fez desistir da carreira militar, deixou nomes consagrados da “velha guarda” na poeira — Geraldo Alckmin, Ciro Gomes e Marina Silva. E prosseguiu ao solo o posto de Lula, Fernando Haddad, no segundo turno.

Enquanto isso, o Congresso, com maioria composta de condenados, culpados, demitidos, investigados e temerosos de virem a sê-lo, solapou, tijolo por tijolo, a frágil construção da luta contra a corrupção, com a cumplicidade da

propina, como relatou o delator Antônio Palocci. O cidadão comum desfraldou as bandeiras e foi às ruas. Em 2018, candidato sem fazer campanha, sem participar de debates na televisão e, em teoria, com caixa reduzido, o Collor da vez, Jair Bolsonaro, capitão flagrado em tentativa terrorista que o fez desistir da carreira militar, deixou nomes consagrados da “velha guarda” na poeira — Geraldo Alckmin, Ciro Gomes e Marina Silva. E prosseguiu ao solo o posto de Lula, Fernando Haddad, no segundo turno.

Enquanto isso, o Congresso, com maioria composta de condenados, culpados, demitidos, investigados e temerosos de virem a sê-lo, solapou, tijolo por tijolo, a frágil construção da luta contra a corrupção, com a cumplicidade da

propina, como relatou o delator Antônio Palocci. O cidadão comum desfraldou as bandeiras e foi às ruas. Em 2018, candidato sem fazer campanha, sem participar de debates na televisão e, em teoria, com caixa reduzido, o Collor da vez, Jair Bolsonaro, capitão flagrado em tentativa terrorista que o fez desistir da carreira militar, deixou nomes consagrados da “velha guarda” na poeira — Geraldo Alckmin, Ciro Gomes e Marina Silva. E prosseguiu ao solo o posto de Lula, Fernando Haddad, no segundo turno.

Enquanto isso, o Congresso, com maioria composta de condenados, culpados, demitidos, investigados e temerosos de virem a sê-lo, solapou, tijolo por tijolo, a frágil construção da luta contra a corrupção, com a cumplicidade da

propina, como relatou o delator Antônio Palocci. O cidadão comum desfraldou as bandeiras e foi às ruas. Em 2018, candidato sem fazer campanha, sem participar de debates na televisão e, em teoria, com caixa reduzido, o Collor da vez, Jair Bolsonaro, capitão flagrado em tentativa terrorista que o fez desistir da carreira militar, deixou nomes consagrados da “velha guarda” na poeira — Geraldo Alckmin, Ciro Gomes e Marina Silva. E prosseguiu ao solo o posto de Lula, Fernando Haddad, no segundo turno.

Empréstimo compulsório, Imposto de Renda e auxílio emergencial

Moisés Carvalho

No Congresso Nacional discute-se sobre a fonderia de recursos que poderiam ser alocados no auxílio emergencial sem ferir o teto de gastos no exercício de 2021. São 38 milhões de brasileiros invisíveis que demandam um socorro urgente, dentro os quais 15 milhões se encontram em estado de pobreza absoluta em face dos transvortes socioeconômicos trazidos pela pandemia.

Por outro lado, o Estado brasileiro gasta quase R\$ 1 trilhão por ano (em 2019 foram R\$ 926 bilhões) no pagamento dos salários e penduricalhos aos agentes públicos, nesses incluídos os políticos, os 11,4 milhões de servidores estatutários e os milhares de comissionados e extras.

O custo total dessa trilha-dária folha chega a 13,7% do produto interno bruto (PIB), o dobro do que o Estado gasta em educação e 3,5 vezes mais do que despende em saúde. É ainda de lembrar que o governo gasta apenas 0,2% do seu Orçamento em saneamento básico. Sobre a matéria, veja-se o precioso estudo do Instituto Millenium sobre a reforma administrativa (<https://campanha.institutomillennium.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Reforma-administrativa-Versao-Final.pdf>).

Lembre-se, ademais, que apenas uma parte desses fabulosos proventos de R\$ 1 trilhão por ano é taxada pelo Imposto de Renda (IR). Isso porque o parágrafo 11 do artigo 37 da Constituição vigente isenta desse tributo as verbas indenizatórias recebidas pelos agentes públicos. Esses penduricalhos representam de uma a quatro vezes os proventos nominais do funcionário.

Os agentes públicos federais recebem na média R\$ 242,4 mil reais por ano. Lembre-se a propósito que, durante o primeiro ano da pandemia, no setor privado oportunas e inteligentes medidas foram tomadas para manter os postos de trabalho e minimizar o desemprego, com flexibilização dos contratos de trabalho, suspensão, redução de jornada, diminuição de 30% a 70% dos salários, etc.

Acontece que no setor público nenhum sacrifício foi admitido pelo nosso Supremo Tribunal Federal (STF), nem sequer diminuição de jornada de trabalho. Os agentes públicos, durante a persistente calamidade pública, não contribuem com um único centavo de seus rendimentos para mitigar a grave crise humanitária ou para diminuir os gastos

Soluções existem. E preciso saber se o Congresso é capaz de implementá-las

Essa arrecadação “extra” daria ao Estado para a amortização do empréstimo compulsório a partir de 2027.

Em suma, o empréstimo e a incidência de Imposto de Renda sobre os penduricalhos seria uma fórmula de atender ao auxílio humanitário sem estourar o limite dos gastos do setor público no presente exercício fiscal. Além do mais, deveriam ser tomadas medidas fiscais de redução nas leis orçamentárias de 2021 (LDO e LOA) dos gastos públicos obrigatórios, que se praticam hoje 49%, ou seja, praticamente a metade do que é produzido no País.

Soluções existem. E preciso saber se o Congresso é capaz de implementá-las, como a presente hora exige.

Essa arrecadação “extra” daria ao Estado para a amortização do empréstimo compulsório a partir de 2027.

Em suma, o empréstimo e a incidência de Imposto de Renda sobre os penduricalhos seria uma fórmula de atender ao auxílio humanitário sem estourar o limite dos gastos do setor público no presente exercício fiscal. Além do mais, deveriam ser tomadas medidas fiscais de redução nas leis orçamentárias de 2021 (LDO e LOA) dos gastos públicos obrigatórios, que se praticam hoje 49%, ou seja, praticamente a metade do que é produzido no País.

Soluções existem. E preciso saber se o Congresso é capaz de implementá-las, como a presente hora exige.

Soluções existem. E preciso saber se o Congresso é capaz de implementá-las, como a presente hora exige.

Soluções existem. E preciso saber se o Congresso é capaz de implementá-las, como a presente hora exige.

Soluções existem. E preciso saber se o Congresso é capaz de implementá-las, como a presente hora exige.

No estadao.com.br

TECNOLOGIA
A crise elevou a indústria multibilionária de games para outro patamar. Veja as ações que devem se destacar em 2021.
www.estadao.com.br/games2021

E INVESTIDOR
10 empresas de games que podem despontar
A crise elevou a indústria multibilionária de games para outro patamar. Veja as ações que devem se destacar em 2021.
www.estadao.com.br/games2021

CANTORA
Processo de Britney volta aos holofotes
Quanto tempo mais a estrela pop terá seus assuntos pessoais e profissionais controlados por outras pessoas?
www.estadao.com.br/britney

Tema do dia

Registros de cepa do Amazonas avançam em São Paulo
2.246 INTERAÇÕES
Preocupação tem se estendido entre prefeitos do interior, onde as medidas de combate têm sido endurecidas.
COMENTÁRIOS DE LEITORES NO PORTAL E NO FACEBOOK:
● “E o povo continua seguindo os exemplos do grande mito e de sua ganache.”
CLAUDIO BRACION
● “Os vírus sofrem, sofreram e sofrerão variação o tempo todo. Não existem vírus que não sejam uma variação de outros.”
RUI TSUTO
● “Por que negou tanto uma vacina? Por que privilegiou tratamentos ineficazes?”
CAIO TORRES
● “Lockdown sem vacina é só adiar o inevitável. Isso nada mais é do que reflexo dos anos da falta de investimento na Saúde.”
ALE FURLAN

Brasileiros inovadores na lista do MIT
Amanda (foto), Fred, Gabriel, Renato e Ricardo nunca se encontraram, mas fazem parte de um grupo seletivo: eles são os cinco brasileiros reconhecidos internacionalmente pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), na sigla em inglês, na lista dos maiores inovadores com menos de 35 anos na América Latina, publicada pelo centro norte-americano de tecnologia. Saiba o que eles fizeram para entrar nessa lista de destaque, pela qual já passaram nomes como Mark Zuckerberg.
www.estadao.com.br/brasilersmit

AÚDIO
Ouça os podcasts do Estadão e Eldorado
Análises diárias de jornalistas e columnistas na sua plataforma preferida.
www.estadao.com.br/podcastEstadao

NO CELULAR
Receba destaques pelo WhatsApp
Inacredível-se para receber boletins com as principais notícias por mensagem.
www.estadao.com.br/whatsapp



E&N ECONOMIA & NEGÓCIOS

RS SERVIÇOS QUALIDADE E RESPONSABILIDADE LIMPEZA • RECEPÇÃO • PORTARIA...

Expansão em xeque. Um movimento de revisão para baixo nas projeções de crescimento para o primeiro trimestre e para 2021 como um todo já estava em curso desde o ano passado...

Sem auxílio e sob restrições da pandemia, economistas apontam risco de recessão

Vinicius Neder/RIO

Em meio a uma recessão brasileira entrou em 2021 dando sinais de perda de fôlego. Sem o auxílio emergencial para trabalhadores informais, extinto a partir de janeiro...

projetar duas retrações seguidas no PIB, tanto no primeiro (-0,8%) quanto no segundo (-0,5%) trimestres. Para o economista-chefe da consultoria, Sérgio Vale, um dos problemas é que a vacinação contra a covid-19 vai demorar a deslanchar.

mais pessimistas projeções. Na quinta-feira, o desempenho negativo do setor de serviços - queda de 0,2% ante novembro, que não surpreendeu - confirmou o clima de desaceleração.

Segundo Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, se mantido o ritmo de crescimento de 3,14% do IBC-Br no quarto trimestre de 2020 sobre o terceiro, seria o suficiente para o PIB como um todo crescer 3,5% em 2021.

Outras equipes - como as dos bancos Citic, Goldman Sachs, Fidelity e Santander e a consultoria Tendências - veem a economia estagnada no primeiro semestre, combinando queda no PIB do primeiro trimestre com baixo crescimento no segundo.

Pessimismo. Dados econômicos da última semana corroboraram o cenário mais pessimista. Na quarta-feira, o IBGE informou que as vendas do varejo caíram 6,1% em dezembro ante novembro, bem abaixo das

Andando de lado "Crescimento na faixa de 2,0% ou 2,5% (em 2021) mostrará que a economia está andando de lado"

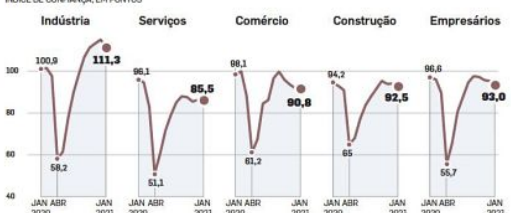
Bráulio Borges ECONOMISTA SÊNIOR DA LCA

RETOMADA DA ECONOMIA PERDE FÔLEGO NA VIRADA DO ANO

Indicadores mostram pessimismo para o primeiro trimestre

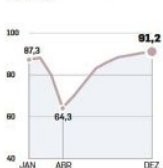
Confiança dos empresários ratela em janeiro

ÍNDICE DE CONFIANÇA, EM PONTOS



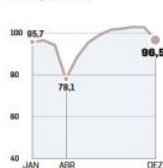
Produção Industrial cresce menos em dezembro

NÍVEL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, EM PONTOS



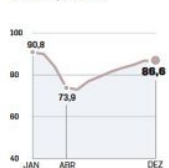
Tombo nas vendas do varejo em dezembro ameaça retomada

NÍVEL DO VOLUME DE VENDAS DO VAREJO, EM PONTOS



Freada em dezembro atrasa ainda mais recuperação de serviço

NÍVEL DO VOLUME DE SERVIÇOS PRESTADOS, EM PONTOS



Fluxo de veículos nas estradas cai 8,8%

Indicadores de antecedentes mostram fraqueza geral da economia também com baixa venda de carros

Para Mariotto, tanto a ótica setorial quanto a ótica regional sugerem os efeitos do recrudescimento da pandemia. Com o avanço da covid-19, em várias cidades do País, bares e restaurantes sofreram restrições no funcionamento no fim do ano.

Incertezas. A combinação da pandemia com a retirada do apoio do governo via auxílio emergencial pode levar a economia a se retrair, mas Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, diz que há incertezas sobre o segundo trimestre. Para o economista, a reedição do auxílio, em debate entre o governo e o Congresso Nacional, dará o tom - no lado da repetição de medidas como antecipações do 13º de aposentados ou liberações de saques dos PGTS.

"No curto prazo, essas muletas são importantes. Agora, lá na frente, sem elas, a economia vai depender do mercado de trabalho", afirma Borges, lembrando que o desemprego segue elevado, /v./n.

Indicadores de confiança na economia registram queda Pág. B3

EDUARDO LA GUNA

bradesco LEILÃO IMPERDÍVEL APARTAMENTOS, CASAS, GALPÃO, TERRENOS, IMÓVEIS COMERCIAIS E RURAIS 22 IMÓVEIS, SOMENTE ONLINE, DIA 26/02/2021 - 15h

Indicadores de confiança na economia têm queda

Índices da FGV passaram parte de 2020 se recuperando das quedas de março e abril

Vinicius Neder/RIO

Entre os dados econômicos de janeiro que acendem o sinal amarelo no desempenho da economia neste início de ano, os indicadores de confiança calculados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) merecem destaque. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) começou o ano registrando a quarta queda seguida, atingindo o menor nível desde junho, quando começou a recuperação após o pior momento da crise causada pela covid-19. Já o Índice de Confiança Empresarial (ICE) recuou 2,2 pontos ante dezembro de 2020.

O ICE reúne todos indicadores de confiança produzidos pelas sondagens empresariais da FGV e é composto de forma ponderada, levando em conta o peso de cada setor na economia. A confiança empresarial passou a maior parte de 2020, desde maio, se recuperando do tombo provocado pela covid-19 em março e abril, mas o desempenho foi heterogêneo - indústria e construção civil saíram na frente; comércio e serviços esta-

vam para trás.

Para Aloisio Campelo Jr., superintendente de Estatísticas do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), a parada no movimento de retomada da confiança em janeiro coloca em dúvida a "recuperação em V" da economia e está relacionada à perda de fôlego no crescimento econômico no fim do ano. A confiança dos empresários "segue o ciclo", ou seja, reage ao vácuo da atividade econômica, disse o especialista.

"Os recursos que o governo injetou ajudaram a fazer com que a economia, e a confiança empresarial, que segue o ciclo, tenha gradualmente melhorado (até o fim do ano passado)", afirmou Campelo Jr. "De modo geral, até a confiança de serviços recuperou (até o fim de 2020). Essa recuperação foi em 'V'? Essa recuperação em 'V' está em discussão", completou o especialista.

A alta acumulada de maio a novembro no ICE equivalia a tomo das perdas registradas em março e abril, piores momentos para a confiança do empresário, logo no início da pandemia. Com as quedas de dezembro e



Limitações. Sem o auxílio, em janeiro, serão 6,9 milhões a mais abaixo da linha da pobreza

janeiro, a alta acumulada na recuperação agora equivale a 93% das perdas.

Pobreza. Não faltam motivos para que os sinais de perda de fôlego da economia na virada para 2021 elevem a pressão por uma reedição do auxílio emergencial para trabalhadores informais. A extinção total do apoio do governo deverá tirar impulso da demanda - o alerta mais recente veio do tombo de 6,3% nas vendas do varejo em dezembro - e poderá levar 17,9 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza. É como se, de uma vez, quase toda a população do Chile entrasse se tornasse pobre no Brasil.

As contas, citadas inicialmente pelo jornal O Globo, partem da estimativa, projetada pelo pesquisador Daniel Daque, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), de que, sem os auxílios, quase um terço (29,5%) da população brasileira estava na pobreza em janeiro.

● **Preço do socorro**

R\$ 30 bilhões é quanto o governo estima gastar no pagamento da nova rodada de auxílio emergencial. O benefício deve começar a entrar na conta dos mais necessitados em março, em até 4 parcelas de R\$ 250

São 62,4 milhões de pessoas. Em 2019, antes da pandemia, 21% (44,2 milhões) estavam nessa condição.

Para fazer os cálculos, Daque usou dados do IBGE e a linha de pobreza do Banco Mundial, de US\$ 5,50 por dia por pessoa. Convertido pelo método do poder de paridade de compra - que leva em conta o custo de vida em cada país - e atualizado pela inflação, o valor equivale a R\$ 455 por mês por pessoa no domicílio. É a situação de um casal que mora com dois filhos e vive com R\$ 1.820 por mês.

Dentro do grupo abaixo da linha da pobreza, também haverá aumento do número de brasileiros na extrema pobreza - pe-

lo critério do Banco Mundial, aqueles que vivem com até US\$ 1,90 por dia por pessoa, ou R\$ 157 mensais por pessoa em valores de hoje. Sem o auxílio, em janeiro, serão 6,9 milhões de brasileiros a mais nessa condição, na comparação com 2019. A proporção dos extremamente pobres saltará de 6,4% (13,6 milhões) em 2019 para 9,7% (20,5 milhões) da população total.

Apesar da crise, o pagamento do auxílio emergencial derrubou a extrema pobreza. No fim de maio, já com o pagamento do apoio pelo governo, a proporção de brasileiros abaixo da linha de extrema pobreza foi a 3,5% (7,4 milhões de pessoas) da população, nas mínimas históricas. O auxílio fez com que, temporariamente, 6,2 milhões deixassem a extrema pobreza, na comparação com 2019, conforme cálculos feitos por Duque em junho, como mostrou o *Estadão/Broadcast* à época.

O efeito do aumento da pobreza na economia é que, sem o auxílio, as famílias com renda mensal de até R\$ 2.600 deverão perder 23,8% de sua renda disponível - o dinheiro que sobra para gastar depois de comprar itens básicos - em relação a 2020, segundo estudo da consultoria Tendências, como mostrou o *Estadão* na semana passada. Serão R\$ 48 bilhões a menos circulando entre os mais pobres.

Compasso de espera. O retorno do auxílio emergencial pelo que o *Estadão* apurou em conversas com integrantes do Congresso Nacional e do governo deve ocorrer em março com o pagamento de 4 parcelas de R\$ 250. Seriam desembolsados R\$ 30 bilhões. O ministro Paulo Guedes (Economia) e lideranças parlamentares tentam costurar uma fórmula para executar os pagamentos sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal e a regra do teto de gastos (que impede aumentos de despesas acima da inflação).

Ford chama demitidos para fazer peça de reposição, diz sindicato

Representantes dos trabalhadores dizem que sofrem 'assédio moral'; empresa afirma que contratos estão ativos

Márcia De Chiara

Desde que a Ford anunciou em janeiro que deixaria o País, os trabalhadores da montadora enfrentam um período de indefinições de como será feita a dispensa dos funcionários, qual será a indenização e quantos devem retornar ao trabalho para produção de autopeças de reposição dos veículos em circulação.

Segundo Júlio Bonfim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari (BA), onde fica uma das unidades da Ford, a montadora está convocando todos os trabalhadores da fábrica para retornarem à atividade e produzirem peças de reposição. Na última mediação que houve no Tribunal de Justiça do Trabalho, a previsão da companhia, no entanto, era de que necessitaria de apenas 400 trabalhadores para produção de autopeças.



Fim. Unidade da Ford em Camaçari (BA) vai ser fechada

polo de Camaçari na porta da Ford para esclarecer o que ocorre em relação a essa convocação. Ficou decidido que, na próxima quinta-feira, em audiência no Tribunal de Justiça do Trabalho da 5ª Região, será encaminhada a demanda para sejam fixados critérios de quantos trabalhadores terão de retornar à atividade e de uma forma mais organizada. "Queremos que haja controle desses trabalhadores, até para que não fiquem sem fazer nada".

Segundo Bonfim, o critério de retorno ao trabalho é uma das prerrogativas para que as ne-

gociações com a montadora sigam em andamento. Hoje sindicatos e montadora negociam como será indenização e reparação dos demitidos. "Enquanto tiver negociação, não pode ter demissão nem assédio moral."

A decisão da Ford de encerrar a produção no País terá impacto de US\$ 4,1 bilhões em despesas não recorrentes, divulgou a montadora em janeiro. Do total, cerca de US\$ 2,5 bilhões terão impacto direto no caixa do grupo americano, sendo, em sua maioria, relacionados a compensações, rescisões, acordos e outros pagamentos. São 5 mil funcionários afetados diretamente. Apenas a unidade em Horizonte (CE), que produz a Troller, continuará operando até o quarto trimestre.

A montadora já tinha encerrado em 2019 a produção de caminhões em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, cujo galpão foi comprado pela Construtora São José e será transformado em um centro logístico.

COLUNA SECOVI Informe Publicitário

A difícil arte de empreender no Brasil

Quando penso em empreendedorismo, logo me vem à mente uma analogia com o futebol de várzea, que ilustra com bastante semelhança como é difícil empreender no Brasil. Nunca joguei bola, mas posso entender o quanto é complicado para alguém ter como meta atravessar todo o campo para fazer o mais importante para aquela pessoa naquele momento: o gol.

O indivíduo coloca a bola no chão, olha para frente, e pensa: "desta vez vai dar certo". Dribla um, dois, três adversários e, não demora muito, recebe uma canelada. O jogo para, então, por algum tempo, e ele fica lá, deitado no terrão, machucado e pensando porque não tomou a decisão correta. O fato é que alguém decidiu que ele não teria sucesso e interromper aquela jogada.

No final das contas, agora com a canela roxa, ele vai ter de começar tudo de novo - e assim será sempre. Depois de 90 minutos de luta, vai voltar para casa cheio de hematomas e sem atingir o objetivo que almejava para ele e seu time.

Assim é a vida de um empresário neste país.

Ao olhar para trás, há 44 anos, quando comecei a empreender com CNPJ, não enxergo muitas diferenças. Na verdade, eu já empreendi desde os meus 13 anos, quando era ajudante na mercearia que dois irmãos um pouco mais velhos montaram no fundo do quintal da casa do meu pai. Época em que eu trabalhava, com muito orgulho, como varredor e carregador de madeira de camilhões para fazer todo o processamento do produto ou entregar ao cliente.

Quando comecei a empreender, para mim era óbvio que não daria certo. Não existia nem sequer um plano, tampouco havia discutido a ideia com especialistas. Mas era um sonho - e eu fui atrás do meu sonho. Não queria ser empresário - desejava apenas fazer paredes e vender essas casas para futuras



Quando se trata de negócios, o que mais tenho medo é do passado. Nunca sabemos, principalmente quem atua no mercado imobiliário, o que vai voltar

Antônio Setin*

famílias que seriam felizes fazendo do lugar que eu construí o seu lar e o seu abrigo.

Todo empresário sabe que a concorrência é muito grande, que existem muitas dificuldades, como não ter o dinheiro suficiente ou o cliente no momento certo para consumir seu produto. Ao empreender, você pode ter todos os problemas típicos de uma aventura empresarial. Porque ser empresário em qualquer lugar do mundo é uma aventura. Mas ser empresário no Brasil são várias aventuras.

Sempre digo que, quando se trata de negócios, o que mais tenho medo é do passado. Afinal, nunca sabemos, principalmente quem atua no mercado imobiliário, o que vai voltar. Alguma coisa sempre vai voltar. Por exemplo: você fez o seu projeto e obteve todas as licenças necessárias e, ainda assim, alguém vai dizer que aquilo não vale mais.

A vida empresarial é, por definição, sazonal. Muitas vezes você está em uma jornada bem-sucedida e tem de retroceder. Ser um empresário de sucesso ou ter uma empresa de sucesso no Brasil nem sempre é bem-visto.

Aos 65 anos, continuo com a mesma vontade de empreender de quando eu tinha 18 anos. Ainda que empreender neste país seja uma grande aventura!

* Antonio Setin é fundador e presidente da Setin Incorporadora e diretor do Secovi-SP

Instagram.com/secovi | LinkedIn.com/secovisp | Facebook.com/secovisp | Fb.com/secovisp

Rua Doutor Baccari, 1043 - Vila Mariana - São Paulo - SP | (11) 5091-1300 | www.secovi.com.br

SECOVIS A LÍDER DO MERCADO IMOBILIÁRIO

- "Até demitidos" "A empresa está convocando todos os trabalhadores, aqueles que estão lesionados e afastados e até demitidos."
 - Júlio Bonfim PRESIDENTE DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CAMAÇARI (BA)
 - Procurada, a Ford informa, por meio de nota, que negocia com os sindicatos de Camaçari e Taubaté (SP). Desde o anúncio da saída da empresa do País em 11 de janeiro todos os empregados estão com seus contratos ativos, sem alteração em salários e benefícios, diz a companhia.
- Assembleia.** Ontem, o sindicato reuniu 3 mil trabalhadores do

The Economist

Dívida preocupa emergentes?

Assim como no mundo rico, as taxas de juros estão abaixo das taxas de crescimento nominal em muitos países

Os ministros das finanças do passado ficaram chocados com a quantidade de empréstimos que seus sucessores estão lidando agora. Mas ficariam igualmente pasmos ao ver como esse empréstimo acabou saindo barato. Em muitos países, espera-se que a taxa de juros da dívida pública permaneça abaixo da taxa de crescimento nominal da economia. Em outras palavras, a "taxa de juros corrigida pelo crescimento" será negativa. É o que acontecerá em todos os países ricos em 2021, com projeções publicadas no início deste mês pela agência de classificação de risco S&P Global.

Esse cenário levou o economista Olivier Blanchard, ex-economista-chefe do FMI, a reexaminar os limites fiscais de países como os Estados Unidos, Japão e membros da Zona do euro. Os governos não deveriam "se concentrar em algum número mágico para a relação dívida/PIB", disse no mês passado em palestra na Universidade Ashoka, na Índia. Esses números "foram contraproducentes no passado e seriam ainda mais agora".

Não é só nos países ricos que a aritmética fiscal parece estar de cabeça para baixo. Em 23 dos 60 países emergentes, a taxa de juros deve ficar abaixo da taxa de crescimento. Em alguns casos, de maneira espetacular. A S&P espera que a taxa de juros corrigida pelo crescimento em 2021 seja de -3,6% na Índia, -6,5% na China e -33,8% na Argentina.



Juro. Governos não devem se fixar na relação dívida/PIB, diz Blanchard

da também se acomodará em um nível mais alto. Mas não crescerá como uma bola de neve, porque a força dos juros compostos é compensada pela força do crescimento composto.

Deficit. Para entender a estranheza, suponha que um governo consiga manter a dívida estável em 60% do PIB, com déficit de 3%, antes do pagamento de juros. Depois, suponha que ocorra uma pandemia, elevando a dívida para 80% do PIB. Você pode pensar que seria mais difícil sustentar essa dívida maior, exigindo um orçamento mais apertado que do pré-pandemia. Mas estaria errado. Para estabilizar a nova proporção da dívida, o governo só precisa de um déficit de 4%. Embora essa matemática fiscal seja peculiar, ela não é nova. A taxa de juros corrigida pelo crescimento vem sendo inferior a zero nas economias emergentes 75% do tempo, de acordo com Paolo Mauro e Jing Zhou, do FMI, que analisaram os anos até onde os dados permitem. Os economistas, porém, têm receio de interpretar a aritmética de maneira muito literal. As economias emergentes costumam tomar empréstimos em moedas fortes, como o dólar. Se sua taxa de câmbio enfraquecer, as dívidas

em moeda estrangeira podem aumentar acentuadamente em relação ao tamanho de suas economias, mesmo que as taxas de juros permaneçam modestas. O custo do empréstimo também pode aumentar rapidamente se os investidores temerem o calote — temor que pode se tornar autorrealizável. E o aumento nas taxas de juros pode não ser suave ou precoce o suficiente para fornecer algum aviso prévio.

Nas últimas décadas, as economias emergentes acharam mais fácil tomar empréstimos nas próprias moedas, o que deixa a dívida mais segura porque seus bancos centrais, em tese, podem imprimir o dinheiro devido, se necessário. Mesmo quando a dívida do governo é sustentável, ela pode não ser desejável. Os economistas temem que empréstimos públicos possam impedir o investimento privado (ou prejudicar a balança comercial). A situação é menos preocupante quando o governo gasta com investimentos ou quando a economia está operando abaixo da capacidade: os gastos públicos podem, então, "atrair" investimentos adicionais melhorando as receitas e perspectivas de lucro.

Antes de embarcar em uma onda de

gastos, um governo consciencioso deve ter outras considerações. A economia está abaixo da capacidade devido à falta de gastos (e não às restrições de saúde pública)? As expectativas de inflação estão contidas? A flexibilização monetária está com dificuldade para reavivar a demanda? Se sim, podem gastar com maior convicção. Mas as respostas variam no mundo emergente. A China provavelmente está perto de sua capacidade total. A inflação está muito alta na Argentina e na Turquia. A maioria dos bancos centrais tem espaço para cortar as taxas de juros.

Blanchard acha que os formuladores de políticas nos mundos rico e pobre deveriam se fazer duas perguntas difíceis até que ponto as taxas de juros poderiam subir, em relação às taxas de crescimento, em um plausível caso de estresse? E qual apertado seria um orçamento politicamente possível para reagir à situação? As respostas fornecem uma indicação aproximada do índice de endividamento que um país pode sustentar com algum conforto.

Esse índice provavelmente será menor para muitas economias emergentes que para as avançadas. As economias emergentes podem ter mais dificuldade de aumentar a receita fiscal em uma emergência. E suas taxas de juros têm um pico possível mais alto, mesmo que a média seja menor depois de deduzido o crescimento. No passado, a subordinação convencional dizia que o limite seguro para a dívida era de 60% do PIB para as economias avançadas e 40% para as emergentes. "Eram números absurdos", disse Blanchard após sua palestra. "Mas a discrepância estava certa".

PRELATORIZOU

© 2017 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED. DIREITOS RESERVADOS. PUBLICAÇÃO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM WWW.ECONOMIST.COM

Classificados.

Jornal do Carro | Imóveis | Oportunidades | Leilões | Carreiras e Empregos

AUTOS

RELAX / ACOMPANHANTES

RELAÇÃO COMPANHANTES

NOTOS

DECLARAÇÃO DE EXTRAVIO DE DOCUMENTO

LEILÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO / SP

COMPROMISSO / VENDO

EMPRESAS

ASAPAS - DECLARAÇÕES DE POLÍTICOS

CONDOMÍNIOS (até 7)

IMÓVEIS SÃO PAULO

ANÁLISE POLÍTICA

IMÓVEIS SÃO PAULO

Atagam-se

DIRETO AO PONTO

Atagam-se

COMERCIAIS

LABORATÓRIO 2022

Atagam-se

ZONA SUL

APRO. 237m², São Paulo/SP, Ar. Argênta, 1.805.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Atagam-se

Atagam-se

APRO. 202m², depósito e 02 garagens, São Paulo/SP, R. Cipriano Loreti, Inicial R\$ 470.000,00 (PARCELAVE)

Advertisement for 'broadcast político' featuring a grid of political analysis articles and a 'Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos' section.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Acima do cálculo

Mesmo sem as condições políticas, conduta de Bolsonaro mantém vivo debate sobre impeachment

Diz uma máxima da política que a oposição não vence eleições, o governo é que as perde. No contexto brasileiro, pode-se aplicar a mesma lógica a processos de impeachment: o presidente é que cria o ambiente para sua deposição, ao cometer crimes de responsabilidade e, sobretudo, ao perder a sustentação popular e congressional.

A oposição a Jair Bolsonaro, conforme relato desta Folha, avalia que não dispõe hoje da segunda condição. Embora a reprovação ao chefe de Estado tenha subido de já elevados 32%, em dezembro, para 42% em janeiro, segundo o Datafolha, a parcela dos que defendem seu afastamento é de expressivos mas ainda minoritários 42%.

Apoio ao mandatário no eleitorado —31% consideram sua gestão ótima ou boa e 53% se opõem ao impeachment— mostra-se grande o bastante para desencorajar a maioria do Congresso a levar adiante um processo tão traumático.

Tem-se também que uma tentativa derrotada em plenário, como foram as duas contra Donald Trump nos Estados Unidos, resulte em fortalecimento de Bolsonaro e suas fantasias persecutórias. Mais ainda, o Planoalto desde o ano passado emprega cargos e verbas governamentais para cooptar parlamentares de conduta fisiológica, em estratégia que teve seu maior sucesso na eleição de seus candidatos às presidências da Câmara dos Deputados e do Senado.

Melhor a reforma

Embora correto, projeto para mudar tributação dos combustíveis não tem chance de prosperar sozinho

Ao enviar ao Congresso um projeto de lei complementar para alterar a sistemática de cobrança do ICMS sobre combustíveis, o governo federal cumpre os objetivos de tentar agradar aos caminhoneiros e jogar a culpa pelos preços elevados nas costas dos governadores.

Oportunismo à parte, a proposta pode cumprir um papel pedagógico ao chamar a atenção para alguns dos graves problemas do regime tributário atual.

Pela proposta, o imposto estadual passaria a ser cobrado na refinaria (não mais na bomba) e teria um valor fixo por unidade de medida, em vez de um percentual sobre o valor final. A arrecadação ocorreria no destino, onde o combustível é consumido.

Tais dispositivos explicitam algumas das inconsistências da norma atual. Uma delas é a incidência de cascata: atualmente a tributação federal (de R\$ 0,35 por litro do diesel) entra na base de cálculo do ICMS. A proposta do Executivo eliminaria essa duplicidade.

Entretanto tributos em cascata estão por toda parte. Chega-se inclusive ao paroxismo de um imposto fazer parte de sua própria base de cálculo, majorando a cobrança final para o consumidor.

Sua base de sustentação busca agora a prorrogação do auxílio emergencial —providência, em si, inatacável— com o objetivo de conter o desgaste do presidente e elevar suas chances em 2022, favorecidas pela fragmentação de lideranças opositoras.

Resta um porém a impedir que se deixe de lado o debate do impeachment —trata-se da conduta insistentemente indecorosa de Bolsonaro, que emporcalha o cargo máximo da República como nenhum antecessor se atreveu a fazer.

Está-se diante de um presidente que sabotou de todas as maneiras as políticas de saúde durante a pandemia; que declarou o intento de intervir em órgãos de segurança para proteger familiares; que apenas em recuo tático parou de insultar atos contra os Poderes.

Seus impulsos autoritários permanecem, como o demonstram um ataque a veículos de imprensa, entre eles este jornal, que defendeu "tirar de circulação". É risível a ressalva de que não o faria por ser um democrata; não o fará, isso sim, porque está submetido às regras da democracia.

Estas, acima de qualquer cálculo político, recomendamos que o Congresso exerça o papel que lhe cabe ante os desmandos do presidente.

É necessário desengavetar e examinar às claras, conforme os trâmites legais, as dezenas de pedidos de impeachment que aguardam decisão do presidente da Câmara.

Na prática, a chamada bitributação não é exceção, mas hábito consagrado no país, embora cada vez mais questionado nos tribunais nos últimos anos.

Outro tema central é o local de cobrança. Hoje o ICMS incide na origem dos produtos, o que impele os estados a concederem benefícios e isenções para atrair empresas. É jogo em que todossãem derrotados, pois acumulam-se distorções e ao final a perda de receita é geral.

Como há muito se sabe, a saída é uma reforma tributária que leve a uma unificação de todos os tributos indiretos em favor de uma cobrança sobre valor agregado.

O governo federal tem consciência de que a chance de seu projeto prosperar é nula, dadas a fome dos governos regionais por receitas e a influência dos governadores sobre o Congresso. Com alíquotas que variam conforme as unidades da Federação, o ICMS sobre combustíveis responde por cerca de 15%, em média, da arrecadação estadual.

Com boa dose de otimismo, o texto pode ao menos proporcionar algum impulso para a tramitação da reforma tributária. Se Bolsonaro quer de fato resolver os problemas que apontou, que aja em prol de uma proposta abrangente.



O golpe dos militares

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Por algum tempo eu acreditei que as Forças Armadas brasileiras haviam se profissionalizado, abandonando de vez a ingerência política e buscando o aprimoramento técnico. Eu estava errado.

Especialmente nos anos 90 e na primeira década deste século, os militares brasileiros empreenderam um grande esforço de relações públicas para nos convencer de que a ditadura era coisa do passado e que as Forças Armadas estavam comprometidas com a democracia e preocupadas com a eficiência.

É claro que os militares ainda torciam o nariz para iniciativas como a Comissão da Verdade e, de vez em quando, algum deles, em geral um general de pijama, vinha com um discurso com ares de recaída autoritária. Nada que preocupasse muito. Bastaram, porém, alguns anos com a perspectiva de exercer mais poder, para constatar que tudo não passava de propaganda enganosa.

É complicado julgar uma instituição por alguns de seus membros, mas, se a performance dos militares

no governo é representativa das Forças Armadas, a competência passa longe dos quartéis. O caso mais gritante é o do general Eduardo Pazuello, perdido no Ministério da Saúde, mas não é o único. Nunca um governo teve tantos militares em seus quadros e nunca vimos uma administração tão ineficaz quanto esta.

O compromisso com a democracia também não era firme. O famoso tuíte de 2018 em que o general Eduardo Villas Bôas fez ameaça velada ao STF até poderia, com boa vontade, ser classificado como estupidéz individual. Agora que ficamos sabemos que a mensagem resultou de uma trama envolvendo toda a cúpula do Exército, o caso ganha outra dimensão.

Num país mais decente, os generais que participaram da reunião e ainda estão na ativa seriam postos na reserva e se abriria uma investigação para apurar sedição. Mas estamos no Brasil. Não precisamos se preocupar com isso. Tolo sou eu que acreditei no golpe de marketing castrense.

heio@uol.com.br

Os comandantes e o bolsonarismo

Vinicius Sassine

BRASÍLIA No comando do Exército, o general Eduardo Villas Bôas agiu para pressionar o STF e para favorecer seu candidato à Presidência: Jair Bolsonaro. Um tuíte com verniz conspiratório, agora dissecado pelo próprio Villas Bôas, foi feito para interferir no julgamento de um habeas corpus do ex-presidente Lula, em 2018. A prisão do petista mudou a eleição.

As reações ao que ocorreu naquele momento-chave chegam com um atraso já habitual na democracia brasileira. Além de tardias, não passam de ruídos. E o mesmo deve ocorrer em relação à postura de um outro comandante, sucessor de Villas Bôas e atual líder do Exército brasileiro: o general Edson Leal Pujol.

Pujol não é Villas Bôas. Seu estilo é quase o oposto. Não há verbosidade, redessocials, pontes sólidas no mundo político ou ausência de sutilezas. Mas o comandante serve ao ideal bolsonarista, e sua conduta (ou ausência dela) ajuda a compor as ofensivas mais danosas de Bolsonaro nesta primeira metade de mandato.

A permanência do general Edu-

ardo Pazuello no cargo de ministro da Saúde e na ativa do Exército contou com aval de Pujol. Pazuello, hoje, é investigado por crimes e improbidade, suspeito de omissão diante de iminentes mortes por asfixia.

O laboratório do Exército produziu 3,2 milhões de comprimidos de cloroquina, droga sem efeito para Covid-19, porque não houve objeção do comandante. Pelo contrário: o Exército distribuiu o medicamento de Bolsonaro a estados e municípios.

E o arramento da população, com flexibilização de regras, passa diretamente pelo esvaziamento de atribuições do Exército. Mais uma vez, Pujol é condescendente.

O comandante justifica a postura com explicações genéricas: "O laboratório do Exército é executor, não decide sobre medicamentos." Ou: "A passagem do militar à inatividade não é decisão discricionária do comandante." Os próximos anos podem servir para novas reações à relação entre um comandante e o ex-capitão.

Hoje, excepcionalmente, não é publicada a coluna de Bruno Boghossian

O Brasil nas ruas

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO No fundo de uma gaveta surge de repente um objeto cheio de história: um botão verde-amarelo de um comício da campanha pelas Diretas Já, em 1984. Era o comício da Candelária, aqui no Rio, no dia 10 de abril. Não me lembrava desse botão e vejo agora que ele veio comigo por apartamentos, casas e cidades nesse inacreditáveis 36 anos — em breve, 37.

Pouco antes, em janeiro daquele ano, aconteceu o primeiro comício pelas Diretas, o da praça da Sé, em São Paulo, que reuniu 300 mil pessoas. Mas o Rio teria 1 milhão, com a multidão entupindo a avenida Presidente Vargas, do palanque na Candelária à praça da República, e etapeando a Rio Branco, da praça Mauá à Candelária — uma massa humana em forma de cruz, mostrando de vez que o país estava farto dos militares.

No palanque, os artistas, os famosos e os líderes Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro, Fernando Henrique, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Lula. Nem todos ali

se davam: Montoro não gostava de Brizola, Brizola não gostava de Lula e Lula não gostava de ninguém. Mas todos tinham um inimigo comum: o regime, que já caía de podre e respirava por aparelhos, que eram as eleições indiretas para presidente votadas por um Congresso viciado. Daí os comícios, para pressionar os políticos a aprovar uma emenda que propunha restabelecer as diretas. Duas semanas depois, em 25 de abril, o Congresso traíu como sempre a nação, derrotando a emenda.

As diretas viriam, mas só dali a cinco anos, e Deus sabe quantos erros, desde então, cometeram-se em seu nome. As jornadas de 1984, no entanto, eram a prova de que existíamos — e, não fosse pela pandemia, que nos obriga a lutar pela vida dentro de casa, o país estaria hoje de novo nas ruas, para exigir o despejo de Jair Bolsonaro.

Em 1984, a ditadura tinha 20 anos. Com dois anos de Bolsonaro, o Brasil já chegou a nível equivalente de putrefação.

A confusão continua

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici).
Escreve às quartas

O ano começa com um ambiente confuso em torno da prorrogação do auxílio emergencial. É inegável que a descontinuação abrupta do programa em meio ao caos econômico e social produzido pela pandemia justifica a sua manutenção por mais alguns meses, o que se reflete na pressão política feita pelos congressistas sobre o governo. Mas também é verdade que, talvez pela falta de liderança do Executivo em lidar com um tema inevitável ao longo dos últimos meses, têm surgido propostas de adequação duvidosas e outras que comprometem seriamente o crescimento futuro do país.

Um auxílio que é emergencial e para um período curto e fixo de tempo não pode ser confundido com a reformulação, o robustecimento e a criação das necessárias portas de saída dos programas sociais já existentes. Este é um tema cheio de detalhes e para o qual já existem boas propostas, inclusive pelo próprio governo — embora rejeitada pelo presidente.

A segunda questão é o financiamento do auxílio e o cuidado para que a solução proposta não crie brechas para desperdício do espírito gastador de políticos míopes.

Antes de tudo, passados quase um ano de vigência do programa anterior, é factível e necessário que agora haja maior focalização nos que realmente precisam. Além disso, à parte os pormenores jurídicos e impostos pelo emaranhado de regras fiscais que hoje vigoram no país para a operacionalização da forma em que o programa será executado, não se deve perder de vista a delicada situação fiscal em que o país se encontra.

É um erro achar que o Brasil pode optar pela expansão fiscal e pelo aumento do endividamento sem apontar medidas compensatórias de curto e médio prazo, como parecem supor alguns deputados e senadores. O comportamento da taxa de câmbio, na contramão dos demais emergentes e que tanto tem impactado os indicadores que lhes são caros, como o preço da gasolina e dos alimentos, é um indicador eloquente dessa fragilidade.

A transição do Orçamento dá a chance para que ao menos parte dos recursos sejam designados a partir de fontes que lá estão. A complementação do montante total pode e deve vir de medidas de ajuste que já constavam nas PECs fiscais que estão no Congresso. É preciso insistir: A reorganização das contas públicas e a indicação clara de sustentabilidade para a trajetória da dívida é condição necessária para a saúde macroeconômica do país.

Para piorar, há os que sugerem se recorra à saída mais fácil, feita de maneira reiterada nos últimos 40 anos: financiar a vida criação de impostos, "temporários". Só se for para matar de vez qualquer esperança de crescimento.

mercado

Metade das empresas inicia o ano com lucro em queda, afirma FGV

Repique na pandemia e fim do auxílio apontam piora nos resultados, dizem pesquisadores

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Praticamente metade das empresas brasileiras iniciou 2021 com lucro abaixo do registrado no mesmo período do ano passado, de acordo com levantamento do FGV/Ibre realizado em janeiro com 4.044 companhias da indústria, comércio, serviços e construção. A sondagem especial mostra que 48% das companhias reportaram lucros menores, 35% informaram estabilidade e 17% afirmam ter registrado um resultado melhor que o de janeiro de 2020, período anterior ao início dos efeitos econômicos provocados pela pandemia.

Na avaliação dos pesquisadores do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), o recrudescimento na pandemia e a retirada do auxílio emergencial são fatores que apontam para uma piora desses resultados nos próximos meses, revertendo a expectativa de que o país estava no rumo de recuperar as perdas do ano passado.

A indústria é o setor com maior percentual de empresas que registram aumento no lucro (26%), com destaque para os segmentos farmacêutico, químico e de minerais não metálicos, nos quais cerca de metade das companhias reportaram ganhos. No sentido oposto, as indústrias de vestuário e de couros e calçados têm quase 90% dos empresários registrando perdas.

Os serviços se destacam pela quantidade de companhias com queda nos resultados (62%), percentual que está em torno de 90% nos segmentos de alimentação e alojamento, aqueles que estão entre os

mais afetados pelas restrições de mobilidade impostas pela crise sanitária.

No comércio, que vinha comemorando bons resultados em 2020 com as vendas de produtos essenciais e o aumento nas vendas por canais online, 48% das empresas tiveram queda no lucro em janeiro e 18% reportam ganhos, números próximos da média geral de todos os setores. Nesse setor, o destaque negativo é o segmento de tecidos, vestuário e calçados, com quase 8 de cada 10 empresas reportando perdas.

“Essa é uma pergunta que a gente fez em janeiro, em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi um dos últimos meses antes da pandemia. O destaque negativo fica para a indústria têxtil e serviços, principalmente aqueles que demandam algum tipo de aglomeração. São setores que ainda estão muito impactados pela pandemia e hoje não têm uma perspectiva de que vão conseguir se recuperar. Dependem muito da vacinação”, afirma o coordenador das Sondagens do Comércio e de Investimentos do FGV Ibre, Rodolpho Tobler.

Ele afirma que, mesmo no comércio, a continuidade dos bons resultados de alguns setores pode ser afetada pelo fim do auxílio emergencial e a redução da massa salarial. Nos supermercados, por exemplo, 23% registraram aumento de lucro; 28%, queda e 49% falam em estabilidade.

“O cenário que a gente tem observado é um primeiro trimestre com consumo muito reduzido, consumidores cautelosos. O aumento nos casos de pandemia faz com que haja uma menor circulação de pessoas do que no fim do ano passado, e também tem a questão da finalização do auxílio emergencial”.

Viviane Seda Bittencourt, coordenadora da Superintendência-Adjunta para Ciclos Econômicos do Ibre e responsável por pesquisas como o Sondagem do Consumidor

“Essa é uma pergunta que a gente fez em janeiro, em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi um dos últimos meses antes da pandemia. O destaque negativo fica para a indústria têxtil e serviços, principalmente aqueles que demandam algum tipo de aglomeração. São setores que ainda estão muito impactados pela pandemia e hoje não têm uma perspectiva de que vão conseguir se recuperar. Dependem muito da vacinação”, afirma o coordenador das Sondagens do Comércio e de Investimentos do FGV Ibre, Rodolpho Tobler.

Ele afirma que, mesmo no comércio, a continuidade dos bons resultados de alguns setores pode ser afetada pelo fim do auxílio emergencial e a redução da massa salarial. Nos supermercados, por exemplo, 23% registraram aumento de lucro; 28%, queda e 49% falam em estabilidade.

“O cenário que a gente tem observado é um primeiro trimestre com consumo muito reduzido, consumidores cautelosos. O aumento nos casos de pandemia faz com que haja uma menor circulação de pessoas do que no fim do ano passado, e também tem a questão da finalização do auxílio emergencial”.

Viviane Seda Bittencourt, coordenadora da Superintendência-Adjunta para Ciclos Econômicos do Ibre e responsável por pesquisas como o Sondagem do Consumidor

Quase metade das empresas tiveram lucro afetado pela pandemia

O lucro da empresa foi afetado pela pandemia?



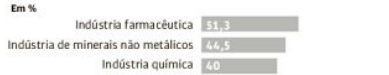
Qual a queda do lucro?



Segmentos com maior percentual de empresas com queda no lucro



Segmentos com maior percentual de empresas com alta no lucro



Fonte: Sondagem quesitos especiais FGV Ibre. Foram ouvidas 4.044 empresas



Afirma também que todas as sondagens feitas pela FGV em janeiro mostraram queda na confiança de consumidores e empresas, sendo que a das famílias recuou pelo quarto mês seguido. Por isso, avalia Bittencourt, se a sondagem fosse feita em fevereiro, provavelmente o número de empresas reportando lucro maior teria diminuído.

“Neste primeiro trimestre, a tendência é que fique mais difícil, não só para aqueles setores que vinham com uma situação desafiadora como para aqueles que vinham reportando lucro. É o que a gente viu nas sondagens. Não dá para esperar uma mudança no comportamento do consumidor agora. Você tem limitação de renda, dificuldade de obter emprego. As pessoas estão com medo do desemprego, continuam poupando, diminuindo seus gastos”.

O FGV Ibre também realizou sondagem com 1.733 consumidores e perguntou se eles tomariam a vacina e se voltariam a utilizar alguns serviços após o início da vacinação.

Cerca de 75% afirmaram que tomariam a vacina assim que estivesse disponível e 7,4% disseram que não tomariam. Os demais não souberam dizer. Pesquisa Datafolha realizada em 20 e 21 de janeiro mostrou que 79% querem se vacinar.

O percentual daqueles que votaram a utilizar normalmente serviços que envolvem aglomeração, como de alimentação, entretenimento, alojamento, shoppings ou transporte de avião ou ônibus, varia de 7% a 15% dos entrevistados.

Os levantamentos foram realizados de 4 a 27 de janeiro.

Brasileiro renegocia empréstimos para melhorar perfil da dívida

Larissa Garcia

BRASÍLIA Em meio à pandemia, além do fôlego financeiro do auxílio emergencial, os brasileiros consumiram menos e fizeram poupança.

Nesse contexto, muitos aproveitaram a sobra de recursos e o afrouxamento regulatório para renegociar dívidas antigas e tentar condições melhores de pagamento.

De acordo com dados do Banco Central, as concessões para composição de dívidas, quando o cliente faz acordo para unir mais de uma modalidade de crédito em uma só, aumentaram 7,7% no ano. Com isso, o saldo do sistema financeiro subiu 61,1% no ano.

“Quando as pessoas têm mais recursos disponíveis, elas tendem a buscar linhas mais baratas de crédito, que exigem mais planejamento. No aperto financeiro, elas procuram modalidades mais caras, porque são mais acessíveis e emergenciais. Então o auxílio, a poupança e o consumo menor contribuíram para esse movimento”, diz o economista e professor da USP Paulo Feldmann.

Segundo a autoridade monetária, o mais comum nesse tipo de negociação é que linhas rotativas, como cheque especial e cartão de crédito, sejam trocadas por uma modalidade mais barata, como crédito pessoal ou consignado, para baratear os custos.

Para o BC, o aumento dessa modalidade foi causado pela pandemia, que alterou as perspectivas, no caso dos bancos e no dos clientes.

“É natural, nesses casos, o aumento das negociações de crédito buscando adapta-

ções às novas condições. Ou seja, em 2020 houve estímulo às renegociações de dívidas, com algumas instituições financeiras se antecipando aos clientes, oferecendo a possibilidade de extensão de prazos e/ou redução de taxas de juros”, diz a autarquia em nota.

“Foi uma peculiaridade de 2020. Além da vontade das pessoas de renegociar, os bancos também melhoraram o relacionamento com os clientes e ficaram mais solícitos na hora de oferecer produtos de menor risco, até pelo momento de incertezas em que o risco de inadimplência aumenta”, afirma Rafael Schiozer, professor de finanças da FGV.

Segundo o especialista, a queda dos juros básicos — a Selic —, que está a 2% ao ano, facilitou esse tipo de acordo.

Além disso, em abril do ano passado o BC publicou norma que facilitou a renegociação. Pela regra, que ficou em vigor até dezembro, empréstimos atrasados devem permanecer na classificação de risco anterior a fevereiro de 2020.

A classificação de risco é calculada de acordo com o perfil e com o histórico do cliente e mede o potencial de inadimplência daquela operação. Quando o tomador atrasa o pagamento, o crédito cai de categoria e o banco precisa provisionar mais recursos e, em consequência, cobrar mais juros.

Provisão é o valor que os bancos têm de manter em caixa para assegurar a operação. Quanto maior é o risco de calote, maior é esse montante.

As renegociações para melhorar as condições da dívida podem ter sido ainda mais expressivas.

Nas estatísticas do BC, a modalidade “composição de dívidas” inclui somente as negociações que envolvem mais de uma modalidade. Acordos que ocorrem dentro da mesma linha, com alteração de prazos ou taxas, mas sem migração para outro tipo de crédito, permanecem em suas rubricas iniciais.

Para o economista-chefe da consultoria Análise Econômica, André Galhardo, a tendência é que a modalidade não permaneça em crescimento expressivo neste ano.

“Provavelmente com o fim do auxílio e o desemprego em alta, além da baixa atividade econômica, as pessoas devem retornar para linhas mais caras. Muitos já estão consumindo itens básicos, como alimentos e combustíveis, no cartão ou no cheque especial”.

O analista pondera que a

+ Bitcoin é cotado acima de US\$ 50 mil pela primeira vez

O bitcoin superou nesta terça-feira (16), pela primeira vez, a marca de US\$ 50 mil e atingiu nova máxima recorde, ampliando o rally alimentado por sinais de que a maior criptomoeda do mundo está ganhando aceitação. O bitcoin atingiu a nova máxima de US\$ 50.602 durante o dia. A criptomoeda avançou cerca de 72% até agora neste ano, com a maior parte dos ganhos acontecendo após a fabricante de carros elétricos Tesla dizer que comprou US\$ 1,5 bilhão em bitcoin. A empresa de Elon Musk também disse que vai aceitar a moeda como pagamento.

alta no mercado de crédito nem sempre é saudável, especialmente se a economia está fragilizada. “Quando vemos o crescimento dos empréstimos e o endividamento das famílias para consumo de bens duráveis, por exemplo, é positivo porque elas estão confiantes de que vão permanecer no emprego e de que a economia está estável, então assumem esse compromisso. Se há incertezas e as pessoas estão se endividando, é preocupante”.

Além de diminuir os custos, as renegociações permitem que os tomadores voltem a tomar novos financiamentos. Em outra frente, no período mais crítico da pandemia, os maiores bancos promoveram prorrogações de parcelas de empréstimos para quem pagava em dia. Embora não melhore o perfil da dívida, a

iniciativa promoveu alívio financeiro a aqueles que perderam renda na crise.

“No total, foram 14,6 milhões de contratos de pessoas físicas com parcelas prorrogadas de 16 de março, período de intensificação das medidas de distanciamento social, até o fim de 2020. Foram R\$ 59,7 bilhões em parcelas prorrogadas (R\$ 481,4 bilhões o montante total renegociado)”.

Galhardo lembra que o auxílio emergencial e a posterior redução das parcelas evitaram que a inadimplência subisse em meio à pandemia, mas que agora há risco de elevação.

“Os calotes em financiamentos chegaram ao menor nível da história em dezembro, com 2,1%, redução de 0,1 ponto no mês e 0,8 ponto no ano.”

O endividamento das famílias com os bancos, por sua vez, alcançou 50,3% em outubro, maior nível da série, iniciada em janeiro de 2005. O cálculo considera o estoque dos financiamentos da família em relação à sua renda em 12 meses.

Já o comprometimento da renda mensal do brasileiro com parcelas de empréstimos chegou a 21,7% e se igualou a setembro de 2015, quando o percentual tinha sido o maior.

Estadísticas divulgadas de defasagem por levar em conta a média móvel trimestral. Por isso, o dado mais recente disponível é o de outubro.

“Esse é um risco à retomada da atividade, principalmente com o alto índice de endividamento das famílias. Elas estão com a renda comprometida e terão mais dificuldades com menos recursos disponíveis em um momento em que a incerteza ainda é grande”, diz Galhardo.

Provavelmente com o fim do auxílio e o desemprego em alta, além da baixa atividade econômica, as pessoas devem retornar para linhas mais caras. Muitos já estão consumindo itens básicos, como alimentos, no cartão ou no cheque especial

André Galhardo economista-chefe da consultoria Análise Econômica

Na pandemia, brasileiro renegociou empréstimos para melhorar perfil das dívidas



Fonte: Banco Central

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Tradução

Os membros do MPM (Ministério Público Militar), que chegam a ter remuneração acima de R\$ 37 mil, poderão ganhar bolsas de estudos de idiomas com recurso público. No momento de aperto das contas do governo e do debate sobre a falta de dinheiro para bancar o auxílio emergencial, o procurador-geral de Justiça Militar, Antônio Pereira Duarte, lançou neste ano o programa de estudos para subsidiar cursos de inglês, espanhol, francês e italiano aos servidores e membros do órgão.

CHAMPS-ÉLYSÉES Procurado pela coluna, o MPM afirma que a iniciativa foi prevista no plano estratégico de 2016. Diz também que a capacitação é necessária por causa do aumento de sua atuação internacional nas cooperações jurídicas e relações institucionais com órgãos do sistema de Justiça Militar de nações amigas.

TORRE DE PISA "A atribuição para apurar crimes militares cometidos no exterior, ainda que apenas em parte, é do MPM. Um exemplo é o caso do sargento detido na Espanha, denunciado pelo MPM por tráfico internacional de drogas. Também estamos em tratativas com a Procuradoria-Geral de Justiça Militar da Itália para celebrar acordo de cooperação", diz em nota.

MUSEU DO PRADO O órgão diz que está estudando o modelo econômico mais viável para formar as turmas de idiomas. "Predominantemente, serão ofertadas turmas fechadas, com instrutor único e ensino a distância, o que reduzirá custos para a administração. O MPM busca convênios com outras instituições públicas e no meio universitário para reduzir gastos", afirma.

TIMES SQUARE Além da remuneração pelo cargo efetivo no MPM, há outros ganhos eventuais como a gratificação natalina, que pode chegar R\$ 19,6 mil. Em janeiro, houve casos de rendimento líquido total acima de R\$ 65 mil entre as funções de procuradores e promotores, segundo dados do órgão.

ESPUMA A situação dos pubs do Reino Unido paralisados pela quarentena parece estar longe de uma solução. Nos últimos dias, circulou a notícia de que o governo britânico estuda liberar o funcionamento dos bares apenas na área externa, mas o setor fez uma pesquisa e concluiu que 60% dos estabelecimentos não reabririam em abril.

AR LIVRE É que 29 mil pubs não têm varanda grande o suficiente para receber os clientes, segundo a associação do setor. Eles estão pressionando para poder operar em ambientes fechados na retomada das atividades.

com Mariana Grazini

INDICADORES

JÚROS

Fev., em % ao mês

7,73	8,00	3,89	7,89
------	------	------	------

Cheque especial Empréstimo pessoal

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência janeiro

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00

Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem receber sobre 2% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria vence em 17 fev.

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.100 5% R\$ 55,00

Assalariado

Até R\$ 1.100 7,5%

De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48 9%

De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 12%

De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57 14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 19 fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

RINGUE Três dias após o protesto de Luciano Hang (Havan), contra o fechamento do comércio em Bauru (SP), a cidade vai se tomando palco do embate de Bolsonaro com Dória. Nesta segunda (15), os ministros Marcos Pontes (Tecnologia) e Milton Ribeiro (Educação) foram a Bauru para anunciar uma escola cívico-militar. O ministro astronauta também prometeu um centro de inovação em transportes.

PULMÃO Eles se reuniram com a prefeita Suellen Rosim, que entrou em escalada retórica com Dória nas últimas semanas. Com a maioria dos leitos de Bauru ocupados, Rosim desobedeceu as restrições anticovid no comércio impostas pelo governo de SP, e Dória disse que ela estava fazendo "vassalagem" ao governo Bolsonaro.

TELA O Procon-SP entrou no caso do vazamento de dados de mais de 100 milhões de contas de celulares e notificou as operadoras de telefonia Claro, Oi, Tim e Vivo pedindo explicações sobre o ocorrido.

DADOS A Psafe, empresa de segurança cibernética que descobriu o vazamento, também foi notificada. O Procon-SP questiona como ela foi informada sobre o caso e o que a motivou a divulgá-lo.

CLIQUE As telas do órgão de confirmação se teve o vazamento e qual foi o motivo, além das medidas para evitá-lo e como será a reparação de danos. Procuradas pela coluna, as operadoras dizem que têm padrões de segurança. Oi, Time Vivo negam o vazamento. Claro diz que segue investigando. Psafe não comenta.

SELO Onze entidades se uniram para enviar uma carta nesta terça (16) ao relator do Marco das Startups no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), pedindo mudanças no projeto.

CARTEIRA Entre as propostas, as entidades pedem ajustes na tributação do stock option, quando o empregado é remunerado por meio de ações da empresa. Também pedem equiparação tributária dos investimentos em startups com outros, como os fundos imobiliários.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$ Aliquota, em % Deduzir, em R\$

Até 1.903,98 Isento

De 1.903,99 até 2.826,64 7,5 142,80

De 2.826,64 até 3.751,05 15 354,80

De 3.751,06 até 4.664,68 22,5 636,13

Acima de 4.664,68 27,5 869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R\$ 1.252,48 Valor, em R\$

Empregado 96,22

Empregador 250,46

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 5 fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5 e 8%. Para o salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.



Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o ministro Paulo Guedes (Economia) durante entrevista, na semana passada, sobre o auxílio

Luiz Macedo - 12.fev.21/Divulgação Câmara

Regras do auxílio podem congelar salários de servidores por três anos

Medida é analisada nas conversas entre Executivo e Congresso como forma de compensar impacto do programa nas contas públicas

Fábio Pupo

BRASÍLIA A concessão de um auxílio emergencial com regras amplas poderia levar a um congelamento dos salários no serviço público federal por três anos para compensar o impacto do programa nas contas públicas. Apesar de ainda não estar fechada, a alternativa é comentada nas conversas entre Executivo e Congresso —conforme pessoas com conhecimento do assunto relataram à Folha.

Para evitar a necessidade de compensar grandes volumes, defende-se no governo um programa com custos mais contidos do que em 2020.

Influência nas visões sobre o programa o aumento no endividamento do país. A dívida bruta chegou ao fim do ano passado em 89,3% do PIB (Produto Interno Bruto) e deve subir novamente com a expectativa de mais um déficit nas contas públicas em 2021.

É defendida entre membros do Executivo a necessidade de filtrar os beneficiários do auxílio emergencial em relação aos recebedores de 2020 para direcionar o programa aos mais pobres e manter o custo do programa sob controle.

Além disso, a ideia é restringir a duração dos pagamentos por três ou quatro meses. Esse prazo se baseia na premissa de que, dentro do período, haveria vacinação em massa da população idosa e queda no número de hospitalizações.

Também é defendido um valor entre R\$ 200 e R\$ 250 mensais por beneficiário. A quantia é menor do que os R\$ 600 mensais concedidos em 2020 nas cinco primeiras parcelas e do que os R\$ 300 dos últimos quatro pagamentos.

O valor das parcelas em um patamar menor do que em 2020 é visto como forma de deixar o valor mais próximo ao do Bolsa Família. O programa de transferência de renda concede, em média, um

valor aproximado de R\$ 200 por cartão.

A visão entre integrantes do Executivo é que, quanto mais restritivas as regras do auxílio emergencial, menor seria o custo da medida e, portanto, menor a necessidade de medidas compensatórias.

Por outro lado, o entendimento é que, quanto mais amplas forem as regras, maior a demanda por cortes de outras despesas.

O Ministério da Economia vem expressando reiteradas vezes a necessidade de contrapartidas fiscais para a concessão do auxílio emergencial e para a liberação de gastos para combater os efeitos da pandemia.

A visão é que liberar mais gastos para enfrentar a Covid-19 não pode significar um novo cheque em branco, por causa do menor espaço fiscal do país após o rombo recorde de R\$ 740 bilhões nas contas primárias em 2020.

Conforme mostrou a Folha nesta semana, a recriação do auxílio emergencial vai atender mais pessoas do que o inicialmente previsto e chegará a mais de 40 milhões de beneficiários em 2021. Isso, por si só, já representa uma pressão sobre o custo.

Mesmo assim, o auxílio deve contemplar uma população menor do que a de 2020 (mais de 60 milhões). O objetivo é fazer uma filtragem e deixar o programa mais focado, direcionando recursos apenas à população mais pobre.

Mesmo com a perspectiva de liberação de novos gastos por beneficiário, não para combater as consequências econômicas da pandemia, o ministro Paulo Guedes (Economia) planeja amenizar o impacto das medidas nas contas públicas.

Conforme mostrou a Folha também nesta semana, a equipe econômica desenha iniciativas em 2021 com uma engenharia financeira que gere efeitos similares aos observa-

dos no ano passado, mas que reduza ou até mesmo descaarte a necessidade de recursos do Tesouro Nacional dependendo do caso.

No caso do programa de manutenção do emprego, Guedes tem dito a interlocutores que pretende eliminar o uso do caixa do Tesouro. A volta da medida que evita demissões já é uma certeza no Ministério da Economia para 2021.

O programa criado no ano passado, visto por governo e especialistas como fundamental para a preservação de postos formais em 2020, permite a suspensão de contratos de trabalho ou reduções de 25%, 50% ou 70% nas jornadas, com corte proporcional de salário.

Como compensação, o trabalhador afetado recebia do Tesouro um valor proporcional ao seguro-desemprego.

Agora, o ministro estuda usar recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), responsável pelo custo do seguro-desemprego e do abono salarial, para antecipar recursos ao trabalhador empregado.

No ano passado, foram usados R\$ 51,5 bilhões da União para compensar trabalhadores pela redução de salário ou suspensão dos contratos.

O chamado Bem (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda) foi o terceiro programa que mais recebeu recursos do Tesouro em 2020 (atrás do auxílio emergencial e dos repasses a estados e municípios).

Outro exemplo são os programas de empréstimos. As linhas de crédito criadas em 2020 para socorrer empresários usaram em grande parte recursos da União, que garantiu o risco de até 100% de cada operação.

Neste ano, técnicos discutem um meio de os empréstimos dependerem menos de recursos públicos e terem uma parcela maior do risco assumido pelos próprios bancos.

MEASURAS ESTUDADAS PARA REDUZIR USO DE RECURSOS PÚBLICOS

Compensações para o auxílio É discutido entre Executivo e Legislativo o congelamento de salário de servidores, que pode chegar a três anos

Programa de manutenção de emprego e renda Guedes estuda eliminar uso de recursos do Tesouro para trabalhadores e usar dinheiro do FAT

Auxílio Governo estuda público mais focado. Acima de 40 milhões, mas menor que os 67 milhões de pessoas do ano passado. Além disso busca um pagamento menor, de R\$ 200 a R\$ 250

FGTS e INSS Ministério estuda reduzir medidas que não geram impacto para as contas públicas, como a liberação de mais saques do FGTS e a antecipação de pagamentos do 13º do INSS

Compra de vacina russa pelo governo patina

Lobby pró-Sputnik trava, e farmacêutica União Química enfrenta resistência a uso emergencial e produção das doses

Constança Rezende

BRASÍLIA Apesar do lobby político, a aquisição da vacina Sputnik contra a Covid-19, apresentada como parte dos planos do Ministério da Saúde para imunizar toda a população até o fim deste ano, ainda é vista como distante pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

A agência afirma que faltam documentos básicos para a autorização do uso emergencial do imunizante desenvolvido pelo Instituto Gamaleya, da Rússia, assim como para permitir a produção no Brasil.

A situação foi informada pelo diretor da agência, Antônio Barra Torres, no processo que acompanha o plano de vacinação do governo no Supremo Tribunal Federal, sob relatoria do ministro Ricardo Lewandowski.

Na quinta (11), o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, disse ao Congresso que negocia 10 milhões de doses da Sputnik. A ação respondeu às críticas de parlamentares à lentidão na vacinação. Por falta de doses, a imunização foi interrompida em cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro. Salvador alterou o cronograma também por escassez de imunizantes.

A farmacêutica União Química, que tem acordo com o governo russo para produzir a vacina no Brasil, pediu aval à Anvisa para uso emergencial em 15 de janeiro. A agência, porém, devolveu a solicitação



Carregamento de 100 mil doses da vacina Sputnik V chegam ao aeroporto e La Guaira, na Venezuela. Yuri Cortez/13.fev.21/APP

à empresa um dia depois, afirmando que faltavam os estudos clínicos da fase três, com dados sobre a segurança e eficácia do produto.

No início do mês, a agência permitiu que essas informações pudessem ser trazidas de testes de outros países, mas isso ainda não foi feito pela empresa, segundo a Anvisa. A EMA (Agência Europeia de Esclareceu se usaria dados do

exterior ou do Brasil.

O Senado aprovou uma MP (medida provisória) que agilizaria essa autorização para cinco dias, mas a mudança ainda não foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), e o presidente da Anvisa afirmou que vai pedir que ele vote a medida.

Nesta semana, foi a vez de a EMA (Agência Europeia de Medicamentos) afirmar que

não recebeu ainda solicitação para avaliar o imunizante russo. O estudo poderia ser usado pela União Química com a Anvisa, que considera a aprovação da vacina em outra agência de referência sinalização importante.

Além da falta de aval, pesam entraves para a produção da vacina no Brasil.

A União Química planeja produzir ao menos 150 mi-

lhões de doses da vacina no país, mas ainda não apresentou a solicitação formal para avaliação da fábrica no Distrito Federal, o segundo a Anvisa.

A expectativa é que a empresa solicitará a inspeção de licenciamento e certificação tão logo forem concluídas as adequações necessárias da área de produção, o que não ocorreu.

Em inspeção em 27 de janeiro, técnicos da Anvisa e da Vigilância Sanitária do Distrito Federal identificaram que a fábrica não estava produzindo insumos farmacêuticos em escala industrial para o uso humano. Segundo a empresa, o processo de transferência de tecnologia ainda estava ocorrendo.

Um dos principais interlocutores da União Química com a Anvisa e congressistas para facilitar a produção da vacina é o ex-deputado federal e ex-governador do Distrito Federal Rogério Rosso, hoje diretor de Negócios Internacionais da empresa e já esteve em reuniões na Anvisa em pelo menos duas ocasiões.

Rosso e o presidente da União Química, Fernando de Castro Marques, tentaram candidaturas nas eleições de 2018. Marques disputou o Senado pelo Solidariedade; já Rosso tentou ser governador do Distrito Federal pelo PSD.

Marques aparece no sistema do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) como doador de R\$2,6 milhões para a direção estadual do PSD em 2018.

Também doou R\$ 2,7 milhões para a sua própria campanha e R\$ 889 mil para de Rosso. Nenhum dos dois conseguiu ser eleito.

Em nota, a Anvisa afirmou que, de sua parte, não recebeu pressão externa e "o trabalho segue focado nas análises técnicas". "Não temos lobby pela Sputnik, só temos contato com as equipes técnicas que trabalham com a vacina", disse.

Mas o médico sanitário e ex-diretor da Anvisa Gonzalo Vecina, um crítico das mudanças recentes que relaxam normas da agência, vê risco de o Brasil "ficar refém de mercados de promessas vazias".

"Temos que ter garantia de ter a vacina, mas que seja segura e eficaz de acordo com os regulamentos internacionais e não de acordo com a vontade de hierarquias de plantão", afirmou.

A União Química declarou que todas as etapas junto à Anvisa estão sendo cumpridas e que, "como é de conhecimento público, o contrato de transferência de tecnologia da produção da vacina Sputnik V, entre RDPF (Fundo Russo de Investimento), Instituto Gamaleya e União Química, está sob guarda de acordo de confidencialidade".

"Tão somente a Anvisa tem acesso a essas questões, em conformidade com a legislação brasileira e com as regras de conduta e código de ética da autoridade regulatória", afirmou.

Do espaço aos psicodélicos, 35 anos de aventuras com a Folha, 100

FOLHA, 100

Marcelo Leite

A Folha tem longa história de atenção para as ciências naturais. Ninguém simboliza melhor essa tradição do que José Reis, que teve uma coluna por muitas décadas, chegou a dirigir o jornal e criou em 1948 a seção *No Mundo da Ciência*.

Nunca poderia ter imaginado que viria a assumir o espaço de sua coluna, em 2002, de 26 anos depois de conseguir entrar para a Redação. O sucesso veio só na terceira tentativa, após dar em nada a ideia generosa de Rodrigo Naves sagrar-me sucessor na edição do Folheteiro e ser perdedor num concurso para redator de Informática.

Foi também por concurso que veio a contratação na editoria de Educação e Ciência. Soube depois que Otávio Frias Filho (OFF), diretor de

Redação, recomendara vigilância cerrada sobre o então mentor viria decerto coalhado de cacofonias acadêmicas.

O estrado sobre teoria da verdade de Jürgen Habermas foi para osaco, esmagado sob a carga insana de trabalho. Aquela ano de 1986 teve de ter: explosão do ônibus espacial Challenger, em janeiro; cometa Halley e Plano Cruzado, em fevereiro; derretimento da usina nuclear Tchernóbil, em abril.

Mesmo com terminais de computador pendurados num mainframe que hoje parecia calhambeque, fechar o jornal era empreitada manual e lenta. Listas de aprovados no vestibular e de preços tabelados pelo presidente José Sarney eram verificadas em papel, tarefa para o coitado medido a filósofo que amava ciência e tinha experiência como revisor de textos.

Naqueles tempos, menos de dois anos após OFF assumir a direção, havia trocas de chefia quase diárias. Antes de completar 12 meses em Educação e Ciência me tornei editor assistente e, logo, editor, tendo sobrevivido ileso à série Universária em Exame, que apontava a baixa produtividade de instituições sustentadas com recursos públicos.

As afinidades com OFF foram ficando evidentes, assim como as divergências. Ambos nascidos em 1957, ano do Sputnik, primeiro satélite artificial, havia interesse por assim dizer inato em tudo que se referisse a conquistas espaciais. Ninguém assiste impune ao pouso na Lua com 12 anos, mesmo com inclinação para literatura e humanidades.

O que o cosmos unia a biologia separava. Adolescente ainda despertei para a questão ambiental, com a luta contra o aeroporto nas matas de

Caucaia do Alto, paixão vivida durante temporada na Alemanha em 1980/81. Daí nasceu a cobertura vibrante da Folha para a destruição da Amazônia e a mudança climática, no final da década de 1980.

A direção tinha reservas ao tema, temendo que jornalistas atuassem como militantes. Consciente do crescente interesse público, contudo, dava carta branca para o noticiário copioso iniciado em 1988 com os primeiros alertas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para a explosão de queimadas.

Foram vários os atritos quando negacionistas do aquecimento global fizeram incursões nas páginas da Folha. Nada sério o bastante para impedir o investimento maciço nos nove capítulos da série "Crise do Clima", de 2018.

O precedente havia sido aberto em 2013, quando o jornal decidiu que o pionei-

ro produto multimídia da imprensa nacional se dedicaria a esmiuçar a usina hidrelétrica mais controversa do país, com "A Batalha de Belo Monte".

Em 2015, antevéspera da Conferência de Paris, a prioridade editorial para o ambiente resultaria na série "Floresta sem Fim/Tudo Sobre Desmatamento Zero".

Em paralelo com a ecologia, o pensamento biológico foi marcado entre essas décadas de 1990 e 2010 pela ascensão da genômica, culminando com o Projeto Genoma Humano em 2000. Cevado no antedeterminismo de Stephen Jay Gould, liderei uma cobertura crítica dos ecos sociobiológicos que fascinavam OFF.

Em tempos mais recentes, reencontramos nos por obra das drogas modificadoras da consciência. Era um capítulo esquecido da adolescência — por mim, não por Otávio, que orientava a Folha na

defesa ousada da descriminalização. Retornei ao reprimido após cobrir a conferência Ciência Psicodélica 2017 em Oakland, Califórnia.

OFF me procurou então para comentar a reportagem e sugeriu um livro a respeito para editora do jornal, Três Estrelas. Quatro anos depois, lamentando que não esteja aqui para lê-lo e apontar os problemas de "Psiconautas", que sei em maio pela Editora Fósforo, sucessora da Três Estrelas comandada por Fernanda Diamant.

Dos 100 anos da Folha, participei até aqui de 35. Ela me levou à Amazônia dezenas de vezes, a terras íanômicas duas de uma vez, ao Ártico uma vez, idem ao pico da Neblina e às geleiras dos Andes, e por último às terras incógnitas da mente guiado pela ciência dos psicodélicos. Nada mau para um diário que alguns consideram acomodado.

classificados | Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados 11 3224-4000

NEGÓCIOS

COMUNICADOS

DEJETIVOS

ACOMPANHANTES

CLÍNICAS E MASSAGENS

EMPREGOS

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA

LIQUE AGORA

11/3224-4000

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA

LIQUE AGORA

11/3224-4000

VENDE-SE IMÓVEL - MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO, ARUJÁ, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E ALVARES MACHADO SP

LIQUE AGORA

11/3224-4000

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA

LIQUE AGORA

11/3224-4000

OS ANÚNCIOS COM ESTE SÍMBOLO TÊM FOTOS, PARA VÊ-LAS DIGITE O CÓDIGO QUE ACOMPANHA O SINAL NO SITE [FOLHA.COM/CLASSIFICADOS](http://folha.com/classificados)

Opinião do GLOBO

Bolsonaro tenta 'passar a boiada' no preço do diesel

*Seria absurdo usar brecha aberta
pela PEC do auxílio emergencial e
cortar imposto sem compensação*

Obcecado em atender ao pedido de sua base eleitoral de caminhoneiros para que reduza o preço do diesel, o presidente Jair Bolsonaro deu a entender diante da claquete de apoiadores na porta do Palácio da Alvorada que poderá incluir na cláusula de calamidade do novo auxílio emergencial um corte de impostos cobrados sobre o diesel. Seria uma manobra para não precisar cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga a compensar, cortando custos, qualquer perda de receita por eliminação ou redução de imposto. No espírito do relaxamento nas regras ambientais, é como se Bolsonaro sugerisse abertamente "passar a boiada" nas finanças públicas.

Não é aceitável que tente driblar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), nem sequer que venha propor sua alteração para satisfazer aos eleitores (sim, essa é outra possibilidade estudada no Planalto). Na primeira hipótese, ele aproveitaria que, para respeitar a legislação fiscal, será preciso, como em 2020, instituir por PEC uma cláusula de calamidade para atender milhões que ficaram sem renda na pandemia. E colocaria nes-

sa cláusula seu jabuti, ou melhor, sua boiada rodoviária.

No caso do PIS-Cofins, imposto sobre o diesel que Bolsonaro pretende reduzir, cada centavo de queda do preço na bomba equivale a meio bilhão de reais a menos na receita tributária. Se não conseguir passar essa "boiada" disfarçada de "calamidade", ele estuda suspender o inciso primeiro do artigo 14 da LRF, que estabelece a necessidade de compensar renúncias fiscais. Para isso, precisaria de maioria absoluta no Congresso (257 deputados e 41 senadores), por se tratar de lei complementar. Não é difícil imaginar que o fisiologismo entraria em ação, empurrando mais o país para um beco do qual não há saída indolor.

A tentativa de manobra mostra que é pura dissimulação Bolsonaro fingir preocupações com a questão fiscal (crítica, com a projeção para este ano de um déficit primário de R\$ 250 bilhões). A LRF foi aprovada em 2000, na gestão Fernando Henrique Cardoso, como parte essencial no Plano Real. Estabeleceu normas para dar transparência às finanças da União, estados e municípios e criou limites

a gastos de pessoal, incluindo pensões e aposentadorias, acompanhados pelos tribunais de contas. Serve de prevenção contra o caos monetário e fiscal semeado na ditadura militar, que emergiu com força na redemocratização.

Por óbvio, os mecanismos emergenciais e temporários que deverão ser acionados em razão da crise provocada pela pandemia não existem para a prática de demagogia, nem para desmoralizar o conceito de responsabilidade fiscal. É também inaceitável que Bolsonaro tente alterar a lei para satisfazer aos caminhoneiros, caso não funcione o truque da cláusula de calamidade.

Bolsonaro sempre tenta usar atalhos para escapar dos freios e contrapesos democráticos. Foi assim no armamentismo e no meio ambiente. Agora, ensaia fazer o mesmo no campo fiscal. Não deixa de ser irônico que o resultado desse tipo de manobra possa abalar seu próprio projeto de reeleição, já que o desequilíbrio fiscal tem consequências tão indesejáveis quanto inexoráveis: pressiona a inflação, faz o dólar disparar, reduz os investimentos, gera recessão e aumenta o desemprego.

Proposta do Senado irá prevalecer na reforma tributária

Texto que deve ir a votação deve ser o da PEC 110, elaborada por ex-deputado Luiz Carlos Hauly

Por Vandson Lima — De Brasília

17/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Com a perspectiva de que a reforma tributária agora comece a tramitar pelo Senado, após acordo entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), caberá ao senador Roberto Rocha (PSDB-MA) a relatoria da proposta, dando forma ao texto que será avaliado pelo Congresso Nacional. Quem confirma é o próprio senador.

Rocha diz que vai privilegiar as mudanças contidas na PEC 110, elaborada pelo economista tributarista e ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Além desta, há outras duas propostas em discussão - a PEC 45/2019, de preferência da Câmara, e um projeto de lei do governo, que funde PIS e Cofins na nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

“O texto da comissão mista é apenas sugestivo. Assim que o relatório da comissão estiver pronto, vou incorporar o conteúdo, trazer também a proposta do governo. Vou fazer tudo combinado com o governo e a Câmara, mas prepondera o conteúdo da PEC 110”, avisou.

Rocha diz que a reforma poderá ser votada no Senado em um mês, ou mais tardar até o início de abril. “As discussões já foram feitas. Assim que tiver o parecer da comissão mista, o que deve ocorrer em março, incorporo, levo a proposta para votar na CCJ do Senado e no plenário. Em mais ou menos um mês, mais tardar no início de abril, a gente vota no Senado”, previu.

A partir daí, diz Rocha, será possível votar a reforma tributária em definitivo entre agosto e outubro. “Aprovada no Senado, a Câmara vai ter aí 100 dias para discutir, votar e mandar de volta ao Senado que dará a palavra final. Acredito que tudo se resolve no máximo até outubro, como estabelecido pelos presidentes da Câmara e Senado”.

Nos bastidores, o fato de a tramitação começar pelo Senado é algo visto por parlamentares como um acordo para esvaziar a negociação feita pelo ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que indicou Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) como

relator e negociou para que a tributária fosse discutida primeiro entre os deputados. Maia teve embates com Lira e o ministro da Economia, Paulo Guedes, que não concorda com a proposta defendida pelo ex-presidente da Câmara e por Aguinaldo.

Rocha, defensor e amigo do presidente Jair Bolsonaro diz que não se mete na briga política, mas que há sim a possibilidade de que o relator na Câmara não seja Aguinaldo. “Não necessariamente precisa ser Aguinaldo, porque não é a PEC 45 [a base do texto]. Isso cabe ao presidente da Câmara definir”.

Aguinaldo na sexta-feira afirmou que não havia “nada certo por enquanto” em relação à tramitação da reforma. O líder do DEM na Câmara, deputado Efraim Filho (PB) disse que a Câmara deve priorizar a reforma administrativa.

Aguinaldo negou que esteja pensando em não entregar o parecer neste caso e disse que tem desprendimento em relação ao tema, mas não quis precisar uma data para entregar o parecer. “Eu preciso antes conversar com os presidentes Rodrigo Pacheco e Arthur Lira, com o presidente da comissão, com os líderes dos partidos com o governo. Tem muita negociação para ser feita antes”. **(colaboraram Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça a graduação EAD em Salvador nota máxima no MEC

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

A cera que remove riscos está em promoção! 1 unidade grátis

BODYCOMPOUND

LINK PATROCINADO

Toda linha de calçados exclusivos agora com frete grátis e até 6x sem juros

TVZ STORE

Guedes quer tornar ‘calamidade pública’ permanente e mais ampla

Novo texto seria, para ministro, contrapartida à prorrogação do auxílio emergencial

Por Ribamar Oliveira, Lu Aiko Otta, Marcelo Ribeiro e Vandson Lima — De Brasília

17/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer ampliar e tornar permanente a “cláusula de calamidade pública” que atualmente está prevista na lei complementar 173/2020, informou uma fonte credenciada do governo. “Na LC 173, a cláusula é restrita à pandemia da covid-19 em 2020 e tem validade até 31 de dezembro deste ano”, explicou.

Agora, segundo a mesma fonte, Guedes quer que ela seja aplicada a todos os tipos de calamidade que assolem o Brasil, um Estado ou município e passe a fazer parte do arcabouço jurídico permanente do país. Ou seja, que as medidas de ajuste que podem ser automaticamente adotadas pelos Executivos (federal, estadual ou municipal) nas situações de calamidade não tenham prazo determinado.

A LC 173, que ficou conhecida como “Orçamento de Guerra”, estabelece que a União, os Estados e os municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro deste ano, de conceder aumento, reajuste ou qualquer vantagem aos membros de Poder ou de órgãos, servidores e empregados públicos e militares.

Não poderão também criar emprego, cargo ou função que implique aumento de despesa, realizar concurso, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus ou abonos. O presidente, os governadores e os

prefeitos estão proibidos ainda de criar despesa obrigatória de caráter continuado e de adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação.

A fonte disse que o novo desenho da “cláusula de calamidade pública” que Guedes deseja ainda não foi concluído, mas que ela “terá mais medidas do que a LC 173. Ainda não está claro também qual será a abrangência do conceito a ser proposto para “calamidade pública” e se ele incluirá a situação de insolvência das contas.

O difícil é saber o limite para caracterizar a situação de “calamidade” das finanças de um ente da federação. Na PEC Emergencial (PEC 186/2019), a proposta do governo prevê que, toda vez que a despesa obrigatória atinja 95% da receita corrente, as medidas de ajuste serão acionadas.

Outra fonte explicou que a preocupação do ministro da Economia é com a duração desta segunda onda da pandemia de covid-19 e com a eventualidade de uma terceira onda. “Neste ano, as medidas de ajuste previstas na cláusula de calamidade já foram adotadas”, explicou. “Mas se a pandemia durar mais um ano, por exemplo, teremos que adotar outras medidas”, ponderou. Assim, a nova cláusula, com todas as suas proibições, poderia ser usada para fechar o Orçamento de 2022.

A nova redação da cláusula de calamidade seria, na concepção de Guedes, a contrapartida à prorrogação do auxílio emergencial, demonstrando a preocupação do governo com a sustentabilidade das contas públicas. Mas, a rigor, as medidas de ajuste deste ano já foram adotadas. Portanto, a nova redação da cláusula não implicaria medidas adicionais.

Diante de eventuais resistências à aprovação de uma “cláusula de calamidade pública” mais abrangente, na forma de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), discute-se no Congresso Nacional, discretamente, uma proposta menos ambiciosa, mas que dê conforto ao governo para a renovação do auxílio emergencial. A alternativa poderia ser uma expansão do Bolsa Família dentro do Orçamento de 2021, disse uma fonte ao **Valor**.

A “PEC de Guerra”, como Guedes está chamando a proposta, ainda é a hipótese central em estudo. Governo e Congresso discutem um texto que, acoplado à proposta que já está no Senado tratando do Pacto Federativo, formará o que o ministro chama de “protocolo de crise”. Esse protocolo combina duas coisas: autorização para gastar mais em caso de calamidade e medidas de contenção de gastos.

Como o calendário está apertado, parlamentares avaliam que o governo e o Congresso devem bater o martelo sobre o formato e o valor da nova rodada do auxílio emergencial até a próxima semana. Apesar da expectativa de que as parcelas mensais do auxílio serão de R\$ 200 ou R\$ 250 - inferiores ao que se concedeu no ano passado -, parlamentares pontuam que o valor não está fechado.

“Acredito que o plenário vai ter a sensibilidade de reconhecer a importância da reedição do auxílio para conseguir colocar o pão na mesa das famílias mais humildes e impactadas pela pandemia”, disse o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), ao **Valor**. “Igualmente, o plenário terá a responsabilidade de aprovar o valor e as parcelas de acordo com a capacidade do Orçamento do país que a equipe econômica apontar”, ponderou.

Há a expectativa de que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), promova debate sobre o financiamento do benefício em reunião de líderes amanhã. Lideranças da Câmara destacam que um encontro com o presidente da casa, Arthur Lira (PP-AL), está marcado para o mesmo dia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça a Graduação EAD em Salvador nota máxima no MEC

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Toda linha de calçados exclusivos agora com frete grátis Salvador e até 6x sem juros

TVZ STORE

LINK PATROCINADO

Imperdível: Ganhe uma unidade da cera que remove riscos!

Governo articula no Congresso benefícios a caminhoneiros

Por Fabio Graner e Daniel Rittner — De Brasília

17/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Como parte do esforço para aliviar a pressão dos caminhoneiros, o governo pretende destravar o projeto de lei complementar 179, que cria a figura do MEI (Microempreendedor Individual) Caminhoneiro. Com isso, pelo menos parte desses trabalhadores poderá ser formalizada, tendo direito a aposentadoria e maior proteção social, mas principalmente abrindo a possibilidade de o caminhoneiro autônomo ser contratado diretamente pelo dono da carga.

A discussão no governo é sobre qual o limite de faturamento será estabelecido para o enquadramento, já que a proposta original, do senador Jorginho Melo (PL-PR), trabalha com R\$ 81 mil.

Há grande preocupação na equipe econômica em construir uma série de mecanismos para reduzir a volatilidade de renda dos caminhoneiros, especialmente quando eles estão rodando na estrada, com o preço do combustível mudando ao longo da viagem. O projeto sobre o MEI é apenas um dos itens de um conjunto para atenuar a pressão.

Nos últimos dias, o presidente Jair Bolsonaro vinha pressionando os técnicos da Economia a finalizarem rapidamente as medidas para o setor, que ameaçou uma greve que o governo conseguiu debelar pelo menos temporariamente.

Há uma discussão no governo sobre se há necessidade de explicitar o valor nominal do faturamento “efetivo” que será aplicado para permitir que o caminhoneiro se

torne MEI. O texto aprovado no Senado e em discussão na Câmara estabelece que, para efeitos de enquadramento do setor na lei, a receita presumida será de 20% das receitas totais. Nesse valor de receita total estão elementos que são custos, como combustíveis e pedágios. A conta dos 20% foi feita para se chegar ao valor de aproximadamente R\$ 81 mil de limite do faturamento bruto definido na lei complementar que criou MEI. Na prática, equivaleria a receitas totais de até R\$ 405 mil por ano (sem descontar os custos).

Com o projeto, o transportador autônomo teria uma contribuição de 11% sobre o salário mínimo para a Previdência. O valor é menor que os 20% normais de contribuição ao INSS, mas superior aos 5% do salário mínimo que eles, de forma autônoma, pagam ao fazer o recolhimento.

Apesar de o Ministério da Economia ser favorável ao projeto, seu avanço pode ainda levar um tempo porque a área técnica estava trabalhando em regime de urgência em outros tópicos, como a finalização do projeto de lei complementar para mudar a cobrança do ICMS sobre combustíveis e as discussões para redução do PIS/Cofins sobre o diesel.

O projeto de lei complementar sobre esse tema foi enviado no final da última sexta-feira e estabelece que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) defina em que termos se dará a cobrança do tributo estadual na refinaria. Bolsonaro tem protagonizado uma briga com os Estados por conta do ICMS, que ele aponta como responsável pelos frequentes aumentos de preços dos combustíveis no Brasil.

Nesse contexto, estava também se costurando uma ideia para alongar o prazo de pesquisa de preços que os Estados fazem para cobrar o tributo. Entrou no radar um prazo de três meses, mas há uma visão de que qualquer período maior é melhor do que os 15 dias praticados hoje.

O Ministério da Economia segue resistindo a uma redução no PIS/Cofins, mas a pressão do presidente Jair Bolsonaro está forte.

Como há uma discussão sobre a reabertura da PEC do Orçamento de Guerra, que libera o governo de cumprir regras fiscais, aí pode estar uma brecha para que a

medida seja tomada sem que o governo tenha que adotar medida compensatória, que já tem gerado polêmica entre os especialistas em política fiscal. Não resolve, porém, o problema fiscal que a medida gera, ampliando o rombo orçamentário e, conseqüentemente, a trajetória da dívida.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça a graduação EAD em Salvador nota máxima no MEC

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Toda linha de calçados exclusivos agora com frete grátis e até 6x sem juros

TVZ STORE

LINK PATROCINADO

A cera que remove riscos está em promoção! 1 unidade grátis

BODYCOMPOUND

LINK PATROCINADO

Fluido que restaura trincos está em promoção! 1 unidade grátis

NANOREPAIR

LINK PATROCINADO

DesinPros oferta especial. Grátis pote extra em qualquer kit

DESINPROS - SAÚDE DA PRÓSTATA

por taboola

Conteúdo Publicitário

[Valor Investe](#)

Bolsonaro vai 'tomar pau' com ou sem auxílios, diz Mourão

[Valor Investe](#)

O vale das previdências esquecidas

Biden faz aposta arriscada com megapacote de gastos

Por 40 anos, sucessivos governos dos EUA buscaram manter os gastos sob controle para evitar alta da inflação e a estagflação dos anos 70. Agora Biden espera provar que eles estavam errados

Por **Chris Giles** — Financial Times

17/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



A estratégia de Joe Biden para a economia dos Estados Unidos é o afastamento mais radical das políticas predominantes desde as reformas de livre mercado de Ronald Reagan, há 40 anos. Com planos de gastos e financiamentos públicos não vistos desde a Segunda Guerra Mundial, o governo está realizando uma enorme experiência fiscal. O mundo inteiro está assistindo.

Se os planos de recuperação da pandemia de Biden funcionarem, eles demonstrarão que é possível “reconstruir melhor” os danos causados pela pandemia e que as economias avançadas estiveram obcecadas demais com a inflação nos últimos 30 anos. Eles colocarão o governo de volta no centro da gestão cotidiana da economia.

Se o plano ocorrer como o planejado, ele vai mostrar que a timidez desnecessária das décadas recentes levou milhões de pessoas a sofrer com o desemprego desnecessário, privou muitas áreas de oportunidades de melhoria dos padrões de vida e aumentou as desigualdades.

Mas se a estratégia fracassar, resultando em aquecimento excessivo, inflação alta, instabilidade financeira e a economia da década de 70, a experiência de 2021 dos EUA vai se reduzir a um dos maiores gols contra de política econômica desde a fracassada reeleição de François Mitterrand na França, em 1981.

Os planos de tomada de financiamentos e gastos de US\$ 1,9 trilhão de Biden não foram pensados nos campi universitários, mas são o resultado de um equilíbrio político delicado em um Congresso dividido. Qualquer novo número de estímulo muito menor que os planejados 9% do PIB corre o risco de perder mais votos dos democratas do que ganharia dos republicanos. “Isso é o que ele pode fazer quando tem maiorias tão pequenas com as quais lidar”, afirma o professor Kenneth Rogoff da Universidade Harvard.

Crescimento acima da trajetória pré-covid

DIP dos EUA (Quarto trimestre 2019 = 100)

FID DOS EUA (Quarto trimestre 2019 = 100)



Fontes: BEA, Federal Reserve, Haver Analytics, Morgan Stanley

O novo governo defende que o plano de estímulo é uma extensão da “economia de alta pressão” que Janet Yellen defendia em 2016, quando presidiu o Federal Reserve (Fed), que foi uma resposta à recuperação insípida depois da crise financeira. O governo acredita que essa é a melhor maneira de assegurar uma recuperação plena da crise da covid-19 com menos cicatrizes duradouras.

Agora, com Yellen como secretária do Tesouro, “pensar grande” é o novo lema e o establishment do planejamento econômico dos EUA está a bordo. Jay Powell, o atual presidente do Fed, chamou atenção na semana passada para a necessidade de uma política monetária “pacientemente acomodativa”, sinalizando que o banco central americano não está disposto a aumentar as taxas de juros “antes da festa esquentar”.

Expectativas de crescimento

Os planos trouxeram um dilema para os analistas econômicos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomendaram uma política fiscal mais frouxa para ajudar na recuperação, mas sem chegar à escala planejada pelos EUA. Previsões do Congressional Budget Office (CBO), uma organização não-partidária, que incluem apenas o estímulo final de Trump nos prognósticos mais recentes, já esperavam que

a economia dos EUA iria crescer suficientemente rápido este ano a ponto de reconquistar o nível pré-pandemia do PIB até o terceiro trimestre.

Elas também esperavam que a economia americana recuperasse todo o terreno perdido em decorrência da covid-19 até 2025, sem cicatrizes permanentes. Se os planos de estímulo do ex-presidente Donald Trump eram suficientes para compensar o terreno perdido, a questão é o quão um estímulo adicional de 9% do PIB vai conseguir.

O CBO ainda não apresentou sua visão, mas acadêmicos e economistas do setor privado estão se posicionando cada vez mais. A empresa de pesquisas Consensus Economics informa que os analistas independentes elevaram suas expectativas sobre o crescimento econômico dos EUA para 2021 e 2022 sem praticamente nenhuma inflação adicional.

Ellen Zentner, economista-chefe do Morgan Stanley nos EUA, afirma que a economia de alta pressão vai elevar o PIB americano até o fim do ano em quase 3% acima do nível que ela havia previsto antes da crise do novo coronavírus. Ela acredita que o

Fed não tentaria conter as taxas aceleradas de crescimento. O contraste com a crise financeira de 2008-2009 é impressionante. Na década após essa crise, a economia dos EUA (juntamente com as de quase todas as outras nações desenvolvidas) não conseguiu voltar ao caminho do crescimento do pré-crise.

No meio acadêmico, a enorme escala da experiência dos EUA de 2021 é muito mais controversa e criou mudanças de lealdade entre os profissionais da economia que poucos teriam previsto até mesmo um mês atrás.

Portanto, não chega a ser surpresa o fato de que Paul Krugman, laureado com o Nobel de Economia, vá apoiar o plano de Biden, argumentando que há apenas uma evidência fraca na tese de que baixas taxas de desemprego aumentam os salários e então a inflação. Essa visão, disse ele, está “em sua maior parte” errada e leva a política a ser excessivamente “coagida pelo temor de uma repetição da década de 70”.

Mas seu apoio ao plano de Biden tem quase que a concordância total de Rogoff, que ficou famoso durante a crise financeira mundial por alertar para os perigos dos altos níveis de endividamento público. Ele diz que “estamos num mundo diferente hoje”,

com juros muito menores e a política altamente polarizada. “Sou muito solidário ao que Biden está fazendo”, acrescenta Rogoff, muito embora haja um custo de longo prazo ao endividamento público adicional e o risco de uma alta da inflação. “Sim, há um certo risco de termos uma instabilidade econômica mais à frente, mas temos instabilidade política agora.”

Vozes cétricas

Entre aqueles que olham com inveja para o outro lado do Atlântico estão os europeus, que temem que a Zona do Euro fique mais uma vez atrás dos EUA em termos de ação política e resultados. Erik Nielsen, economista-chefe do UniCredit, diz que com o suporte fiscal da União Europeia (UE) em cerca da metade do americano, a Europa está agora “congelada de medo”, o que deverá levar a “outros três a cinco anos de crescimento europeu inferior ao dos EUA”.

Alinhados do outro lado do argumento, estão vários economistas que até agora vinham sendo os defensores mais barulhentos dos financiamentos e gastos públicos. Larry Summers, um ex-secretário do Tesouro que foi um dos principais assessores econômicos de Barack Obama no rescaldo da crise financeira, passou grande parte da década alertando para a “estagnação secular”, a visão de que as economias avançadas estão presas a um padrão de comportamento semipermanente e que precisam de mais estímulos.

Mas agora que o estímulo é iminente, ele alertou que foi longe demais e deverá desencadear “pressões inflacionárias não vistas em uma geração”, o que também limitaria o “espaço para investimentos públicos profundamente importantes”.

Olivier Blanchard, ex-economista-chefe do FMI que acendeu a discussão global sobre os estímulos fiscais em 2019, com seu discurso à American Economics Association, aceita ser conhecido como apoiador de um maior endividamento público. Mesmo assim, ele alerta que “o programa de US\$ 1,9 trilhão de Biden poderá superaquecer tanto a economia a ponto de ser contraproducente.”

Alguns economistas temem que essas vozes cétricas possam dissuadir a Europa de adotar o estímulo fiscal que eles acreditam que ela precisa para se recuperar totalmente da pandemia. Adam Posen, diretor do Peterson Institute for International Economics, teme que os conservadores fiscais da Europa se aproveitem de uma

eventual alta da inflação ou sinais de perdas no programa. “Entregar bons resultados não gera a mesma onda que um alerta conservador”, afirma ele. “Eu odiaria que o plano Biden tivesse uma má reputação no exterior.”

Os defensores do plano, especialmente aqueles que o veem de uma perspectiva internacional, trabalharam duro para justificar a escala do estímulo fiscal. O ponto central do argumento para “pensar grande” são as evidências da última década de que os países têm muito mais espaço para crescimento econômico e redução do desemprego antes de que haja qualquer pressão inflacionária. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego caiu para 3,5% no início de 2020, antes da pandemia, o menor nível em 50 anos, sem nenhum sinal de aumento da inflação.

O Banco Central Europeu tem tido dificuldades para elevar a inflação para perto de sua meta de 2%, o que leva muitos a acreditarem que não há estímulo fiscal suficiente. Isso sugere que economistas e autoridades têm subestimado de forma persistente o hiato do produto, o conceito econômico que estima o grau em que as economias funcionam abaixo de um nível que manteria a inflação estável (baseado na diferença entre o potencial de produção, dado pela capacidade instalada, e a produção real).

Robin Brooks, economista-chefe do Institute of International Finance, que representa as maiores instituições financeiras do mundo, tem conduzido uma campanha sobre o que ele chama de “hiatos do produto despropositados” estimados pelo FMI e outras instituições, especialmente com relação ao sul da Europa. Ele diz que sempre houve mais espaço para políticas fiscais expansionistas sem inflação e as estimativas de um hiato do produto baixo impediram o crescimento e a prosperidade, o que minou ainda mais as finanças públicas dos países.

“Hiatos do produto são um elemento chave para determinar se poderemos ter superaquecimento e até quanto ele poderia chegar”, diz ele. Brooks acredita que nos EUA o debate sobre superaquecimento é apropriado, mas a Europa pode se permitir muito mais estímulos sem inflação. Para ele, se continuar nas linhas existentes e não seguir os EUA, “a Europa sofrerá uma repetição de recuperação lenta após a crise financeira”.

Ao lado do potencial para hiatos do produto maiores, outra defesa de um estímulo grande é que os gastos do governo, especialmente em projetos de investimento, podem por si mesmos elevar os limites de velocidade das economias antes de que gerem inflação.

Se o plano de Biden puder demonstrar que gerou mais capacidade para taxas de crescimento futuras maiores e mais verdes, isso seria o cálice sagrado da intervenção do governo, diz Mariana Mazzucato, professora de Economia da University College London. Segundo ela, se for feito da maneira correta, isso vai trazer enormes benefícios.

“Não só o sistema é inundado com liquidez, como se alcança a economia real e se cria uma base industrial mais forte”, diz ela. “Esse é o tipo de coisa que queremos ver - expansão da capacidade e prevenção da inflação.”

Os argumentos a favor do plano de estímulo de Biden não são contestados pela maioria daqueles que manifestam preocupações, mas eles consideram que seu tamanho, de até 14% do PIB, incluído o estímulo sancionado por Trump em dezembro, simplesmente não se justifica e pode minar o argumento a favor de usar a política fiscal para ajudar as economias a se recuperarem da pandemia.

Jason Furman, ex-presidente do conselho de assessores econômicos de Obama, considera plenamente justificável que o novo governo busque testar o nível do hiato do produto e o nível potencial do PIB que não geraram inflação. “A ideia de jogar lenha na fogueira ano após ano para testar o potencial é incrivelmente atraente, mas isso não é o mesmo que gastar mais de 10% do PIB em apenas um ano”, diz ele.

Na sua avaliação, poucos se preocupariam com um aumento da inflação para 3% ou um percentual até um pouco mais alto, temporariamente, mas o Fed teria que reagir se houvesse um período prolongado de inflação.

Um perigo mencionado por muitos economistas é de que, se a inflação se enraizar em uma economia, pode ser difícil e doloroso erradicá-la, e os bancos centrais teriam de aumentar as taxas de juro e provocar recessão e desemprego para fazê-la recuar. Se Krugman estiver certo sobre a ideia de que o vínculo entre desemprego e inflação se tornou mais fraco, existe o temor de que qualquer ação do banco central

para reduzir a inflação exigirá muito mais desemprego do que nas décadas de 1980 e 1990 para de fato derrubá-la.

Mal direcionado

Um certo nível de inflação é visto certamente como um benefício da reforma, pois ajuda a lubrificar as engrenagens de uma economia moderna, mas também existe um debate sobre se a inflação estava prestes a subir de qualquer forma. Manoj Pradhan, fundador da Talking Heads Macroeconomics, teme que a dinâmica inflacionária de curto prazo do plano Biden se combine a pressões de longo prazo de alta dos preços que virão de uma população envelhecida que consome mais e produz menos.

“Mesmo antes de [Biden anunciar seu plano], os EUA pareciam um lugar inflacionário de qualquer maneira”, diz Pradhan. E o que acontece nos EUA tende a ser exportado, acrescenta. “A política fiscal liderou o estímulo e se a inflação se tornar aceitável nos EUA, isso significa luz verde para o resto do mundo.”

Economistas de todas as tendências também temem que o plano Biden, com forte ênfase no envio de cheques às famílias, esteja mal direcionado e não tão concentrado em melhorar o potencial de crescimento futuro como eles gostariam. Randall Kroszner, ex-governador do Fed e hoje vice-reitor da escola de administração da Universidade de Chicago, diz que o forte estímulo fiscal em resposta à pandemia é apropriado, mas a dívida criada tem um custo. “Ela precisa ser restituída pelas gerações futuras, por isso é muito importante garantir que haja um retorno desses gastos”, diz ele.

Se isso já não fosse difícil o bastante, outros alertam que a Europa não pode simplesmente imitar o que os EUA fazem, em parte porque não tem o mesmo acesso a financiamento e em parte porque existe mais ceticismo com relação à ideia de que é possível simplesmente “reconstruir melhor” só com empréstimos e gastos.

Robert Chote, que deixou recentemente o comando do Escritório de Responsabilidade Orçamentária do Reino Unido, diz que as perspectivas para a política fiscal fora dos EUA provavelmente se concentrarão menos no debate sobre

estímulos e mais “na gravidade de qualquer cicatriz de longo prazo na economia - o que é difícil de estimar com segurança”.

Ele acrescenta que as finanças públicas são mais complicadas do que pensar sobre estímulos. Os governos, por exemplo, precisariam considerar logo um aumento de impostos, especialmente se “sentissem a necessidade de gastar uma parcela permanentemente maior da renda nacional em saúde e assistência social depois da pandemia, com relação ao que gastavam antes, para desenvolver mais resiliência no sistema”. Essas questões estruturais de finanças públicas não irão desaparecer com facilidade quando as economias se recuperarem.

Por enquanto, porém, todos os olhos estão voltados para os números enormes do estímulo vindos dos EUA. Seu novo governo planeja tomar crédito e gastar, e Yellen pediu ao resto do G7 que faça o mesmo. Como diz Rogoff, o experimento provavelmente será mundial. “Se der errado para os EUA, vai dar errado para todos.”
(Tradução de Lilian Carmona e Mário Zamarian)

Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: www.ft.com/am730.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça a graduação EAD em Salvador nota máxima no MEC

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Toda linha de calçados exclusivos agora com frete grátis e até 6x sem juros

TVZ STORE

LINK PATROCINADO

A cera que remove riscos está em promoção! 1 unidade grátis

BODYCOMPOUND

Depois de nomear Roma, Bolsonaro quer limitar reforma

Centrão ainda cobiça Saúde, Educação, Turismo e Desenvolvimento Regional

Por **Matheus Schuch e Andrea Jubé** — De Brasília

17/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Em meio à nomeação de mais um político para o primeiro escalão, o presidente Jair Bolsonaro deflagrou uma campanha de exaltação aos ministros de perfil técnico para tentar se descolar da pecha de fisiológico.

Bolsonaro redobrou elogios aos auxiliares não ligados à política nos últimos dias na tentativa de neutralizar a nomeação de um deputado federal para o Ministério da Cidadania apenas duas semanas depois da vitória de seus aliados na eleição para as presidências da Câmara e do Senado.

Na última sexta-feira, na véspera do feriado de Carnaval, uma edição extra do Diário Oficial formalizou a escolha do deputado federal João Roma (BA), do Republicanos, para o Ministério da Cidadania. Para abrir a vaga pleiteada pelos partidos do Centrão, a mesma publicação trouxe o deslocamento do ministro Onyx Lorenzoni, que até então comandava a pasta, para a Secretaria-Geral da Presidência, disponível desde o fim de dezembro quando Jorge Oliveira foi nomeado para o Tribunal de Contas da União (TCU).

Auxiliares do presidente que despacham no Planalto confirmaram ao **Valor**, reservadamente, que os partidos do Centrão reivindicaram os ministérios da Cidadania, da Saúde, da Educação (MEC), do Turismo e do Desenvolvimento Regional durante as negociações para a eleição do deputado Arthur Lira (PP-AL) para

a direção da Câmara e do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para o comando do Senado.

Neste primeiro momento, Bolsonaro cedeu em relação ao Ministério da Cidadania - uma vitrine eleitoral, responsável pela coordenação do Bolsa Família e do pagamento do auxílio emergencial.

Enquanto resiste à ofensiva dos aliados para ampliar o espaço do Centrão na Esplanada, vem alardeando as qualidades dos ministros de perfil técnico, principalmente nas agendas fora de Brasília, onde costuma apresentar os auxiliares ao público presente nas solenidades.

Essa estratégia de exaltar os quadros técnicos para atenuar o impacto das nomeações políticas ficou evidente, por exemplo, na solenidade da última quinta-feira, no Maranhão, quando Bolsonaro elogiou, individualmente, Milton Ribeiro e Gilson Machado, cujos cargos estão na mira do Centrão.

Chamou a atenção a presença de ambos no evento na base de Alcântara porque o tema era estranho às atribuições de suas pastas: entrega de títulos de propriedade de terras.

"Temos o Milton aqui, um pastor evangélico. Retornemos uns 20 anos, alguém poderia imaginar que teríamos alguém com esta formação no Ministério da Educação?", disse Bolsonaro, sobre o titular do MEC. "A Educação ainda deixa a desejar no Brasil e o conhecimento é o que liberta. Milton, muito obrigado por aceitar o convite e estar trabalhando entre nós", completou.

Na sequência, enalteceu Gilson Machado, "O Gilson é um cabra da peste de Pernambuco, que fala dois idiomas e está revolucionando o Turismo no Brasil. Eu acredito, Gilson, que nenhum país do mundo tem as belezas que nós temos", entusiasmou-se.

No dia 21 de janeiro, em discurso na cerimônia de entrega de um trecho da BR-135 na cidade de Coribe, na Bahia, Bolsonaro aproveitou para enaltecer o ministro da

Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, também de perfil técnico. "Tenho muitos ministros comigo. Mas hoje, a figura mais importante é a do Tarcísio", ressaltou.

Há duas semanas, em viagem ao Paraná, o presidente aproveitou uma cerimônia pública para defender sua autoridade na escolha de ministros. "Se não tivermos liberdade para escolher ministros é o caminho certo para o fracasso", reclamou. "Fazer a coisa certa não é fácil num sistema político que vem ao longo de décadas corroído", completou.

Mesmo o titular da Saúde, Eduardo Pazuello, sob investigação da Polícia Federal por suposta omissão na gestão da pandemia no Amazonas, tem sido poupado pelo presidente. Mas se o cerco ao ministro, que é general da ativa, apertar - com a provável instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) no Senado para investigar sua conduta na pandemia -, o nome mais cotado para substituí-lo é o do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PR-PP), um expoente do Centrão.

Dos 23 ministros, a maioria tem perfil técnico, mas o número de auxiliares egressos do Congresso Nacional tem aumentado. Com a nomeação de João Roma, subiu para cinco o número de deputados ou ex-deputados no primeiro escalão.

Também são parlamentares os ministros da Secretaria-Geral, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), da Agricultura, Tereza Cristina (DEM-MS), das Comunicações, Fábio Faria (PSD-RN). O titular do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, é ex-deputado. O cargo dele é cobiçado pelo grupo do ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Em meio à pressão por mais espaço para acomodar aliados, Bolsonaro avaliou recriar pastas. Às vésperas da eleição para as Mesas do Congresso, sugeriu que o Brasil comportaria mais ministérios.

"A gente pode levar muita coisa avante, quem sabe até ressurgir os ministérios", disse.

A declaração foi interpretada como um aceno para a recriação das pastas. Mas, na semana passada, Bolsonaro disse que "não tem clima" para isso. "Vamos esperar um pouco", recuou.